UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

**A REAVALIAÇÃO DE ATIVOS E SEUS IMPACTOS NA ANÁLISE DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO BRASIL**

Eliandro Schvirck

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos

SÃO PAULO

2006

Profa. Dra. Suely Vilela
Reitora da Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Maria Tereza Lemes Fleury
Diretora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

ELIANDRO SCHVIRCK

**A REAVALIAÇÃO DE ATIVOS E SEUS IMPACTOS NA ANÁLISE DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos

SÃO PAULO

2006

Dissertação defendida e aprovada no Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, pela seguinte banca examinadora:

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Schvirck, Eliandro

A reavaliação de ativos e seus impactos na análise das demonstrações contábeis no Brasil / Eliandro Schvirck. -- São Paulo, 2006.

138 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2006
Bibliografia

1. Balanço contábil 2. Análise de quocientes 3. Teoria da mensuração I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade II. Título.

CDD – 657.3

*À minha esposa Lucimar e meus filhos
Leonardo e Gustavo que, à distância,
foram inspiração e motivação para
o desenvolvimento deste trabalho.*

Muitas pessoas merecem minha gratidão pelo apoio no desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu pai Constantino, minha mãe Ivone, minhas irmãs: Elizabeth, Elisiane e Elisangela, e aos meus familiares: Edmar, Antônio, André, Altair, Sandra, Anestor, Irma, Edi Carlos e Adriana pelo apoio e incentivo que sempre apareceram na hora certa.

Ao Professor Dr. Ariovaldo dos Santos pela sua disponibilidade em atender-me nas horas que precisei e pela sua dedicação e comprometimento no papel de orientador do trabalho.

Aos professores do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP – Dr. Ariovaldo dos Santos, Dr. Edgard Bruno Cornachione Jr, Dr. Eliseu Martins, Dr. Fábio Frezatti, Dr. Geraldo Barbieri, Dr. Gilberto de Andrade Martins, João Domiraci Paccez, Dr. Luiz João Corrar, Dr. Luiz Nelson de Carvalho, Dr. Reinaldo Guerreiro, e Dr^a. Silvia Pereira de Castro Casa Nova – pelas experiências divididas durante o curso, pela disponibilidade que dedicaram todas as vezes que foi necessário e pela amizade que sempre esteve além das salas de aula.

Ao professor Dr. Edgard Bruno Cornachione Jr, pela oportunidade que tivemos em trabalhar juntos na disciplina Microinformática I, na Graduação em Ciências Contábeis, numa troca de experiência que muito contribuiu para meu aperfeiçoamento como docente na área de Informática Aplicada.

À Professora Dra. Silvia Pereira de Castro Casa Nova, sempre incentivadora e norteadora das várias idéias e temas que surgiram para o desenvolvimento da dissertação.

Aos amigos e companheiros de trabalho na UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Professores Oldair Roberto Giasson, Eden Ricardo Dosciatti e Lotário Fank – que muito me apoiaram quando ingressei na carreira docente, e sempre foram grandes companheiros em toda e qualquer situação.

Aos amigos e colegas da UTFPR que de alguma forma contribuíram para este trabalho.

Aos colegas da pós-graduação, mestrandos e doutorandos: Marcio Luiz Borinelli, Antonio Carlos Coelho, René Coppe, Fernando Caio Galdi, Edílson Paulo, Jacqueline Venerozo Alves

Cunha, Márcia Regina Calvano, Márcia Adriana da Silveira, Manuela Santin, Gilmar Ribeiro de Mello, Yun Li Yen, Marcos Venicio Sanchez e Amaury José Rezende.

Em especial, aos amigos, Manfredo Rode e Dione Olesczuk Soutes, pela amizade e companheirismo nas muitas horas de estudos e trabalhos desenvolvidos juntos.

À equipe técnica do Projeto Melhores e Maiores, Nivaldo Gomes Lamac e Eliene Ângela Azevedo Silva, pela prontidão em disponibilizar os dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa.

À FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, FEA/USP e à UTFPR pelo apoio no desenvolvimento do curso.

O principal e especial agradecimento à minha esposa Lucimar, que durante o curso foi o alicerce familiar para nossos filhos e, também, ao Leonardo e ao Gustavo, que em sua pouca idade, sem saber, foram muito importantes nesta fase.

O maior agradecimento a Deus, que tornou tudo isso possível.

“A Universidade (ou qualquer instituição de ensino superior) é o local adequado para a construção de conhecimento, para a formação da competência humana. É preciso inovar, criar, criticar, para atingirmos esta competência.”

José Carlos Marion

RESUMO

O presente estudo buscou fazer um levantamento de como as empresas tratam a reavaliação de ativos quanto à sua realização, tributação e periodicidade e quais os impactos dessa ação nas demonstrações contábeis.

Impactos esses analisados à luz dos mais tradicionais índices de análise das demonstrações contábeis, contemplando seu tripé básico: liquidez, endividamento e rentabilidade.

A pesquisa utilizou abordagem bibliográfica quanto às teorias contábeis e legislações pertinentes. No aspecto empírico, o trabalho foi feito por meio de levantamento documental a partir de demonstrações publicadas por 120 empresas que operam no Brasil e fazem parte da base de dados utilizada pela Revista Melhores e Maiores, publicada pela Editora Abril, em conjunto com a FIPECAFI.

Nessas demonstrações, apurou-se qual o tratamento dado pelas empresas para a reavaliação de ativos e, também, foram calculados os indicadores das empresas, considerando os valores com reavaliação. Posteriormente, expurgando os efeitos da reavaliação, os índices foram recalculados, sendo, então, submetidos ao teste estatístico de *Wilcoxon*, com o fim de analisar se existiam diferenças significativas entre as duas situações.

Os resultados encontrados mostraram que muitas das empresas pesquisadas não atendem o que prescreve a legislação quanto ao tratamento dado à reavaliação. As práticas levantadas apontaram para indícios de que a reavaliação foi feita com fins especulativos e oportunistas, quando a empresa necessitava melhorar sua imagem perante o mercado em que atua.

Também, as diferenças encontradas entre os indicadores antes e depois da reavaliação foram relevantes e podem causar avaliações equivocadas da situação das empresas, caso o analista não esteja atento a seus efeitos.

ABSTRACT

The present study aimed at conducting a survey on how companies deal with the reevaluation of assets, concerning their realization, taxation, periodicity and which are the impacts of this action on the accounting statements.

Impacts which analyzed at the light of the most traditional indexes of analysis of accounting statements, regarding your basic tripod: liquidity, indebtedness and profitability.

The research applied the bibliographical approach concerning the accounting theories and pertinent legislations. In the empirical aspect, the work was performed by means of documental survey from statements published by 120 companies that operate in Brazil and constitute the database used by the magazine "Melhores e Maiores", published by Abril Publishing House together with FIECAFI.

In these statements it was investigated the treatment given by companies for the reevaluation of assets and it was also calculated the companies indicators, considering the values with reevaluation. Later, excluding the effects of the reevaluation the indexes have been recalculated, being then submitted to the statistical test of Wilcoxon, with the objective of analyzing if there are significant differences between the two situations.

The results found showed that many of the searched companies do not observe what is prescribed by legislation concerning the treatment given to the reevaluation. The practices investigated point to clues that the reevaluation is made with speculative and opportunistic objectives, when the company needs to improve its image in the presence of the market in which it performs.

The differences found among the indicators before and after the reevaluation are also relevant and can cause mistaken evaluations of the companies situation, in the case the analyst is not attentive to its effects.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	3
LISTA DE QUADROS	4
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE GRÁFICOS	6
LISTA DE FIGURAS	7
1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Contextualização	9
1.2 Problema	11
1.3 Objetivos	13
1.4 Estrutura do Trabalho.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Origem e objetivo da Contabilidade	15
2.2 Disclosure da Informação Contábil.....	17
2.3 Ativo.....	19
2.4 Mensuração do ativo	22
2.4.1 Valores de entrada	24
2.4.1.1 Custos históricos ou custos originais.....	25
2.4.1.2 Custos correntes ou custos de reposição.....	26
2.4.1.3 Custo histórico corrigido	27
2.4.1.4 Custo corrente corrigido	28
2.4.2 Valores de saída.....	28
2.4.2.1 Valor realizável líquido	29
2.4.2.2 Equivalentes correntes de caixa.....	29
2.4.2.3 Valores de liquidação	29
2.5 Depreciação.....	30
2.6 Patrimônio líquido.....	31
2.7 Reavaliação de ativos.....	37
2.7.1 A reavaliação de ativos nas normas internacionais	38
2.7.2 A reavaliação de ativos no Brasil	41
2.7.2.1 Aspectos legais	41
2.7.2.2 Aspectos contábeis	45
2.7.2.3 Aspectos tributários	52
2.8 Análise das demonstrações contábeis	56
2.8.1 Análise com a utilização de índices ou quocientes	58
2.8.1.1 Índices de estrutura	61
2.8.1.2 Índices financeiros	65
2.8.1.3 Índices econômicos.....	67
2.8.1.4 Índices de reserva de reavaliação	70
2.8.2 Análise dos efeitos contábeis da reavaliação sobre os indicadores.....	71
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	79
3.1 Classificação da pesquisa.....	79
3.2 Seleção da amostra.....	80
3.3 Procedimentos de análise dos dados	82
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	87
4.1 Caracterização da amostra	87
4.2 As práticas das empresas brasileiras na utilização da reavaliação de ativos.....	89

4.2.1	Atendimento à legislação	89
4.2.1.1	Periodicidade da reavaliação	91
4.2.1.2	Provisão de impostos	92
4.2.1.3	Realização da reserva de reavaliação	94
4.2.1.4	<i>Disclosure</i> da informação sobre a reserva de reavaliação	97
4.2.2	Aspectos de manipulação da informação com o uso da reavaliação.....	100
4.3	Impactos da reserva de reavaliação nos índices econômico-financeiros	102
4.3.1	Análise dos testes estatísticos de <i>Wilcoxon</i>	103
4.3.1.1	Índice de liquidez geral.....	103
4.3.1.2	Índice de imobilização do patrimônio líquido.....	106
4.3.1.3	Índice de imobilização de recursos não correntes	108
4.3.1.4	Índice de endividamento total.....	109
4.3.1.5	Índice de composição do endividamento.....	112
4.3.1.6	Índice de participação de capitais de terceiros sobre capitais próprios	113
4.3.1.7	Índice de margem líquida	115
4.3.1.8	Índice de retorno sobre o ativo	116
4.3.1.9	Índice de retorno sobre o patrimônio líquido	118
4.3.2	Análise dos índices de participação da reserva de reavaliação	120
5	CONCLUSÕES	125
	REFERÊNCIAS	133
	APÊNDICES	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AASB: *Australian Accounting Standards Board*
AC: Ativo Circulante
AIA: *American Institute of Accountants*
AICPA: *American Institute of Certified Public Accountants*
AP: Ativo Permanente
ASB: *Accounting Standards Board*
CE: Composição do Endividamento
CFC: Conselho Federal de Contabilidade
CFO: *Chief Finance Office*
CPC: Comitê de Procedimentos Contábeis
CRR: Com Reserva de Reavaliação
CSLL: Contribuição Social sobre Lucro Líquido
CVM: Comissão de Valores Mobiliários.
DRE: Demonstração de Resultados do Exercício
ELP: Exigível a Longo Prazo
ET: Endividamento Total
FASB: *Financial Accounting Standards Board*
FEA: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
FIEP/CAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, FEA/USP
FRS: *Financial Reporting Standards*
IAS: *International Accounting Standards*
IASB: *International Accounting Standards Board*
IPL: Imobilização do Patrimônio Líquido
IR: Imposto de Renda
IRNC: Imobilização dos Recursos Não Correntes
LALUR: Livro de Apuração do Lucro Real
LG: Liquidez Geral
ML: Margem Líquida
ONU: Organização das Nações Unidas
PC: Passivo Circulante
PCT: Participação de Capitais de Terceiros
PL: Patrimônio Líquido
RLP: Realizável a Longo Prazo
RSA: Retorno Sobre o Ativo
RSPL: Retorno Sobre o Patrimônio Líquido
SEC: *Security Exchange Commission*
SFAC: *Statement of Financial Accounting Concepts*
SRR: Sem Reserva de Reavaliação
USP: Universidade de São Paulo
UTFPR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Usuários da informação contábil	16
Quadro 2 - Síntese das legislações sobre reavaliação de ativos	55
Quadro 3 - Setores e contexto operacional.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Apuração do valor da reserva de reavaliação.....	45
Tabela 2 - Apresentação da reserva de reavaliação no balanço patrimonial, utilizando conta retificadora dos tributos.....	47
Tabela 3 - Apresentação da reserva de reavaliação no balanço patrimonial, sem a utilização de conta retificadora dos tributos.....	47
Tabela 4 – Modelo - Impactos da reavaliação nas demonstrações contábeis	72
Tabela 5 - Setores de atuação das empresas.....	87
Tabela 6 – <i>Wilcoxon Ranks Tests</i> – LG com valores originais	104
Tabela 7 - <i>Test Statistics(b)</i> - LG com valores originais.....	104
Tabela 8 - <i>Wilcoxon Ranks Tests</i> – LG com valores ajustados	105
Tabela 9 - <i>Test Statistics(b)</i> - LG com valores ajustados	105
Tabela 10 - <i>Wilcoxon Ranks Tests</i> – IPL com valores originais	106
Tabela 11 - <i>Test Statistics(b)</i> – IPL com valores originais	107
Tabela 12 - <i>Wilcoxon Ranks Tests</i> – IPL com valores ajustados	107
Tabela 13 - <i>Test Statistics(b)</i> – IPL com valores ajustados.....	108
Tabela 14 - <i>Wilcoxon Ranks Tests</i> – IRNC	109
Tabela 15 - <i>Test Statistics(b)</i> – IRNC	109
Tabela 16 - <i>Wilcoxon Ranks Tests</i> – ET com valores originais	110
Tabela 17 - <i>Test Statistics(b)</i> – ET com valores originais.....	110
Tabela 18 - <i>Wilcoxon Ranks Tests</i> – ET com valores ajustados	111
Tabela 19 - <i>Test Statistics(b)</i> – ET com valores ajustados.....	111
Tabela 20 - <i>Wilcoxon Ranks Tests</i> – CE com valores originais	112
Tabela 21 - <i>Test Statistics(b)</i> – CE com valores originais	112
Tabela 22 - <i>Wilcoxon Ranks Tests</i> – CE com valores ajustados	113
Tabela 23 - <i>Test Statistics(b)</i> – CE com valores ajustados	113
Tabela 24 - <i>Wilcoxon Ranks Tests</i> – PCT com valores originais.....	114
Tabela 25 - <i>Test Statistics(b)</i> – PCT com valores originais	114
Tabela 26 - <i>Wilcoxon Ranks Tests</i> – PCT com valores ajustados	115
Tabela 27 - <i>Test Statistics(b)</i> – PCT com valores ajustados	115
Tabela 28 - <i>Wilcoxon Ranks Tests</i> – ML.....	116
Tabela 29 - <i>Test Statistics(b)</i> – ML.....	116
Tabela 30 - <i>Wilcoxon Ranks Tests</i> – RSA.....	117
Tabela 31 - <i>Test Statistics(b)</i> – RSA	117
Tabela 32 - <i>Wilcoxon Ranks Tests</i> – RSPL com valores originais.....	118
Tabela 33 - <i>Test Statistics(b)</i> – RSPL com valores originais.....	119
Tabela 34 - <i>Wilcoxon Ranks Tests</i> – RSPL com valores ajustados.....	119
Tabela 35 - <i>Test Statistics(b)</i> – RSPL com valores ajustados	120
Tabela 36 – Resumo dos testes aplicados	120
Tabela 37 – Participação da reserva de reavaliação sobre o ativo permanente.....	121
Tabela 38 – Participação da reserva de reavaliação sobre o ativo total	122
Tabela 39 – Participação da reserva de reavaliação sobre o patrimônio líquido	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Constituição jurídica das empresas.....	88
Gráfico 2 - Tipos de reavaliação	89
Gráfico 3 - Periodicidade da reavaliação	92
Gráfico 4 - Provisão dos impostos	93
Gráfico 5 - Formas de realização da reserva	95
Gráfico 6 - Apresentação de informações sobre a reavaliação	98
Gráfico 7 - Empresas que reverteram PL negativo com reavaliação	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Seqüência do processo contábil.....	56
Figura 2 - Processo de tomada de decisão.....	57
Figura 3 - Tripé da análise das demonstrações contábeis	58
Figura 4 - Fórmula de cálculo do índice de imobilização do patrimônio líquido	61
Figura 5 - Fórmula de cálculo do índice de imobilização dos recursos não correntes.....	63
Figura 6 - Fórmula de cálculo do índice de endividamento total.....	63
Figura 7 - Fórmula de cálculo do índice de participação de capitais de terceiros sobre capitais próprios	64
Figura 8 - Fórmula de cálculo do índice de composição do endividamento.....	65
Figura 9 - Fórmula de cálculo do índice de liquidez corrente.....	66
Figura 10 - Fórmula de cálculo do índice de liquidez geral.....	67
Figura 11 - Fórmula de cálculo do índice de margem líquida	68
Figura 12 - Fórmula de cálculo do índice de retorno sobre o patrimônio líquido - RSPL.....	68
Figura 13 - Fórmula de cálculo do índice de retorno sobre o ativo - RSA	69
Figura 14 - Fórmula de cálculo do índice de participação da reserva de reavaliação sobre o ativo permanente	70
Figura 15 - Fórmula de cálculo do índice de participação da reserva de reavaliação sobre o ativo total.....	70
Figura 16 - Fórmula de cálculo do índice de participação da reserva de reavaliação sobre o patrimônio líquido	71

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

As demonstrações contábeis não são confiáveis. Esse comentário é freqüente em discussões sobre contabilidade; os motivos são diversos, principalmente, porque os valores contábeis não representam a realidade da empresa. Considerar os números contábeis não confiáveis significa que o processo contábil não passa de um engodo na vida da empresa, mas isso não é uma verdade.

A contabilidade, de acordo com Franco (1997, p.19) tem a função de mensurar e registrar os fenômenos ocorridos no patrimônio das empresas, para informar aos interessados nesse patrimônio a sua situação, seja econômica, financeira ou física.

Esse objetivo de informação está diretamente ligado às práticas executadas durante os procedimentos de mensuração e registro dos eventos ocorridos. Práticas que são regidas por uma legislação básica que se complementa e por vezes se altera com diversos outros instrumentos legais.

A existência de vários órgãos legisladores, como ocorre no Brasil, gera em algumas situações uma proliferação de legislações sobre um mesmo tema que se aplicam a determinados grupos empresariais, enquanto para outros é apenas uma sugestão de utilização. Como exemplo, têm-se as normas da CVM, que se aplicam de forma obrigatória somente às companhias abertas, mas podem ser utilizadas pelas companhias fechadas.

As diferentes formas possíveis de mensurar um evento contábil e as possibilidades dadas pelas legislações vigentes, como a Deliberação 183/95 da CVM e a Lei 6.404/76, por exemplo, para que sejam utilizados procedimentos diferentes para um mesmo fato, é o que pode causar problemas de confiabilidade e tornar de pouca comparabilidade as demonstrações, pois quando uma empresa aplica uma norma e outra aplica uma norma alternativa para um mesmo evento, as implicações disso serão informações diferentes nos resultados e o usuário, normalmente, não tem acesso às informações que esclareçam essas diferenças.

Em linhas gerais, associações de classe e entidades afins têm discutido, e estão agindo, no sentido de harmonização das normas contábeis e da adoção das normas internacionais editadas pelo IASB, órgão internacional responsável pela normatização contábil.

No Brasil, a tentativa de criar um órgão único, responsável pela emissão de normas contábeis, vem sendo discutida há algum tempo e, em outubro de 2005, houve um importante avanço nesse sentido. Por meio da Resolução 1.055/2005, o CFC formalizou a criação do CPC.

De acordo com essa Resolução, o CPC tem por objetivo:

[...] o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Mesmo existindo órgãos com o objetivo de centralizar a emissão das normas, pensar que isso será feito por um único órgão é algo distante e dificilmente acontecerá. Exemplo disso é a emissão de normas nos Estados Unidos onde o FASB é o órgão responsável, porém existem normas editadas pela SEC e pelo AICPA, entre outros órgãos.

Dessa forma, as empresas continuarão adotando diferentes práticas para um mesmo fenômeno e criando dificuldade na comparação de suas demonstrações, pois as mudanças ocorridas na composição patrimonial das empresas geram informações que podem produzir diferentes impactos no desempenho das companhias.

Nesse contexto, a análise de demonstrações contábeis, por qualquer que seja a técnica utilizada, sofre com a divergência dos critérios utilizados pelas empresas, pois, como saber ao analisar um balanço, se uma empresa adotou uma ou outra forma de contabilização, ou ainda, quais são as implicações que um modelo de mensuração tem sobre outro.

A falta de comparabilidade pode tornar de pouca utilidade a análise das demonstrações contábeis realizadas pelos tradicionais indicadores de desempenho, sem que o analista, praticamente, refaça as demonstrações, por meio de ajustes diversos buscando proporcionar números minimamente comparáveis.

1.2 Problema

Um exemplo de procedimentos alternativos que implicam em diferenças nas demonstrações é a avaliação dos ativos imobilizados, aos quais a legislação vigente permite a reavaliação ao valor de mercado e, por ser esse um tratamento alternativo, existem empresas que fazem e outras não.

A reavaliação de ativos foi instituída pela legislação com o objetivo de diminuir as diferenças existentes entre os valores contábeis e os valores de mercado dos ativos. É um procedimento adotado por diversas empresas com diferentes características e, conseqüentemente, o impacto desse procedimento também ocorre de forma diferente.

Iudícibus *et al.* (2003, p.315) advogam que muitas empresas têm feito uso indevido da reavaliação, com o objetivo de reduzir a distribuição de dividendos, ou então, quando sentem que seu patrimônio líquido está baixo e os índices de *debt equity* são comprometedores para fins de análise, ou por exigências de empréstimos.

Não bastando os diferentes motivos que geram a reavaliação dos ativos, Iudícibus *et al.* (2003, p.315) argumentam que a heterogeneidade das práticas em sua aplicação tornam os balanços das empresas peças incomparáveis. Primeiramente, porque a reavaliação é um procedimento alternativo realizado por algumas empresas e por outras não. Outra situação é que existem empresas que capitalizam a reserva sem deixar nenhuma informação sobre ela nas demonstrações, passando uma falsa impressão sobre o valor do seu patrimônio líquido. A realização da reserva, também, é um fator que diferencia os balanços, pois, algumas empresas simplesmente não a consideram.

No estudo de Lopes *et al.*, (2004, p.2)), sobre a reserva de reavaliação no mercado financeiro, os autores comentam que “Investidores podem perceber uma reavaliação de ativo como uma boa informação uma vez que ela aumenta o ativo líquido da firma. Alternativamente eles podem ver a reavaliação de ativos como um artifício de manipulação”¹, (tradução livre), ou seja, a reserva de reavaliação pode ter um impacto positivo na imagem da empresa com a melhoria na utilidade da informação gerada, uma vez que com a reavaliação os valores estarão

¹ *Investor can perceive an asset revaluation as being good information once it increases firms' net assets. Alternatively, they can take asset revaluation as being a manipulative device.*

mais próximos do seu real valor, mas, também, pode ser vista como uma forma de manipulação dos números das demonstrações gerando informações enganosas.

Nesse mesmo estudo (2004 p.9), os autores apresentam como resultados que:

[...] preços reagem negativamente à reserva de reavaliação [...] reservas de reavaliações são utilizadas para melhorar a posição do balanço patrimonial, sem nenhum real valor econômico [...] investidores reagem a reservas como más notícias e não como um real aumento nos ativos líquidos, o qual deveria ser tratado como boa notícia. (Tradução livre)²

Dessa forma, percebe-se que a reavaliação não é uma prática bem recebida pelo mercado financeiro, por gerar um aumento nos ativos líquidos sem uma real melhora no valor econômico das companhias; o que acontece é somente a mais valia nos bens.

O estudo feito por Lopes *et al.* é relevante no contexto, pois de acordo com Lopes (2002, p.7), “O mercado financeiro, é um dos maiores usuários da informação contábil por intermédio de analistas, corretoras, investidores institucionais e individuais, bancos de investimentos, etc.”

Iudícibus *et al.* (2003, p.315-316) comentam que a reavaliação, instituída com bons propósitos, tornou-se um procedimento que traz mais dificuldades do que benefícios para os usuários das demonstrações contábeis.

Atualmente, tramita no Legislativo Nacional, o Projeto de Lei 3.741/2000, o qual propõe a alteração da legislação societária, caso especificamente da Lei 6.404/76, mudando vários artigos, entre eles o parágrafo 3º do artigo 182, excluindo da legislação a reserva de reavaliação e propondo a criação de um item denominado ajustes de variação patrimonial, em substituição à reserva de reavaliação. No entanto, esse assunto não é abordado neste trabalho.

Nesse contexto, o problema de pesquisa apresentado neste estudo é: qual o tratamento dado por empresas que operam no Brasil, à reavaliação de ativos e quais seus impactos na análise das demonstrações contábeis.

1.3 Objetivos

A bibliografia existente sobre o tema reavaliação de ativos é, com raras exceções, focada especificamente na questão legal e nos procedimentos de contabilização e realização da reserva de reavaliação.

O objetivo principal deste trabalho é analisar os impactos da reavaliação de ativos sobre os mais tradicionais indicadores de análise das demonstrações contábeis, no Brasil.

De forma específica os objetivos, deste estudo são:

- verificar os procedimentos contábeis e legais da reavaliação de ativos no Brasil;
- fazer um estudo sobre o tratamento da reavaliação nas normas internacionais;
- analisar os reflexos dessa prática nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras;

Para atender a esses objetivos foi realizado um estudo empírico nas demonstrações publicadas pelas empresas que fazem a reavaliação buscando identificar se existem alterações na empresa quando ela faz a reavaliação, ou seja, como fica a sua estrutura de capital, a composição do patrimônio líquido e como as empresas utilizam a reavaliação.

Em síntese, a contribuição que se pretende com esta pesquisa, é apresentar um panorama de como a reavaliação de ativos está sendo utilizada pelas empresas que operam no Brasil e quais os efeitos gerados por essa prática nas demonstrações contábeis.

1.4 Estrutura do Trabalho

O trabalho foi estruturado em cinco capítulos, incluindo essa introdução. No capítulo dois, referencial teórico, apresenta-se uma pesquisa bibliográfica tratando da origem e dos objetivos da Contabilidade, do ativo e sua mensuração, do patrimônio líquido, da reavaliação de ativos e da análise das demonstrações contábeis. O capítulo três apresenta os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento do trabalho. O quarto capítulo mostra os resultados da pesquisa e suas análises, e o último tópico as conclusões do estudo.

²[...] prices react negatively to revaluation reserves [...] revaluation reserves are used to improve the balance sheet position without any real economic value [...] investors react to reserves as bad news opposed to a 'real' increase in net assets, which would be treated as good news

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Origem e objetivo da Contabilidade

Em qualquer obra que trate da origem da Contabilidade, encontram-se citações de que ela é tão antiga quanto a própria humanidade. Iudícibus (2004, p.34), por exemplo, cita que historiadores remontam os primeiros indícios da existência de contas e, portanto, de contabilidade, a aproximadamente, 2.000 anos a.C. Porém, antes disso, o homem primitivo já praticava uma forma rudimentar de contabilidade ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca ou ao contar seus rebanhos.

A evolução da contabilidade, segundo Iudícibus (2004, p.35), foi relativamente lenta até o aparecimento da moeda. O registro feito pelos comerciantes, na época da troca pura e simples, tratava-se de um mero elenco de inventário físico, sem avaliação monetária.

No processo evolutivo, Marion (2005, p.31) comenta que a Contabilidade atinge sua maturidade entre os séculos XIII e XVI d.C. consolidando-se com o trabalho elaborado pelo frade franciscano Luca Pacioli, publicado na Itália, em 1.494. Esse tratado sobre Contabilidade, ainda hoje, é de grande utilidade no meio contábil.

Nessa breve contextualização, percebe-se que a contabilidade originou-se da necessidade do homem em conhecer e controlar o seu patrimônio. Hendriksen e Van Breda (1999, p.49) argumentam que, praticamente, todo o desenvolvimento inicial da contabilidade esteve relacionado às necessidades de informações pelos administradores, e não investidores.

Atualmente, muitos são os usuários da informação contábil e cada grupo de usuários tem na contabilidade interesses específicos, com diferentes objetivos.

Assim, podem ser citados como usuários da informação contábil - além dos gestores que a utilizam para gerir o seu empreendimento - os investidores que querem saber se a empresa é um investimento rentável; os credores que buscam garantias da capacidade da empresa para arcar com suas obrigações; os órgãos governamentais que a utilizam para o recolhimento de

tributos; e pode-se generalizar, que a informação contábil é útil a toda a sociedade, pois pode avaliar se as atitudes da empresa são condizentes com o desenvolvimento da comunidade onde está inserida. O Quadro 1 apresenta, sem ser exaustivo, a sumarização, feita por Iudícibus, sobre os usuários da contabilidade e o principal tipo de informação que eles desejam.

Quadro 1 - Usuários da informação contábil

Usuário da informação contábil	Meta que desejaria maximizar ou tipo de informação mais importante
Acionista minoritário	Fluxo regular de dividendos.
Acionista majoritário ou com grande participação	Fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro por ação.
Acionista preferencial	Fluxo de dividendos mínimos ou fixos.
Emprestadores em geral	Geração de fluxos de caixa futuros, suficientes para receber de volta o capital mais os juros, com segurança.
Entidades governamentais	Valor adicionado, produtividade, lucro tributável.
Empregados em geral, como assalariados	Fluxo de caixa futuro capaz de assegurar bons aumentos ou manutenção de salários, com segurança; liquidez.
Média e alta administração	Retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido; situação de liquidez e endividamento confortáveis.

Fonte: Iudícibus (2004, p.23)

Esses grupos de usuários e outros ainda que tenham, ou pretendam estabelecer um relacionamento com a empresa, utilizarão suas demonstrações contábeis, como base para as mais variadas análises sobre o desempenho da empresa que lhes interessa.

A Deliberação CVM nº 29/86, que trata da estrutura conceitual básica da Contabilidade no Brasil, expõe que “O objetivo principal da contabilidade é permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras.”

A mesma Deliberação acrescenta, também, que “Os objetivos da contabilidade, devem ser aderentes, [...] àquilo que o usuário considera elementos importantes para seu processo decisório.”

Assim, considerando a necessidade de informações para a tomada de decisões, por qualquer um dos grupos de usuário, pode-se resumir que o objetivo principal da Contabilidade é gerar

ao seu usuário um conjunto de informações, de forma que ele possa utilizá-las no seu processo decisório.

Entretanto, Iudícibus (2004, p.21) argumenta que:

[...] ou porque a natureza do modelo decisório de cada tipo de usuário não foi ainda inteiramente revelada, ou por não ser do conhecimento dos contadores, o fato é que raramente se tem visto um desenvolvimento coerente e completo de quais seriam os vários conjuntos completos de informações a serem fornecidas para cada tipo de usuário.

Do ponto de vista de Iudícibus (2004, p.21), o objetivo da contabilidade está mais voltado para a construção de um “arquivo básico da informação contábil”, em que cada tipo de usuário possa obter, de forma flexível, de acordo com sua ênfase as informações que lhe sejam necessárias.

Para isso, no entanto, a informação deve ser gerada de forma oportuna, ou seja, em tempo de ser utilizada e também de forma integral, isto é, deve ser registrada pela sua expressão tanto física quanto monetária no valor exato em que ocorreu, conforme previsto pelos princípios fundamentais de Contabilidade na Resolução 750/93 do CFC. Caso contrário, será apenas um dado que pouco adianta para a tomada de decisão do usuário.

A qualidade da informação contábil está intimamente ligada ao processo de mensuração dos elementos constantes do patrimônio da empresa, os quais são classificados em: origens de capital, representados pelos capitais de terceiros registrados no passivo: os capitais próprios que são registrados no patrimônio líquido e as aplicações dos recursos, que são representadas pelos elementos constantes no ativo da empresa.

2.2 *Disclosure da Informação Contábil*

O *disclosure*, ou evidenciação, da informação contábil, de acordo com Iudícibus (2004, p.121) “[...] está ligado aos objetivos da contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários.”

Como já comentado, a necessidade dos usuários por informações é muito diversa, sendo assim é difícil definir quais são os dados que o usuário precisa para a tomada de decisões.

Nesse sentido, Iudícibus (2004, p.121), ao citar o *Accounting Research Study* nº 1, editado pelo AICPA, em 1961, comenta que “Os demonstrativos contábeis deveriam evidenciar o que for necessário, a fim de não torná-los enganosos.”

Hendriksen, citado por Iudícibus (2004, p.121-122), apresenta algumas situações que, quando não reveladas, podem tornar enganosas as demonstrações contábeis:

- uso de procedimentos que afetam materialmente as apresentações de resultados ou de balanços comparados com métodos alternativos que poderiam ser supostos pelo leitor, na ausência da evidenciação;
- mudança importante nos procedimentos de um período a outro;
- eventos significativos ou relações que não derivam das atividades normais;
- contratos especiais ou arranjos que afetam as relações de contratantes envolvidos;
- mudanças relevantes ou eventos que afetariam normalmente as expectativas; e
- mudanças sensíveis nas atividades ou operações que afetariam as decisões relativas à empresa.

Hendriksen e Van Breda (1999, p.515) argumentam que “A quantidade de informação a ser divulgada depende em parte, da sofisticação do leitor que a recebe”.

Em se tratando da quantidade de evidenciação, Iudícibus (2004, p.124) comenta que muitos conceitos têm sido utilizados: evidenciação adequada, evidenciação justa e evidenciação plena.

No entanto, como exposto por Hendriksen e Van Breda (1999, p.515), “Não há diferença real entre esses três conceitos, caso sejam utilizados no contexto apropriado.” Iudícibus (2004, p.124) advoga que “[...] toda a informação para o usuário precisa ser, ao mesmo tempo, adequada, justa e plena.”

O objetivo da evidenciação, de acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p.515), “é dar informação importante e relevante aos usuários [...] para ajudá-los a tomar decisões da melhor maneira possível [...] a informação que não é importante ou relevante é omitida para tornar as apresentações significativas e compreensíveis.”

Iudícibus (2004, p.125) comenta que os conceitos de materialidade e relevância estão intimamente ligados à evidenciação e que “Os limites e a extensão do que deve ser evidenciado podem referir-se a informações quantitativas e qualitativas.”

No caso de informações quantitativas, as medidas da relevância e da materialidade são mais facilmente mensuradas, por diversos critérios. Como exemplo, Iudícibus (2004, p.125) cita a representatividade percentual de um item sobre o lucro líquido, sobre a receita bruta ou sobre qualquer outro item da Demonstração de Resultados.

Hendriksen e Van Breda (1999, p.516) alertam que a “Informação que não pode ser colocada em termos quantitativos é mais difícil de avaliar, em termos de significância e relevância, porque recebe pesos variados dos indivíduos que a utilizam para a tomada de decisões [...] informação não quantitativa é relevante e merecedora de divulgação somente se é útil para o processo decisório.”

2.3 Ativo

As empresas necessitam realizar investimentos de ordem física, tais como máquinas, equipamentos, veículos, estoques, entre outros bens que são necessários para a entidade desenvolver a sua atividade. A Contabilidade registra esses investimentos no grupo de ativos que podem ser: correntes quando são rapidamente conversíveis em expressão monetária, ou não correntes quando se destinam à manutenção da atividade da empresa e não serão convertidos em dinheiro a curto prazo, ou, pelo menos, não se destinam a esse fim.

Hendriksen e Van Breda (1999, p.283) citam o SFAC 6 do FASB que define ativo como “[...] benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma dada entidade em consequência de transações ou eventos passados.”

Iudícibus (2004, p.138) menciona que Sprouse e Moonitz, no ARS nº 3, do AICPA, de 1962, expressam que “[...] ativos representam benefícios futuros esperados, direitos que foram adquiridos pela entidade como resultado de alguma transação corrente ou passada.”

Canning citado por Hendriksen e Van Breda (1999 p.284) argumenta que ativo é

qualquer serviço futuro, em termos monetários, ou qualquer serviço futuro conversível em moeda [...] cujos direitos pertencem legal ou justamente a alguma pessoa ou algum conjunto de pessoas. Tal serviço é um ativo somente para essa pessoa ou esse grupo de pessoas que o usufrui.

Percebe-se o consenso dessas definições no sentido de que ativos são benefícios futuros para a empresa, sob seu controle e tenham origem em transações correntes ou passadas ocorridas com o ambiente externo à empresa.

Iudícibus (2004, p.138) argumenta que “Ativos podem ser constituídos como resultado do esforço de pesquisa da empresa, de natureza contínua, pela organização excelente e por fatores intangíveis não necessariamente ligados a transações com o mundo exterior.” Assim, acrescenta uma nova variável à definição do ativo que é o valor intangível, criado na própria empresa.

Considerando essa nova variável, Iudícibus (2004, p.139) define ativos como “[...] recursos controlados por uma entidade, capazes de gerar, mediata ou imediatamente, fluxos de caixas.”

Esses recursos “[...] ao trazerem benefícios imediatos ou futuros, transformarão esses benefícios em entradas líquidas de caixa ou em economia de saídas líquidas de caixa” (IUDICIBUS 2004, p.139) tornando-se, assim, um ativo disponível para novos investimentos na empresa.

A partir dessas definições e utilizando o que escreveram Hendriksen e Van Breda (1999, p.285), os ativos podem apresentar as seguintes características:

- incorporam um benefício futuro provável que envolve a capacidade, isoladamente ou em combinação com outros ativos, de contribuir direta ou indiretamente à geração de entradas líquidas de caixa futuras;
- uma dada entidade pode conseguir o benefício de controlar o acesso de outras entidades a esse benefício e
- a transação ou o evento originando o direito da entidade ao benefício, ou seu controle sobre o mesmo, já terá ocorrido.

Complementando as características apresentadas por Hendriksen e Van Breda, Iudícibus (2004, p.139) apresenta ainda que:

- o ativo deve ser considerado modernamente, em primeiro lugar, quanto à sua controlabilidade por parte da entidade, subsidiariamente quanto à sua propriedade e posse;
- precisa estar incluído no ativo, em seu bojo, algum direito específico a benefícios futuros ou, em sentido mais amplo, o elemento precisa apresentar uma potencialidade de serviços futuros para a entidade;
- o direito precisa ser exclusivo da entidade; por exemplo, o direito de transportar a mercadoria da entidade por uma via expressa, embora benéfico, não é ativo, pois é geral, não sendo exclusivo da entidade.

A condição para ser um ativo, segundo Iudícibus (2004, p.139), é que confira à entidade expectativas de benefícios futuros; assim, atendendo a esse pressuposto, os ativos podem originar-se de aquisição, construção ou mesmo de doação.

A Lei 6.404/76, artigo 178, parágrafo 1º, classifica os ativos em circulante, realizável a longo prazo e permanente, sendo esse dividido em investimentos, imobilizado e diferido.

Marion (2005, p.59) esclarece que no circulante são agrupadas as contas que já são dinheiro, tais como caixa e bancos, com as que serão convertidas em dinheiro rapidamente, por exemplo, títulos a receber e estoques. No realizável a longo prazo, alocam-se as contas que representam direitos a receber, mas que se transformarão em dinheiro mais lentamente. São ativos de menor liquidez.

No grupo de ativos permanentes, o mesmo autor explica que são agrupados os itens que dificilmente serão convertidos em dinheiro, normalmente não se destinam à venda, mas são utilizados como meio para alcançar os objetivos operacionais da empresa.

Normalmente, o valor mais expressivo na composição patrimonial das empresas é o ativo imobilizado e na sua composição podem existir bens tangíveis e também intangíveis. Os tangíveis representam a estrutura física da empresa, são os bens materiais que existem fisicamente e podem ser tocados, como, por exemplo, imóveis, maquinários, etc. Os intangíveis são os bens patrimoniais que não existem fisicamente, mas que possuem valor e são registrados na empresa, tais como: marcas, patentes, concessões, etc.

Iudícibus (2004, p.201) caracteriza um ativo imobilizado como um bem que deve “[...] apresentar utilidade para a empresa, ou seja, possa ser utilizado nas operações normais e que o seu ciclo de capacidade seja superior a um ciclo operacional, isto é, que seja de longa duração.”

Marion (2005, p.327) assevera que para ser considerado um ativo imobilizado o bem deve apresentar três características concomitantemente, a saber: “[...] natureza relativamente permanente (considerando que nenhum bem tem vida útil ilimitada); ser utilizado na operação dos negócios e não se destinar à venda.”

Em muitas empresas, o item de ativo imobilizado é responsável por uma grande participação na composição total do ativo, dessa forma, a valoração desse item tem grande importância para diversas informações referentes à empresa.

A discussão sobre a melhor forma de mensuração para os ativos é um assunto muito vivo no meio contábil; no tópico seguinte, apresentam-se as principais formas de mensuração de ativos, constantes na literatura.

2.4 Mensuração do ativo

Hendriksen e Van Breda (1999, p.304) definem, contabilmente, o processo de mensuração como “[...] atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos associados a uma empresa [...] objetos incluem contas a receber, instalações e equipamentos [...] atividades incluem vendas de produtos e serviços e pagamentos de dividendos.”

Conceitualmente, de acordo com o Comitê de Conceitos e Padrões da *American Accounting Association*, “[...] a medida de valor de um ativo é a soma dos preços futuros de mercado dos fluxos de serviços a serem obtidos, descontados pela probabilidade de ocorrência e pelo fator juro, a seus valores atuais.” (IUDICIBUS, 2004, p.140).

A literatura contábil apresenta várias formas pelas quais os ativos podem ser mensurados, gerando informações diferentes; assim a escolha do método de mensuração de ativos deve ter em vista quais os objetivos da informação decorrente da contabilidade.

Sobre as várias formas de avaliação, Martins (2001, p.399) advoga que “[...] parece consistente afirmar que elas não são necessariamente excludentes, mas sim complementares.”

As diferentes formas de mensurar o ativo refletem a variedade de aplicações da contabilidade, pois em algumas situações aplica-se determinada forma de mensuração e em outras a mesma aplicação pode gerar informação enganosa. Como exemplo, pode ser citado Iudícibus (2004, p.142) que explica:

ativos monetários e assemelhados deveriam ser expressos em termos de entradas esperadas de caixa, ajustadas pelo prazo de espera de recebimento, sempre que relevante; os itens não

monetários não são tão amenos, quanto à sua avaliação pelo custo de aquisição ou algum conceito derivado.

Assim, se os ativos não monetários - imobilizados, inventários, etc – forem registrados em termos de entradas esperadas de caixa, estarão incorporados no valor dos bens o potencial de lucros que produzirão futuramente; e, no caso específico dos imobilizados, a distorção seria ainda maior, uma vez que não se destinam à comercialização.

O mesmo autor, ainda, argumenta que, em um mercado livre, o custo de aquisição pode ser uma quantificação satisfatória das expectativas de serviços futuros, no momento da aquisição, porém, esse custo de aquisição poderá sofrer alterações por motivos tais como: depreciação, amortização ou obsolescência.

Considerando que os bens e serviços são trocados por dinheiro, Hendriksen e Van Breda (1999, p.305) argumentam que “[...] os preços de troca (preços de mercado) devem ser relevantes para divulgação [...] as decisões econômicas afetam somente valores correntes ou futuros, então o preço de troca nestas bases de valor são tão importantes quanto os valores passados”, assim, as três formas de medidas devem ser consideradas no momento da mensuração de um item patrimonial.

Hendriksen e Van Breda (1999, p.319) esclarecem que:

A escolha da medida a ser utilizada envolve análise cuidadosa dos objetivos da mensuração em contabilidade. [...] Em muitos casos, a medida mais relevante pode não ser suficientemente confiável para uma demonstração financeira de finalidade genérica. [...] a mensuração de ativos deve ser função das finalidades amplas da divulgação financeira.

Percebe-se, então, que a utilização de um único conceito para a mensuração dos ativos fica enfraquecida, pois um único modelo de mensuração não é capaz de bem atender a todas as finalidades para as quais a informação contábil é gerada, como exposto por Martins (2001, p.90) “[...] não existe um conceito perfeito [...] as situações específicas exercem forte influência sobre o processo de escolha da estrutura teórica mais adequada.”

Quando se refere aos preços de troca é importante considerar que eles são extraídos do mercado e que a empresa opera com dois preços de mercado: os de entrada e os de saída, e a avaliação por um ou por outro gera informações diferentes.

Medidas de entrada são apresentadas por Hendriksen e Van Breda (1999, p.303) como *os* custos de aquisição de ativos em mercados organizados. E esses custos podem ser extraídos de mercados passados, correntes ou futuros.

Os mesmos autores explicitam que medidas de saída representam os valores de venda de ativos em mercados organizados. E estes valores de venda também podem ser extraídos de mercados passados, correntes ou futuros.

De acordo com Iudícibus (2004, p.142), “Verifica-se que, no âmago de todas as teorias para a mensuração de ativos, se encontra a vontade de que a avaliação represente a melhor quantificação possível dos potenciais de serviços que o ativo apresenta para a entidade.”

No processo de mensuração contábil, tanto os valores de entrada quanto os de saída são utilizados, em momentos distintos, assim a questão não é tanto qual deve ser a medida usada, mas quando usá-la. O tópico seguinte discorre sobre essas formas de mensuração apresentando suas principais características.

2.4.1 Valores de entrada

O registro dos itens patrimoniais por seus valores de entrada, ou seja, ao custo de aquisição, é a prática mais presente na Contabilidade, em especial nos relatórios voltados ao usuário externo. Martins (2001, p.25) argumenta que essa forma de registro é mais utilizada, pela sua “[...] maior facilidade de identificação (praticabilidade)” e pela “[...] maior facilidade de comprovação, principalmente devido à forte correlação com o fluxo de caixa e com documentos comprobatórios (objetividade).”

Para Iudícibus (2004, p.148), “[...] os valores de entrada são mais adequados do que os valores de saída como base geral de avaliação do ativo, pois podem representar o valor máximo para a empresa ou porque muitas vezes não existe um mercado para valores de venda.” O mesmo autor argumenta que os valores de entrada apresentam maior objetividade e, em tese, não permitem o reconhecimento da receita antes da sua realização.

A objetividade e praticabilidade citada como fator de utilização dos valores de entrada é contraposta pelo fator utilidade da informação. Martins (2001, p.25) argumenta que:

[...] tais características, embora muito importantes para a contabilidade financeira, deixam a desejar no tocante à gestão interna da empresa. A principal deficiência dos valores de entrada é a propensão ao não reconhecimento dos resultados potenciais causados pelas ações dos administradores, inviabilizando seu uso exclusivo para a apuração de uma aproximação razoável do valor econômico do empreendimento (utilidade).

Nos tópicos a seguir, apresentam-se alguns métodos de avaliação pelos valores de entrada. Observe-se que são os principais e mais encontrados na literatura, não sendo, portanto, exaustivos.

2.4.1.1 Custos históricos ou custos originais

O custo histórico é o registro contábil pelo valor de ocorrência de determinado evento com o ambiente externo à empresa. Hendriksen e Van Breda (1999, p.306) o definem como

o preço agregado pago pela empresa para adquirir a propriedade e o uso de um ativo, incluindo todos os pagamentos necessários para colocar o ativo no local e nas condições que permitam prestar serviços na produção ou em outras atividades da empresa.

Martins (2001, p.31) apresenta o custo histórico como “[...] o sacrifício efetuado para disponibilizar um dado recurso”, o autor complementa explicando que disponibilizar significa deixar o recurso em condições de uso ou venda.

O principal fator de utilização do custo histórico é sua objetividade, o fato de ser um valor verificável. Conforme exposto por Hendriksen e Van Breda (1999, p.306), “[...] é o preço de uma transação realizada. O custo que resulta de uma transação independente e combinada pelo comprador e pelo vendedor em um mercado livre representa o valor mínimo do ativo para o comprador.”

Hendriksen e Van Breda citados por Iudícibus (2004, p.149) reconhecem que uma das principais razões da adoção generalizada do custo histórico tem sido sua estreita relação com o conceito de realização da receita na mensuração do lucro. De fato, um lucro baseado em valores históricos é totalmente realizado, tanto na parte operacional quanto na dos ganhos.

Para Iudícibus (2004, p.149), “[...] uma das razões mais fortes para a adoção do custo histórico é sua possível aderência, no momento da aquisição, para expressar para a empresa os potenciais de serviços futuros do ativo que está sendo adquirido.” É importante ressaltar que o custo histórico representa o potencial de serviços futuros no momento da aquisição do ativo, pois com o passar do tempo esse modelo de avaliação apresenta a sua maior deficiência, que é a defasagem do valor histórico em comparação ao valor real do ativo.

Quando da avaliação de ativos não monetários, Iudícibus (2004, p.149) explicita que é “[...] a objetividade e verificabilidade o motivo de sua adoção. Comenta ainda que quando o que se dá em troca pela aquisição de um ativo consiste em um ativo não monetário, o valor de troca é determinado por seu preço corrente.”

A principal desvantagem do custo histórico apontada por Iudícibus (2004, p.149) e Hendriksen e Van Breda (1999, p.306) é a de que o valor do ativo para a empresa pode variar com o passar do tempo, e com essa variação não só monetária, mas também quanto aos benefícios futuros que o ativo ainda pode gerar, o valor histórico, ao fim de longos períodos, pode não ter significado algum como medida da quantidade de recursos monetários disponíveis à empresa, ou seja, é uma informação de pouca utilidade. Iudícibus, ainda, apresenta outra desvantagem que é “[...] não permitir reconhecer perdas e ganhos quando real e economicamente acontecem, mas somente quando são realizados.”

Martins (2001, p.36) diz que o custo histórico deve ser evitado quando se pretende apurar a capacidade de geração futura de riqueza do objeto avaliado.

2.4.1.2 Custos correntes ou custos de reposição

No custo corrente ou custo de reposição, os itens patrimoniais são registrados considerando o que a empresa gastaria para repor esse item no seu patrimônio. Hendriksen e Van Breda (1999, p.308) apresentam o custo corrente como “[...] o preço de troca que seria exigido hoje para obter o mesmo ativo ou um ativo equivalente.”

Iudícibus (2004, p.150) salienta que são utilizados serviços ou ativos equivalentes porque “[...] freqüentemente o valor dos benefícios a serem obtidos com o novo ativo não é igual ao custo corrente do ativo antigo. Provavelmente nunca serão iguais,” ou seja, o preço de mercado tido como base para a avaliação do custo corrente do ativo da empresa, dificilmente

terá exatamente a mesma vida útil e a mesma capacidade de geração de benefícios do que o ativo que está na empresa.

O custo corrente é um valor obtido no mercado e nesse sentido, Hendriksen e Van Breda (1999, p.308) alertam que o valor desse custo deve ser obtido no mercado no qual a empresa normalmente adquire seus ativos e serviços, e não em que usualmente, ela vende seus ativos ou serviços no curso normal de suas operações.

Iudícibus (2004, p.150) advoga que apesar da dificuldade em definir o custo corrente, ele apresenta uma série de vantagens sobre o custo histórico, entre elas “[...] é uma medida que aumenta o poder preditivo do balanço, [...] melhor compara receita com despesa e representa uma aproximação do valor da empresa”.

2.4.1.3 Custo histórico corrigido

Nesse método, originado no custo histórico, o custo é ajustado para reconhecer os efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda (inflação/deflação), dessa forma ganhando em utilidade de informação e sem perder a sua objetividade no registro.

Martins (1972, p.2) define o custo histórico corrigido como:

[...] o custo histórico, que seja objeto de uma correção, quer por um coeficiente derivado da variação do Índice Geral de Preços (IGP), quer por um derivado de outro índice mais específico. Assim tem-se a possibilidade de se colocar diversos custos de diferentes datas em termos de uma moeda de capacidade aquisitiva (geral ou específica) de uma outra data qualquer; isto melhora indubitavelmente a possibilidade de comparações, tão necessárias à Administração e à Economia.

Como observado por Iudícibus (2004, p.151), com o custo histórico corrigido não se pretende chegar ao custo de reposição, mas somente restabelecer os custos passados em termos de poder aquisitivo da moeda.

A Lei 6.404/76 permitiu, no Brasil, a mensuração pelo custo histórico corrigido através do registro da correção monetária dos bens. Esse procedimento foi adotado até o fim do ano de 1995, quando a legislação proibiu o uso da correção monetária a partir de 1996.

O custo histórico corrigido apresenta as mesmas vantagens, já expostas, do custo histórico e, ainda, uma adicional, pela atualização monetária sofrida, proporcionando a comparabilidade das demonstrações de diferentes datas-base, já que estarão ajustadas para uma mesma data.

Martins (2001, p.45) argumenta, ainda, que essa forma de mensuração evita a descapitalização da empresa, pois com a correção monetária os lucros estarão ajustados pela valorização ou desvalorização e os dividendos serão distribuídos sobre esse valor corrigido, ou seja, já considerando a necessidade monetária da empresa para a manutenção do seu capital.

2.4.1.4 Custo corrente corrigido

Para Iudícibus (2004, p.151), esse é talvez o mais completo conceito de avaliação de ativos a valores de entrada por combinar as vantagens do custo corrente com as do custo histórico corrigido.

O custo corrente corrigido é o registro dos bens ao seu valor de mercado, como explanado no custo corrente, e ajustados pela variação do poder aquisitivo da moeda. Martins (2001, p.81) comenta que esse método “[...] proporciona maior utilidade aos relatórios contábeis,” cabendo os mesmos comentários feitos ao custo histórico corrigido.

2.4.2 Valores de saída

Avaliar um ativo pelo seu valor de saída significa valorá-lo pelo que é possível receber por ele quando de uma negociação, pois, considere-se como Hendriksen e Van Breda (1999, p.310) que apresentam os preços de saída como “[...] o volume de caixa, ou valor de algum outro instrumento de pagamento, recebido quando um ativo ou serviço deixa a empresa por meio de troca ou conversão.”

Martins (2001, p.94) esclarece que “[...] os valores de saída objetivam atribuir utilidade à informação, pela aproximação do valor econômico do objeto avaliado.” Porém, de acordo com o mesmo autor, nessa busca pela utilidade da informação, que é o objetivo da contabilidade, a mensuração a valores de saída é mais subjetiva e menos prática quando comparada aos valores de entrada.

2.4.2.1 Valor realizável líquido

O registro ao valor realizável líquido é o valor corrente de venda do ativo, deduzidos dele todos os custos e despesas necessários à conclusão do processo de venda. Hendriksen e Van Breda (1999, p.310) definem esse método como:

o preço corrente de saída menos o valor corrente de todos os custos e despesas incrementais esperados (excluindo efeitos fiscais), relacionados à conclusão, à venda e à entrega da mercadoria. Se forem significantes, as despesas adicionais de cobrança também deverão ser deduzidas.

Os mesmos autores consideram limitações ao uso desse conceito a dificuldade que, geralmente, existe em estimar os desembolsos adicionais necessários para completar, vender e entregar o produto; e também a divulgação do lucro com transações antes de serem concluídas todas as atividades associadas à venda. A informação gerada por essa forma de mensuração considera como lucro um valor potencial e não realizado.

2.4.2.2 Equivalentes correntes de caixa

Esse método foi proposto por Chambers para a avaliação de todos os ativos. Hendriksen e Van Breda (1999, p.311) e também Iudícibus (2004, p.147-148) explicam que esse método exprime o total de dinheiro que poderia ser obtido, na hipótese da venda dos ativos sob condições de liquidação ordenada, medindo os ativos da empresa ao valor de mercado de ativos de natureza e condições semelhantes.

Iudícibus (2004, p.148) argumenta que é um conceito de difícil aplicação, pois excluiria do ativo todos os itens que não tivessem um valor presente de mercado. Hendriksen e Van Breda (1999, p.311) apresentam o mesmo argumento e exemplificam citando um equipamento especializado que não possui um valor de mercado e ainda os intangíveis que também não possuem tal valor. No conceito proposto por Chambers, esses ativos devem ser baixados no momento de aquisição pela impossibilidade de serem registrados ao que valem no mercado.

2.4.2.3 Valores de liquidação

Essa forma de mensuração pressupõe a descontinuidade do empreendimento. Hendriksen e Van Breda (1999, p.311) e também Iudícibus (2004, p.148) argumentam que os valores de liquidação presumem uma venda forçada, tanto para clientes normais como para outras firmas, com preços extremamente reduzidos.

Os mesmos autores defendem a utilização desse método de mensuração somente quando mercadorias ou outros ativos se tornarem obsoletos ou por qualquer outro motivo perderem seu mercado normal e quando a empresa não espera continuar o empreendimento, tornando-se incapaz de vender o ativo em seu mercado normal.

Depreende-se das exposições realizadas que a mensuração dos ativos é, talvez, o tema mais polêmico e de difícil definição na teoria contábil: para cada situação é possível aplicar mais de uma forma de mensuração e a escolha por um ou outro método deve ser feita tendo em vista o tipo de informação que se quer gerar.

Diante das diversas formas de mensurar os ativos, Iudícibus (2004, p.148) assevera que “[...] as abordagens reais à avaliação são muitas vezes ecléticas, misturando valores de entrada e de saída, embora predominem, de fato, os de entrada, na prática atual.”

2.5 Depreciação

Os bens tangíveis do ativo, por desvalorização, desgaste ou por obsolescência, estão sujeitos ao processo de depreciação ou amortização. Em termos conceituais, depreciação, amortização ou exaustão apresentam o mesmo sentido de registrar a alocação de recursos no decorrer da vida útil do bem, porém, o conceito desses termos, em especial depreciação, é ainda muito discutido na teoria contábil.

O que parece coerente na discussão é que depreciação não se trata do registro da desvalorização do bem, de forma a ajustar o lucro da empresa visando a uma futura reposição do bem do ativo, mas, sim, de uma distribuição temporal do custo de aquisição dos bens.

Nesse sentido, Hendriksen e Van Breda (1999, p.327) argumentam que a “[...] depreciação nada mais é do que a alocação de custos ao longo da vida útil do ativo;” aspecto também reforçado por Martins (1999 p.2) ao explicitar que a “[...] depreciação representa a alocação de um pedaço do caixa desembolsado, ou mesmo a desembolsar, na aquisição de um imobilizado.”

Nesse contexto ainda, Stickney e Weil (2001, p.392) advogam que “[...] a depreciação aloca, de forma sistemática, o custo dos ativos imobilizados aos períodos que se beneficiam de sua

utilização;” também Hendriksen e Van Breda (1999, p.326) citam o Comitê de Terminologia do AIA, que define a depreciação como “[...] um processo de alocação e não de avaliação.”

Esse mesmo Comitê do AIA comenta que a contabilidade da depreciação

é um sistema que procura distribuir o custo ou outro valor básico de ativos reais tangíveis, menos o valor residual (se houver), pela vida útil estimada da unidade (que pode ser um grupo de ativos) de maneira sistemática e racional.

Stickney e Weil (2001, p.393) comentam que o cálculo da depreciação é um processo relativamente arbitrário, apesar de sistemático, e justificam argumentando que “[...] a contabilidade não pode calcular um valor ‘correto’ da depreciação,” pois esta é calculada a partir da estimativa de vida útil do ativo imobilizado e este beneficia vários períodos contábeis; os mesmos autores dizem ainda que “[...] esse tipo de ativo representa um custo conjunto dos períodos que se beneficiam do ativo [...] não existe uma forma correta de alocar custos conjuntos.”

A depreciação representa a diminuição da capacidade de geração de benefícios futuros para a empresa e essa capacidade de geração é de avaliação bastante subjetiva, dependendo inclusive do método de mensuração utilizado no ativo. Essa afirmação reforça o argumento de Stickney e Weil, apresentado anteriormente, de que a contabilidade não pode calcular o correto valor da depreciação e que essa forma correta não existe, ou pelo menos, sua aplicação não é economicamente viável.

Percebe-se, então, nos conceitos apresentados, que todos consideram o valor gasto na aquisição de um determinado bem, como um item a ser registrado como despesa, proporcionalmente, com o transcorrer da vida útil do ativo para a empresa.

2.6 Patrimônio líquido

De acordo com Franco (1997, p.31) os recursos investidos na atividade da empresa têm origem em duas fontes distintas: os capitais próprios, que formam o patrimônio líquido, e os capitais de terceiros, que representam as exigibilidades da empresa.

O mesmo autor (1997, p.31) esclarece que os capitais próprios podem originar-se de duas formas, a saber: pelo investimento do sócio ou então pela própria atividade patrimonial, como

lucros e reservas. Já os capitais de terceiros caracterizam-se como os recursos obtidos junto a fornecedores ou então financiadores.

Iudícibus (2004, p.184) apresenta três elementos que distinguem o passivo do patrimônio líquido, a saber:

- os graus de prioridade atribuídos aos vários participantes no fornecimento de recursos à empresa (próprios e de terceiros);
- o grau de certeza na determinação dos montantes a serem recebidos pelo participante; e
- as datas de vencimento dos pagamentos dos direitos finais.

Em suma, a distinção faz-se pela exigibilidade com prazos e valores estabelecidos dos passivos, enquanto no patrimônio líquido os valores investidos não têm essa característica, ou seja, o sócio não injeta recurso na empresa com prazo fixo para retirá-lo.

Dessa forma, comumente, define-se o patrimônio líquido como a parcela correspondente aos sócios da empresa, por ocasião da descontinuidade de suas atividades, ou seja, o que sobrarão aos sócios após a quitação de todas as obrigações da empresa com os capitais de terceiros.

A abordagem do patrimônio líquido sob a ótica da teoria do proprietário é que conduz a esse entendimento. De acordo com essa teoria, como exposto por Iudícibus (2004, p.185), o proprietário é o foco da contabilidade, pois as receitas e despesas ocorridas na atividade da empresa representam, respectivamente, acréscimos e decréscimos na propriedade. Os dividendos recebidos representam retiradas de capital e os lucros acumulados parte da propriedade. Nessa abordagem, o patrimônio líquido é definido como o valor do ativo menos o valor do passivo.

Outra forma de abordar o patrimônio líquido é a teoria da entidade. Nela entende-se que a entidade tem vida própria, independente dos interesses pessoais dos proprietários. Marion (2005, p.383) esclarece que, nessa visão, o patrimônio líquido pertence à entidade e não aos proprietários, exceto os dividendos distribuídos. O mesmo autor (2004, p.383) argumenta ainda que essa teoria pressupõe uma entidade em continuidade, pois, na hipótese de descontinuidade, o patrimônio líquido pertenceria aos sócios.

Nesse ponto de vista, de acordo com Iudícibus (2004, p.186), o patrimônio líquido é somado às obrigações para, então, formar a equação contábil com o ativo, ou seja, o patrimônio líquido é considerado como um passivo para a empresa.

Ainda outras abordagens são apresentadas na literatura contábil, porém são derivadas da idéia apresentada na teoria do proprietário e a teoria da entidade e não serão discutidas no contexto deste trabalho.

Observando o texto da legislação, deve-se citar a Lei 6.404/76, Art. 178, parágrafo 2º, que define que o patrimônio líquido será dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados. No art. 182, a mesma lei identifica o entendimento da conta capital social como a que discriminará o montante subscrito pelos sócios deduzido da parcela ainda não realizada. No mesmo artigo, são discriminadas as contas de reservas.

Cabe, antes de comentar as reservas, distinguí-las de provisões, pois esse é um assunto que pode gerar algum equívoco no registro de um evento contábil e, como as reservas são valores constantes no patrimônio líquido, enquanto as provisões são valores de ativos ou passivos, a classificação incorreta de um evento gera uma informação errada, que pode prejudicar o processo decisório do gestor ou investidor.

Iudícibus *et al.* (2003, p.291) explicam que provisões “[...] são reduções de ativo ou acréscimo de passivos [...] cujos valores ainda não estão definidos;” os valores das provisões representam uma expectativa de perda, no caso dos ativos, ou quando de passivos, uma estimativa de desembolso que certamente ocorrerá, porque seu fato gerador já ocorreu.

As reservas são definidas por Marion (2005, p.386) como “[...] acréscimos ao patrimônio líquido que, quase sempre, são utilizados para aumento de capital.” Esses valores não constituirão exigibilidades para a empresa, essa é a principal diferença em relação às provisões. Iudícibus *et al.* (2003, p.292) comentam que as reservas são a explicação para a diferença entre o patrimônio líquido e o capital realizado.

Na seqüência deste estudo, serão apresentadas as principais características dos grupos de reservas apresentados na Lei 6.404/76.

Reservas de capital são valores originados fora da atividade da empresa. São constituídas, como explicado por Iudícibus *et al.* (2003, p.295), “[...] com valores recebidos pela companhia e que não transitam pelo resultado como receitas [...] não têm como contrapartida qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou serviços.”

Quanto à conceituação da reserva de capital, Iudícibus *et al.* (2003, p.295) asseveram que o relevante é a inexistência de qualquer obrigação ou restrição futura quando do recebimento dos recursos, dos ativos ou da redução do passivo, e é dessa forma que entendem o IASB e a ONU.

Ainda, os mesmos autores explicam que os valores que constituem essas reservas se destinam a reforço de capital. De acordo com Marion (2005, p.388), as reservas de capital somente poderão ser utilizadas para absorção de prejuízos e incorporação de capital. Iudícibus *et al.* (2003, p.298) complementam ainda, em concordância com o artigo 200 da Lei 6.404/76, a utilização da reserva de capital para resgate, reembolso ou compra de ações, resgate de partes beneficiárias e pagamento de dividendos a ações preferenciais.

O parágrafo 1º, do artigo 182, destaca que devem ser classificadas como reservas de capital:

- a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações, sem valor nominal, que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;
- o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- o prêmio recebido na emissão de debêntures; e
- as doações e as subvenções para investimento.

As reservas de reavaliação registrarão as diferenças entre os valores contábeis e o valor de mercado dos bens que sofrerem a reavaliação, conforme explicitado no parágrafo 3º da legislação supra citada: “[...] serão classificadas como reservas de reavaliação as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo em virtude de novas avaliações com base em laudo nos termos do art. 8º, aprovado pela assembléia geral.” O tema reavaliação de ativos e, conseqüentemente, a reserva de reavaliação serão foco de discussão em tópicos posteriores.

As reservas de lucros são constituídas a partir dos resultados gerados pela atividade da empresa, pela apropriação dos lucros da companhia, de acordo com o exposto no parágrafo 4º do artigo 182 da Lei 6.404/76.

Tendo em vista as definições da legislação, Iudícibus *et al.* (2003, p.299) apresentam as seguintes reservas, que se classificam como reservas de lucros:

- reserva legal;
- reservas estatutárias;
- reservas para contingências;
- reserva de lucros a realizar;
- reserva de lucros para expansão e
- reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído.

A reserva legal, instituída, segundo Iudícibus *et al.* (2003, p.299), para dar proteção ao credor, é constituída de acordo com o artigo 193 da Lei 6.404/76 pela destinação de 5% do lucro líquido do período. O valor dessa reserva está limitado a 20% do capital social realizado ou a 30% desse capital, quando somado às reservas de capital.

A lei explicita que a reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva estatutária será constituída pela destinação de parte do lucro do exercício e deverá ter definidos, obrigatoriamente, no estatuto:

- sua finalidade de forma precisa e completa;
- os critérios para determinar a parcela anual do lucro que será destinada à reserva; e
- o limite máximo da reserva.

Iudícibus *et al.* (2003, p.300) argumentam que essa reserva não pode restringir o pagamento de dividendos e, ainda, comentam que diversas empresas apresentam, em seus estatutos, reservas com finalidades já cobertas pela legislação e, nesse caso, devem sempre prevalecer as tratadas pela lei.

O artigo 195 da Lei 6.404/76 permite às companhias destinar parte do lucro líquido à formação de reserva, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. Para a constituição dessa reserva, os órgãos da administração deverão indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva. Dessa forma, a reserva para contingências será constituída por proposição da administração, quando existir uma expectativa de perda futura, que possa ter seu valor estimado.

Importante que se faça a diferenciação entre provisão para contingência, que, como apresentado por Iudícibus *et al.* (2003, p.301), “[...] destina-se a cobrir perdas ou despesas já incorridas e que ainda não foram desembolsadas,” e a reserva para contingência, que é uma expectativa de perda e, de acordo com os mesmos autores, por prudência empresarial, segrega-se parte do lucro, evitando-se, assim, sua distribuição para cobrir essa possível perda futura.

A reserva para contingência tem sua utilização específica para a finalidade para a qual foi constituída. Sendo assim, o valor constante nessa reserva será revertido para lucros acumulados, no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda.

A reserva de lucros a realizar, prevista no artigo 197 da mesma lei, tem por finalidade não distribuir dividendos quando os lucros da empresa não forem totalmente realizados. O valor dessa reserva será o excesso dos dividendos mínimos obrigatórios sobre os lucros realizados pela companhia. Essa reserva realiza-se diretamente contra o primeiro dividendo declarado após a realização, caso não seja absorvido por prejuízos.

Quando a companhia tiver planos de expansão poderá, por determinação da administração, destinar parte do lucro para reserva para investimentos previstos em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Essa reserva é permitida pela Lei 6.404/76 no artigo 196. O orçamento, submetido pelos órgãos da administração, deve ter toda a justificação da retenção de lucros proposta, compreendendo as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até cinco exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento.

Além dessas destinações do lucro para reservas, a Lei 6.404/76, no art 182, parágrafo 5º determina que as ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço, como dedução da conta do patrimônio líquido, que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.

2.7 Reavaliação de ativos

Iudícibus (2004, p.148) comenta que a adoção da base do custo histórico na contabilidade tem sido tão tradicional, que, freqüentemente, existem associações entre elas. O motivo de sua utilização em maior escala, já comentado, é que os registros podem ser comprovados através dos documentos que os geraram e, assim, possibilitam, ainda, o controle em termos monetários dos bens registrados; ou seja, o custo histórico apresenta grande objetividade nos registros contábeis.

No entanto, pesa contra o registro ao custo histórico a defasagem dos valores que ocorre com o passar do tempo e uma conseqüente perda de utilidade na informação gerada aos valores passados.

Até dezembro de 1995, a legislação brasileira permitia a correção monetária do balanço. Esse procedimento proporcionava, por meio de índices de preços, a atualização monetária do valor dos ativos. Com isso era mantida a relevância da informação em termos monetários. Com a extinção da correção monetária, pela Lei 9.249/95, os valores dos bens registrados no patrimônio da empresa não mais receberam atualizações, proporcionando defasagem ainda maior na relevância da informação gerada pelos registros contábeis.

Outra forma de evitar a defasagem do valor dos ativos, possibilitada pela Lei 6.404/76, é a reavaliação dos ativos. Cabe destacar, porém, que esta não tem a mesma finalidade da correção monetária.

Martins (1992, p.110) explica que a reavaliação, em contabilidade, consiste em atribuir um novo valor ao ativo, valor esse que passará a ser o registro contábil do bem reavaliado.

A Deliberação 183/95, da CVM esclarece que a reavaliação significa adotar como critério para avaliação do ativo, o seu valor de mercado; dessa forma o princípio contábil do custo

original ou o custo histórico é abandonado. O objetivo desse procedimento é que os valores sejam apresentados mais próximos aos seus valores de reposição.

2.7.1 A reavaliação de ativos nas normas internacionais

As normas internacionais, editadas pelo IASB, ainda não são adotadas por todos os países. No entanto, pode-se dizer que muitos países estão tentando adaptar-se a elas.

Em nível internacional, a reavaliação de ativos é aceita em alguns países, que permitem o registro dos ativos fixos (imobilizado) ao *fair value*, que é o registro do bem avaliado ao valor de mercado.

De acordo com Herrmann *et al* (2002, p.1), a reavaliação de ativos tem sido prática aceitável em países como Reino Unido e Austrália há muito tempo. Em outros países como os Estados Unidos, por exemplo, a prática da reavaliação não é permitida, os ativos imobilizados devem ser registrados somente ao custo. As normas internacionais regulamentadas pelo IAS 16 do IASB inclui a opção da reavaliação ao *fair value*.

Na sequência deste trabalho, serão apresentadas, sucintamente, as legislações sobre a reavaliação de ativos imobilizados de acordo com o IASB e, ainda, os procedimentos na Austrália e no Reino Unido.

O IAS 16 é a norma do IASB sobre o registro de ativos imobilizados, foi aprovada em março de 1982, passou por várias atualizações, sendo a última em dezembro de 2003, aplicando-se aos períodos iniciados a partir de janeiro de 2005. Segundo o texto da norma, ela “[...] deve ser aplicada na contabilização do ativo imobilizado, exceto quando outra norma internacional de contabilidade requerer ou permitir um tratamento contábil diferente.”

O IASB prescreve que, inicialmente, o bem deve ser registrado pelo valor de custo, posteriormente, esse valor será o custo menos as depreciações acumuladas e eventuais *impairments*.

Essa norma considera, ainda, que o ativo imobilizado pode ser reconhecido pelo seu valor reavaliado, menos depreciação acumulada e algum *impairment* ou perda acumulada, complementando que o valor reavaliado é o *fair value* da data de reavaliação.

Percebe-se, então, que a regra para o registro de ativos imobilizados, para o IASB, é o registro pelo custo, deixando como um tratamento alternativo a reavaliação ao *fair value*.

O IAS 16 prescreve que a reavaliação deve ser feita a uma classe inteira de ativos, ou seja, os ativos de mesma natureza devem ser todos reavaliados, evitando-se que o registro no balanço apresente valores em bases diferentes.

Quanto ao registro contábil desse processo, o IAS 16 orienta que o acréscimo pela reavaliação seja creditado no patrimônio líquido em uma conta de reserva de reavaliação, a menos que ela reverta um decréscimo de reavaliação anteriormente registrado em lucros ou perdas. Um decréscimo de reavaliação é reconhecido em lucros ou perdas. O valor dessa reserva poderá ser transferido para lucros retidos quando ela se realizar.

Apesar de ser um tratamento alternativo, um estudo de Ashbaugh e Olsson (2002, p.115) mostra que o uso da reavaliação pelas empresas que seguem as normas do IASB é um procedimento comum. Em seu estudo, 14 de 26 empresas que compunham sua amostra apresentaram reavaliação de ativos imobilizados.

Nos Estados Unidos, as normas contábeis são editadas pelo FASB e, nesse caso, não existem normas permitindo a utilização da reavaliação dos ativos imobilizados. Na normatização do FASB, esses ativos são registrados pelo custo histórico e podem sofrer *impairment*, que será registrado diretamente no resultado do período.

Pode-se dizer que as principais normas contábeis internacionais concentram-se no FASB, que é o órgão responsável nos Estados Unidos, e no IASB, que edita as normas internacionais. E para o tema reavaliação dos ativos, percebe-se a inexistência de consenso, uma vez que pelo IASB é um procedimento alternativo e no FASB não é permitido.

É importante ressaltar que a legislação dos Estados Unidos já permitiu o uso da reavaliação de ativos imobilizados, na década de 40, e, por apresentar utilizações de certa forma suspeitas

gerando informações enganosas, os órgãos americanos desencorajaram o uso da reavaliação até o ponto de não permiti-lo.

Outros países adotam a reavaliação dos ativos imobilizados, e sem o objetivo de esgotar a discussão sobre a utilização deste procedimento, apresenta-se, na sequência, o tratamento dado pelas normas da Austrália e do Reino Unido, que são países que têm a reavaliação como procedimento alternativo na valoração dos ativos fixos.

Na Austrália, a reavaliação de ativos é permitida e regulamentada pela *accounting standard* AASB 1041, emitida em julho de 2001.

Essa norma requer o registro inicial do ativo ao custo de aquisição. Na sequência da vida útil do ativo na empresa, duas alternativas para a mensuração são permitidas: com base no custo ou ao *fair value*.

A mesma norma define *fair value* como o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado entre as partes interessadas na transação, ou seja, o seu valor negociável no mercado.

Quando a base de mensuração for o *fair value*, a reavaliação deve ser feita com suficiente regularidade, no intuito de assegurar que o valor de cada ativo não apresente distorções materiais em relação ao seu *fair value* na data do relatório.

Quando ocorrer um aumento pela reavaliação de ativos, esse acréscimo será creditado em uma conta de reserva de reavaliação de ativos, no patrimônio líquido; no entanto, existindo um decréscimo, deve ser reconhecido diretamente como uma despesa no resultado do período, exceto se o ativo reavaliado possuir saldo em reserva de reavaliação no balanço, de reavaliações anteriores; nesse caso, o decréscimo será deduzido desse saldo e o excedente registrado como redução do resultado.

No Reino Unido, a reavaliação de ativos imobilizados é normatizada pelo FRS nº 15, emitido em fevereiro de 1999, pelo ASB, o órgão responsável pelas normas contábeis nesse país.

O FRS 15 permite que as empresas optem por reavaliar seus ativos imobilizados tangíveis, porém esse procedimento deve ser adotado consistentemente para toda uma classe de ativos, ou seja, para todos os ativos de mesma natureza operacional.

Adotada a reavaliação dos ativos, ela deve ser feita de forma completa a cada cinco anos e com reavaliações intermediárias no terceiro ano.

Hermann (2002, p.6) expõe que o tratamento da reavaliação de ativos no Reino Unido é semelhante ao que ocorre na Austrália. A reavaliação positiva é permitida, enquanto a reavaliação negativa é requerida sempre que o valor contábil for superior ao valor realizável líquido do bem.

De acordo com o FRS 15, ganhos com reavaliação devem ser reconhecidos na conta de lucros e perdas somente quando reverterem perdas com reavaliação do mesmo ativo que foi, anteriormente, reconhecida na conta de lucros e perdas. Todos os outros ganhos com reavaliação devem ser registrados na demonstração de ganhos e perdas totais reconhecidos.

Das três legislações internacionais consultadas, IASB, Austrália e Reino Unido, brevemente relatadas nesse tópico, as duas primeiras apresentam tratamentos muito semelhantes aplicados à reavaliação de ativos imobilizados, no caso do Reino Unido a forma de registro é diferente, não utilizando a conta de reservas de reavaliação. Ressalte-se que, em todos os casos, é um procedimento alternativo e o registro inicial do bem deve ser feito ao seu custo de aquisição.

2.7.2 A reavaliação de ativos no Brasil

2.7.2.1 Aspectos legais

No Brasil, a reavaliação de ativos foi instituída pela Lei 6.404/76, em seu artigo 182, parágrafo 3º, mencionando que ela pode ser aplicada aos elementos do ativo, abrangendo, assim, todos os componentes do ativo da empresa.

A CVM, através da Deliberação 183/95, restringe a utilização da reavaliação para os bens tangíveis do ativo imobilizado, desde que não esteja prevista sua descontinuidade na atividade operacional da entidade, ou seja, que o bem reavaliado permanecerá operante no processo produtivo da empresa. A Resolução 1004/04 do CFC segue a mesma orientação da CVM.

Na hipótese de descontinuidade de um item reavaliado, de acordo com a legislação da CVM e do CFC, é necessário estornar os efeitos ainda não realizados do processo de reavaliação e retornar ao registro pelo custo histórico.

O artigo 182 da Lei 6.404/76 prescreve que a reavaliação seja feita de acordo com o exposto em seu artigo 8º, transcrito a seguir:

Art. 8º A avaliação dos bens será feita por três peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembléia geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem metade, pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número.

§ 1º Os peritos ou a empresa avaliadora deverão apresentar laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados e instruídos com os documentos relativos aos bens avaliados, e estarão presentes à assembléia que conhecer do laudo, a fim de prestarem as informações que lhes forem solicitadas.

O laudo pericial da reavaliação é o instrumento legal que suporta a nova avaliação dos bens da empresa, ele deve apresentar, claramente, informações constando no mínimo:

- descrição detalhada de cada bem reavaliado e da documentação respectiva;
- identificação contábil dos bens;
- critérios utilizados para a avaliação, especialmente quanto à fundamentação técnica;
- valor atribuído a cada bem;
- vida útil remanescente do bem e
- data da avaliação.

As situações em que pode existir a reavaliação dos ativos são apresentadas pelas legislações da CVM e do CFC, como sendo:

- por opção da própria empresa em reavaliar seus ativos, o que denomina-se reavaliação espontânea;
- por ocorrência de reavaliação de ativos nas empresas controladas, coligadas e equiparadas; nesse caso, a controladora deverá registrar os reflexos em reserva específica, sem passar pelo resultado de equivalência patrimonial, esse procedimento é chamado de reavaliação reflexa;
- na subscrição de capital em outra empresa, quando essa ocorrer com conferência de bens e
- nas fusões, incorporações e cisões.

A CVM alerta que a reavaliação não se trata da adoção do registro a custos correntes e, portanto, aos bens que não está prevista a continuidade operacional não se aplica o registro ao valor de mercado, ou reavaliado.

A Deliberação 183/95 da CVM instrui as empresas de que, quando se optar pela avaliação dos bens do imobilizado ao valor de mercado, esse procedimento seja adotado para todos os bens constantes desse grupo, ou seja, todos os ativos de mesma natureza devem ser reavaliados, evitando o uso de diferentes bases de mensuração para a avaliação de bens de mesma natureza operacional.

Objetivando a uniformidade no critério de avaliação e considerando o abandono do registro ao custo histórico, passando ao valor de mercado, a reavaliação dos bens deve ser feita de forma regular e periódica visando não existir diferenças significativas entre o valor registrado no balanço e o valor de mercado do bem.

Buscando evitar a existência dessa diferença, a CVM e o CFC prescrevem que, a partir da primeira reavaliação, essa seja feita com a seguinte periodicidade:

- anualmente, quando o valor de mercado dos bens sofrer variações significativas em relação ao valor registrado no balanço;
- a cada quatro anos, quando o valor de mercado não sofrer variações relevantes, incluindo, também, os bens adquiridos após a última reavaliação;
- observados o conceito e prazos acima, a empresa pode optar por um "sistema rotativo", realizando, periodicamente, reavaliações parciais, por rodízio, com cronogramas definidos, que cubram a totalidade dos ativos a reavaliar a cada período.

O CFC, pela Resolução 1004/04, prescreve que, após a opção pela reavaliação, a empresa deve manter a utilização desse procedimento por no mínimo dez anos. Decorrido esse prazo, a entidade poderá optar por não mais reavaliar seus bens e eles permanecerão com seus valores de reavaliação. A CVM não menciona a opção em deixar de fazer a reavaliação.

Note-se, que a opção dada pelo CFC causa uma indefinição quanto ao conceito utilizado na avaliação dos bens da empresa, pois eles deixaram de ser ao custo histórico no momento em que passaram a ser reavaliados, e a partir do momento em que a empresa deixa de fazer

reavaliação, após dez anos, eles não estarão avaliados nem ao custo histórico e nem mais serão avaliados ao valor de mercado.

Dessa forma, para manter o princípio a que se propõe a reavaliação de ativos, o procedimento de reavaliar deveria ser mantido até que o bem fosse totalmente depreciado ou, então, que o mesmo fosse baixado do patrimônio.

A reavaliação, normalmente, constitui-se de uma mais valia no ativo com contrapartida no patrimônio líquido, tratando-se, portanto, de um ganho que deverá ser tributado.

O Decreto 3.000/99, que rege o imposto de renda, em seu artigo 434, prescreve que os valores positivos resultantes de nova avaliação do ativo permanente não serão tributados, enquanto permanecerem como reserva de reavaliação. Também a Lei 9.959/2000, em seu artigo 4, prevê que:

a contrapartida da reavaliação de quaisquer bens da pessoa jurídica somente poderá ser computada em conta de resultado ou na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido quando ocorrer a efetiva realização do bem reavaliado.

Para fins fiscais, de acordo com o Decreto 3.000, artigo 435, a reserva de reavaliação será considerada realizada e, portanto deverá ser tributada:

- I - no período de apuração em que for utilizado para aumento do capital social, no montante capitalizado, ressalvado o disposto no artigo seguinte;
- II - em cada período de apuração, no montante do aumento do valor dos bens reavaliados que tenha sido realizado no período, inclusive mediante:
 - a) alienação, sob qualquer forma;
 - b) depreciação, amortização ou exaustão;
 - c) baixa por perecimento.

A mesma legislação, em seu artigo 436, prevê que a incorporação ao capital, da reserva de reavaliação originada na valorização de bens imóveis não será tributada, condicionando, para as companhias abertas, que essa capitalização não altere o número de ações emitidas, mas, sim, aumente o valor nominal das ações.

Observe-se, portanto, a convergência da legislação tributária com o conceito contábil da realização da receita, ou seja, a tributação ocorrerá somente quando o benefício gerado pela reavaliação for utilizado, através do uso do ativo que a gerou.

Outro detalhe que se observa em relação à realização da reserva de reavaliação é o parágrafo 2º, do artigo 187, da Lei 6.404/76, em que se prescreve que a reserva de reavaliação somente poderá ser computada como lucro para efeito de distribuição de dividendos ou participações, depois de realizada, evitando-se, assim, a distribuição de um potencial lucro futuro que poderá não se realizar.

2.7.2.2 Aspectos contábeis

Como já explorado anteriormente, a reavaliação de ativos representa a avaliação dos bens da empresa ao seu valor de mercado. A princípio, a reavaliação compreende uma valorização dos ativos, portanto, um valor positivo; porém, pode ocorrer, também, que a reavaliação seja negativa, isto é, que o valor de mercado dos bens seja inferior ao seu registro contábil.

No caso de uma reavaliação negativa, o impacto na empresa pode ser considerável como noticiou, por exemplo, o Jornal Valor Econômico, em março de 2005, quando “[...] a Fiat teve prejuízo de R\$ 431,3 milhões no Brasil em 2004, provocado pela reavaliação dos ativos da fábrica Argentina, ligada à operação brasileira.”

Assumindo que o laudo de reavaliação tenha gerado uma valorização dos ativos reavaliados, esses valores serão adicionados à conta do ativo imobilizado em que está registrado o bem reavaliado, tendo como contrapartida a conta de reserva de reavaliação, no patrimônio líquido.

Normalmente, os bens que são reavaliados apresentam saldo contábil registrado no balanço. Nesse caso, o valor que constituirá a reserva de reavaliação é o valor do laudo de reavaliação diminuído do valor líquido contábil do bem, existente no ativo da empresa, conforme exemplificado na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Apuração do valor da reserva de reavaliação

	R\$	R\$
Valor do laudo de reavaliação		120.000,00
Valor líquido do bem registrado no ativo		40.000,00
Custo histórico do bem registrado no ativo	100.000,00	
Depreciação acumulada do bem	(60.000,00)	
Reserva de reavaliação lançada no PL		80.000,00

O registro do aumento proporcionado pela reavaliação na conta de reservas no patrimônio líquido e não como uma receita, no resultado da empresa, baseia-se no princípio de realização

da receita, ou seja, esse aumento tornar-se-á uma receita para a empresa, de acordo com a realização do bem que o gerou, pela sua utilização no processo operacional da entidade.

Iudícibus *et al.* (2003, p.322) argumentam que a “[...] reavaliação é um acréscimo de valor de bens do ativo, que provoca um acréscimo também no patrimônio líquido, [...] por fatores, normalmente exógenos à empresa e sempre não realizados.”

Nesse sentido, a valorização do ativo oriunda do processo de reavaliação representa um lucro potencial que o ativo reavaliado poderá gerar, futuramente, para a empresa, não sendo, portanto, uma receita a ser registrada no ato da reavaliação, mas, sim, a realizar-se proporcionalmente com a realização do ativo, o que poderá ocorrer por depreciação, venda ou baixa por perecimento.

O valor da reserva de reavaliação deverá ser apresentado, no balanço patrimonial, líquido dos valores de impostos incidentes sobre a futura realização da reserva, ou, então, os impostos devem ser demonstrados em conta redutora no patrimônio líquido.

Os impostos incidentes sobre a reserva de reavaliação serão registrados, conforme a Deliberação 183/95, da CVM, como retificação da reserva de reavaliação, podendo ser utilizada uma conta retificadora para fins de controle, em contrapartida à conta de impostos diferidos, no exigível a longo prazo, e, proporcionalmente à realização da reserva, será transferido do exigível a longo prazo para o passivo circulante.

Assim, considerando o constante na Deliberação da CVM, a reserva de reavaliação e os impostos nela incidentes podem ser demonstrados de duas formas, exemplificadas a seguir, tendo por base os valores citados, anteriormente, na Tabela 1, e com impostos de 34% sobre a reavaliação.

Quando a empresa utilizar conta retificadora para a contabilização dos impostos, os valores da reserva de reavaliação e dos impostos serão apresentados no balanço patrimonial, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Apresentação da reserva de reavaliação no balanço patrimonial, utilizando conta retificadora dos tributos

	R\$	R\$
Passivo + PL		80.000,00
Exigível a longo prazo		27.200,00
Impostos diferidos sobre reavaliação	27.200,00	
Patrimônio Líquido		52.800,00
Reservas de reavaliação	80.000,00	
(-) Impostos sobre reavaliação	(27.200,00)	

Considerando que a empresa não utilize a conta retificadora para a contabilização dos impostos, o balanço patrimonial será apresentado conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Apresentação da reserva de reavaliação no balanço patrimonial, sem a utilização de conta retificadora dos tributos

	R\$	R\$
Passivo + PL		80.000,00
Exigível a longo prazo		27.200,00
Impostos diferidos sobre reavaliação	27.200,00	
Patrimônio Líquido		52.800,00
Reservas de reavaliação	52.800,00	

O diferimento dos impostos sobre a reavaliação dos ativos tem por objetivo mostrar o valor líquido do efeito gerado no patrimônio líquido da empresa e, assim, não superavaliar o potencial de lucro do ativo, uma vez que sobre esse potencial existe a tributação, quando da realização.

Além de não superavaliar o patrimônio líquido, o diferimento dos impostos evita, também, a subavaliação do passivo, pois o mesmo já estará reconhecendo a futura obrigação pelo recolhimento dos impostos sobre a realização da reserva.

No exemplo apresentado, se a empresa não provisionasse os impostos sobre a futura realização da reserva, o passivo estaria registrado por R\$ 27.200,00 a menos que seu valor real; conseqüentemente, o patrimônio líquido estaria com avaliação maior pelo mesmo valor e, dessa forma, o balanço da empresa estaria gerando informações incorretas sobre sua situação econômica e financeira.

Ocorrendo uma reavaliação com desvalorização do ativo, ou seja, o laudo da reavaliação aponta para um valor de mercado inferior ao registrado pela empresa em seu balanço, o registro contábil poderá ocorrer, seguindo a Deliberação 183/95, da CVM, de duas formas:

- existindo no ativo reavaliado saldo positivo de reavaliações anteriores, o valor negativo será compensado até o limite do saldo existente, ajustando-se, também, os impostos diferidos. O excedente será registrado como despesa operacional do período mediante a constituição de provisão para perdas, que somente será reconhecida no caso de a perda ser considerada irre recuperável ou
- não existindo saldo anterior em contas de reavaliação ou sendo a primeira reavaliação, o valor negativo não será registrado, desde que se trate de uma desvalorização temporária, ou seja, que o valor possa ser recuperado com a futura utilização do ativo.

Assim, o registro da reavaliação, normalmente, terá efeito positivo e, dessa forma, o ativo reavaliado estará com seu valor superior ao custo histórico de aquisição e, conseqüentemente, a depreciação desse ativo será feita por valor maior do que o valor histórico.

Com essa situação, a discussão sobre a definição de depreciação, apresentada no tópico 2.5, muda o enfoque, conforme argumentado por Martins (1999, p.6):

a baixa para o resultado de depreciações calculadas sobre valores reavaliados passa não mais a significar a apropriação de parte do caixa utilizado na sua aquisição, mas sim a parcela do caixa que se estima será consumida na sua reposição.

Em suma, além de reconhecer a alocação do custo com a aquisição do ativo, a empresa passa a reter parte adicional do lucro para a reposição do ativo futuramente. Com isso, o resultado da empresa ficará, nominalmente, diminuído pelo registro da depreciação por valor superior ao custo histórico.

Na realidade, o valor do lucro apresentado dessa forma estará com seu valor mais próximo da sua real valoração, possibilitando inclusive uma melhor tomada de decisão.

Quando a reavaliação ocorrer em empresas investidas, controladas, coligadas ou equiparadas, a investidora reconhecerá em seu patrimônio, por equivalência patrimonial, os efeitos líquidos gerados no seu investimento e a esse procedimento denomina-se reavaliação reflexa.

A investidora reconhecerá os efeitos da reavaliação da investida na conta representativa desse investimento, registrando pelo valor reavaliado, proporcional ao investimento, em

contrapartida à conta específica denominada reserva de reavaliação em controladas e coligadas, no patrimônio líquido.

Desse modo segregam-se, no balanço da investidora, as reservas originadas em reavaliação de ativos próprios e as que têm origem de forma reflexiva por investimentos em outras entidades.

Um caso especial pode ocorrer na reavaliação em empresas investidas quando a investidora pagou ágio pelo investimento inicial. Nessa situação a Deliberação 183/95, da CVM, apresenta o seguinte texto:

O valor da reserva de reavaliação, decorrente da avaliação de bens a que procedeu uma sociedade controlada ou coligada, deverá ser deduzido do saldo do ágio que houver sido pago na aquisição do investimento, correspondente somente à mais-valia dos bens do ativo imobilizado que foram reavaliados e deram origem àquele ágio. Na hipótese de reavaliação negativa, deve-se baixar os saldos de deságios originados dos mesmos bens.

Dessa forma, a reavaliação somente será compensada no ágio, quando ela for constituída sobre o ativo que o gerou, quando da sua aquisição.

A realização da reserva de reavaliação reflexa ocorrerá de maneira semelhante à reserva de ativos próprios, ou seja, proporcionalmente à realização, na investida, do ativo que a gerou ou pela baixa de investimento nas respectivas controladas ou coligadas que originaram a reserva.

Prevê a Deliberação CVM 183/95 que não será considerada realização da reserva de reavaliação na investidora, quando a investida utilizar-se dessa reserva para aumento de capital ou absorção de prejuízos.

A reserva de reavaliação pode surgir, também, em um processo de subscrição de capital com a conferência de bens. Nesse caso, três peritos emitirão laudo de avaliação dos bens e o valor de avaliação é parte do processo de negociação entre as partes, assim os bens podem ser negociados por valores inferiores ou superiores ao emitido no laudo dos peritos.

Quando a negociação ocorrer por valores inferiores ao laudo emitido pelos peritos, a investidora terá, então, um ganho na alienação dos ativos, pela sua baixa em contrapartida ao valor do investimento, que foram negociados por valores menores do que os registrados no balanço.

Esse ganho na baixa dos ativos, no entanto, pode ter sua tributação postergada, caso o valor seja contabilizado como reserva de reavaliação, conforme está previsto no Decreto 3.000/99, art. 439, no qual em parágrafo único, estão expostas as situações em que o valor da reserva deverá ser oferecido à tributação:

- I - na alienação ou liquidação da participação societária ou dos valores mobiliários, pelo montante realizado;
- II - quando a reserva for utilizada para aumento do capital social, pela importância capitalizada;
- III - em cada período de apuração, em montante igual à parte dos lucros, dividendos, juros ou participações recebidos pelo contribuinte, que corresponder à participação ou aos valores mobiliários adquiridos com o aumento do valor dos bens do ativo; ou
- IV - proporcionalmente ao valor realizado, no período de apuração em que a pessoa jurídica que houver recebido os bens reavaliados realizar o valor dos bens, na forma do inciso II do art. 435, ou com eles integralizar capital de outra pessoa jurídica.

A reserva de reavaliação pode surgir, ainda, em casos de fusões, incorporações e cisões. Aplica-se, nesse caso, tratamento semelhante à situação de subscrição com conferência de bens.

Quando o fato ocorrido for uma cisão de empresas, o valor da reserva de reavaliação deverá ser atribuído, de acordo com o ativo que a gerou, às empresas cindidas resultantes do processo.

Como se pode perceber do exposto até o momento, a reavaliação de ativo é um tratamento alternativo possibilitado pela legislação e, sabe-se, utilizado por algumas empresas.

Conforme apresentado no item 2.3, o *disclosure* ou evidenciação, objetiva dar informações importantes aos usuários para a sua tomada de decisões, e, considerando essa flexibilidade de utilização da reavaliação, a legislação prevê que esse procedimento seja evidenciado em notas explicativas, visando informar ao usuário os efeitos e impactos causados pela reavaliação na empresa.

De acordo com a Deliberação CVM 183/95, as empresas que fizerem reavaliação devem apresentar em notas explicativas:

- as bases da reavaliação e os avaliadores (este item somente no ano da reavaliação);
- o histórico e a data de reavaliação;
- o sumário das contas objeto da reavaliação e respectivos valores;

- o efeito no resultado do exercício, oriundo das depreciações, amortizações ou exaustões sobre a reavaliação, e baixas posteriores;
- o tratamento quanto a dividendos e participações;
- tratamento e valores envolvidos quanto a impostos e contribuições e correção monetária especial (artigo 2º da Lei nº 8.200/91) eventualmente contida na reserva de reavaliação.

A alteração na estrutura patrimonial da empresa, quando aplicada a reavaliação aos ativos, gera várias conseqüências, que serão mais bem exploradas na análise dos resultados da pesquisa; no entanto, Iudícibus *et al.* (2003, p.321-322) apresentam situações que são geradas na empresa a partir da reavaliação de ativos, caso ela seja bem feita.

- Atualização nos resultados: o lucro da empresa, nominalmente, será reduzido, pois quando a empresa registra a depreciação dos bens reavaliados ao valor de mercado está considerando como despesas (ou custos de produtos) um valor superior ao custo histórico, que representa o quanto a empresa precisaria repor, relativamente aos ativos que estão sendo consumidos. Os produtos industrializados terão seus custos mais aproximados do valor de reposição. Cabe ressaltar que essa redução nominal do lucro, na verdade, representa uma aproximação do lucro à realidade considerando as variações econômicas ocorridas no patrimônio.
- Evita o pagamento de dividendos sobre lucros necessários à reposição de ativos: em conseqüência do que foi comentado no item anterior, a redução do lucro pela depreciação do bem reavaliado evita que sejam distribuídos como dividendos parcelas do lucro que serão necessárias à reposição dos ativos no futuro.
- Melhor avaliação do ativo, do patrimônio líquido e do valor patrimonial da ação: a reavaliação proporciona uma aproximação do valor do bem com o seu real valor de mercado. Assim, tem-se um ativo em bases mais atuais e um valor, também, mais atualizado do patrimônio líquido, gerando com isso, igualmente, uma melhora no valor patrimonial da ação.
- Melhor apresentação dos índices de rentabilidade: um valor mais atualizado dos lucros e também uma medida mais atual do patrimônio líquido permitem um cálculo mais adequado do retorno do investimento dos proprietários; a tendência é esse índice reduzir-se nominalmente, mas o que está acontecendo, na realidade, é a averiguação do índice mais real; o calculado com base em valores antigos pode ser enganoso por não considerar variações econômicas no valor dos ativos.
- Melhor apresentação dos índices de solidez financeira: com o valor do ativo e do patrimônio líquido mais atualizados tem-se, por exemplo, uma comparação com o valor

dos exigíveis mais próxima da realidade. Os índices de passivo exigível/patrimônio líquido são mais expressivos e, nesse caso, passam a ser mais favoráveis à empresa, representando melhor sua verdadeira situação.

2.7.2.3 Aspectos tributários

Além dessas situações comentadas, um outro reflexo da reavaliação é muito discutido: os efeitos tributários que a reavaliação provoca na empresa. Alguns autores defendem sua imunidade tributária, outros dizem que a empresa goza de um benefício tributário ao utilizar a reavaliação.

Zanluca citado por Santos e Gallo (2005, p.2) afirma que:

a reavaliação de bens não traz nenhum benefício ou prejuízo fiscal, pois o acréscimo ao valor do bem, quando baixado para resultado [...] é anulado mediante reversão da reserva de reavaliação ou por adição na parte A do LALUR.

Para Valenti *apud* Santos e Gallo (2005, p.2), “[...] com o aumento no valor do ativo crescem as chamadas despesas de depreciação [...] isso acaba reduzindo o lucro de uma companhia e, conseqüentemente, o imposto a pagar.”

Percebe-se que não há entendimento consensual quanto aos efeitos tributários da reavaliação de ativos. Iudícibus *et al.* (2003, p.319) comentam que “[...] o fisco não tributa a reavaliação, mas também não aceita sua transformação em despesa,” o que ocorre é que a legislação não aceita a dedução, para fins de impostos, da depreciação sobre o valor reavaliado.

Dessa forma, a depreciação referente ao valor reavaliado, registrada no cálculo do lucro do exercício, será adicionada ao LALUR para o cálculo do lucro tributável e, assim, o valor do imposto será calculado como se a reavaliação não refletisse no resultado.

Considerando que o valor não seja ajustado no LALUR, o que é uma exigência da legislação, e os impostos sejam calculados sobre o lucro líquido deduzido da depreciação sobre o valor reavaliado, os impostos na demonstração de resultados serão menores, dando uma impressão errada de que a empresa pagou menos imposto do que deveria.

Entretanto, no balanço patrimonial haverá a realização, proporcional à reserva, dos impostos sobre ela e, assim, o valor do imposto devido será o mesmo que seria calculado caso se ajustasse no LALUR o valor da depreciação. O exemplo apresentado na sequência ilustrará essas duas situações.

A partir do balanço inicial, serão apresentadas hipóteses considerando a depreciação sobre o valor original do imobilizado e sobre o valor reavaliado, criando-se, para isso, uma demonstração de resultados simplificada e alterando somente o item de depreciação que será calculado à taxa de 10%.

Balanço inicial			
Ativo		Passivo	
AC	20.000,	PC	10.000,
AP	30.000,	ELP	3.400,
Imobilizado original	20.000,	Impostos diferidos	3.400,
Reavaliação do imobilizado	10.000,	PL	36.600,
		Capital	30.000,
		Reserva de Reavaliação	10.000,
		Impostos sobre Res. Reaval.	(3.400,)
Total	50.000,	Total	50.000,

Demonstração de resultados			
Resultado	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Receita	20.000,	20.000,	20.000,
Despesas	(10.000,)	(10.000,)	(10.000,)
Depreciação	(2.000,)	(3.000,)	(3.000,)
Lucro antes de impostos	8.000,	7.000,	7.000,
Impostos 34%	(2.720,)	(2.720,)	(2.380,)
Lucro líquido	5.280,	4.280,	4.620,

Ajustes no LALUR			
Adições	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Depr. sobre reavaliação	0,	1.000,	0,
Lucro tributável	8.000,	8.000,	7.000,
Impostos 34%	2.720,	2.720,	2.380,

- Hipótese 1: considera os valores originais do ativo imobilizado, sem a reavaliação.
- Hipótese 2: considera os valores reavaliados do imobilizado e o ajuste do valor depreciado sobre a reavaliação no LALUR, conforme prescreve a legislação fiscal.
- Hipótese 3: também considera os valores reavaliados, porém, o ajuste não é realizado no LALUR, mas, sim, pela contabilização e realização dos impostos diferidos.

Nesse exemplo, bastante simplificado, percebe-se que, nas hipóteses 1 e 2, os valores dos impostos são exatamente os mesmos, pois o acréscimo de R\$ 1.000, na depreciação que teve

origem pela reavaliação proporcionou uma diminuição do lucro, mas, por não ser dedutível, ele foi adicionado ao cálculo do lucro tributável e, assim, o imposto a ser pago foi calculado desconsiderando esse acréscimo na depreciação.

Na hipótese 3, em que, aparentemente, existe um benefício fiscal, nota-se que a diferença do valor do imposto é de R\$ 340, esse valor representa 10% dos impostos diferidos no balanço patrimonial.

Com a realização da reserva de reavaliação na mesma proporção da depreciação, ou seja, 10%, os impostos serão realizados da mesma forma. Assim, o valor a ser pago de impostos pela empresa será R\$ 2.380, apurados na DRE, e mais R\$ 340, realizados diretamente no balanço, totalizando o valor de R\$ 2.720, que é o mesmo valor de impostos caso não existisse a reavaliação dos ativos.

Então, fica evidente, na situação exposta, que a empresa não tem nenhum tipo de benefício fiscal com a utilização da reavaliação de ativos, seja na visão da legislação tributária ou na legislação societária.

No trabalho realizado por Santos e Gallo (2005, p.12), os autores constataam que “[...] é incorreta a afirmação de que as reavaliações de ativos não provocam efeitos tributários.” O resultado desse estudo mostra que ao reavaliar um ativo, alterando a estimativa de sua vida útil inicial, a empresa antecipa o pagamento de impostos, na verdade tendo uma perda e não um ganho como muitos acreditam.

Para exemplificar esse argumento, considere-se que uma empresa registre em seu ativo imobilizado um bem com saldo de R\$ 3.000, que será depreciado em 3 anos de forma linear, ou seja, a depreciação anual será de R\$ 1.000 e dedutível para fins de impostos por se tratar da depreciação do valor original do bem.

No mesmo ano, o ativo é reavaliado e sua vida útil remanescente é estimada em 10 anos. Como já demonstrado anteriormente, a depreciação sobre a reavaliação não impacta no imposto. Porém, ao distribuir os R\$ 3.000, do valor original para a nova vida útil do bem, o valor anual da depreciação, que é dedutível para o cálculo do imposto, diminui de R\$ 1.000

para R\$ 300. Desse modo, a empresa estará postergando a dedução da depreciação no resultado e, conseqüentemente, antecipando o pagamento dos impostos.

Analisando essa situação a longo prazo, ou seja, quando a vida útil do bem acabar, o valor deduzido para o pagamento dos impostos será o mesmo que seria deduzido nos três anos que restavam antes da reavaliação; porém, a postergação dessa dedução e a antecipação do pagamento dos impostos geram, a curto prazo, um prejuízo para a empresa.

Como se pode depreender da exposição realizada, a afirmação de que a reavaliação tem efeito tributário nulo sobre a empresa não é totalmente correta. Quando ocorrer uma nova estimativa da vida útil do bem reavaliado, o que normalmente ocorre, a reavaliação tem sim impactos tributários sobre a empresa, na forma de um deslocamento temporal da tributação. A empresa não pagará nem mais impostos e nem menos, mas a antecipação do imposto gerará saídas de caixa que não aconteceriam caso o ativo não fosse reavaliado.

Quadro 2 - Síntese das legislações sobre reavaliação de ativos

Legislação	O que reavaliar	Periodicidade da reavaliação	Realização da reserva
Lei 6.404/76	Os elementos do ativo	Não faz referência	Não faz referência
Deliberação CVM 183/95	Bens tangíveis do ativo imobilizado, desde que não esteja prevista sua descontinuidade operacional.	Anual ou a cada quatro anos, dependendo das características do ativo reavaliado.	Na proporção em que se realizarem os bens reavaliados, por depreciação ou baixa por alienação ou perecimento.
Decreto 3.000/99 – RIR	Os bens do ativo	Não faz referência	Quando for utilizada para aumento de capital social, ou por alienação, sob qualquer forma; depreciação ou baixa por perecimento.
CFC – 1004/04	Bens tangíveis do ativo imobilizado, desde que não esteja prevista sua descontinuidade operacional.	Anual ou a cada quatro anos, dependendo das características do ativo reavaliado.	Na proporção em que se realizarem os bens reavaliados, por depreciação, baixa por alienação ou perecimento e baixa de investimentos em controladas ou coligadas que tenham bens reavaliados.
IAS-16	Ativo imobilizado	Anual ou a cada três anos, dependendo das características do ativo reavaliado.	Na proporção em que se realizarem os ativos reavaliados, por depreciação, baixa ou venda do ativo.
FRS-15	Ativos fixos tangíveis	Completa a cada cinco anos, com reavaliações intermediárias no terceiro ano.	Não existe reserva, as variações com a reavaliação são registradas diretamente em lucros e perdas.

continua

continuação

AASB-1041	Ativos não correntes, exceto investimentos em associadas (controladas e coligadas).	Anual ou a cada três anos, dependendo das características do ativo reavaliado.	Na proporção em que se realizarem os ativos reavaliados, por depreciação, baixa ou venda do ativo.
-----------	---	--	--

2.8 Análise das demonstrações contábeis

A análise das demonstrações contábeis, popularmente conhecida como análise de balanços, é uma técnica amplamente utilizada, pelas diversas classes de usuários da contabilidade, para apurar a situação econômico-financeira das empresas.

A análise de balanços não está limitada a analisar simplesmente o balanço patrimonial da empresa. Como expõe Schrickel (1999, p.118), “[...] a análise das demonstrações contábeis envolve a avaliação de um conjunto de demonstrações e outras informações fornecidas pelas empresas.”

Matarazzo (2003, p.15) relata que “[...] a análise de balanços objetiva extrair os dados das demonstrações financeiras e gerar informações para a tomada de decisões.” A Figura 1, extraída da obra de Matarazzo, demonstra, de forma simplificada, como ocorre o processo contábil; iniciando-se pela ocorrência dos fatos que geram a movimentação na empresa, fatos esses que serão processados pela contabilidade para a geração das demonstrações contábeis.

Figura 1 - Seqüência do processo contábil

Fonte: Matarazzo (2003, p.16)

Os relatórios contábeis são formados por inúmeros valores, que por si só não possibilitam muito entendimento aos leitores. Com o objetivo de facilitar a obtenção de informações das demonstrações contábeis aplicam-se as técnicas de análise de balanços, transformando números absolutos em relacionamentos que facilitam o entendimento e auxiliam na tomada de decisão.

Uma avaliação criteriosa das diferentes demonstrações, relatórios e pareceres divulgados pelas empresas pode proporcionar valiosas informações aos usuários da contabilidade e, inclusive, esclarecer pontos dúbios que as demonstrações por si não são capazes de fazer.

Para Matarazzo (2003, p.19), “[...] a análise de balanço baseia-se no raciocínio científico,” como demonstrado na Figura 2. O processo de análise inicia-se pela escolha dos indicadores que nortearão o trabalho, esses indicadores devem ser comparados com alguns padrões, que podem ser os indicadores setoriais ou mesmo indicadores próprios da empresa. Baseado na comparação com os padrões definidos, o analista terá condições de fazer um diagnóstico da situação da empresa e chegar a algumas conclusões gerando, assim, informações para a tomada de decisões na empresa.

Figura 2 - Processo de tomada de decisão

Fonte: Matarazzo (2003, p.19)

Várias são as técnicas de análise das demonstrações contábeis, entre elas, podem ser citadas: a análise horizontal, a vertical, por índices ou quocientes, análise do capital de giro, o modelo Fleuriet, entre outros.

Intrinsecamente, em todas as técnicas se percebe a presença do que Marion (2001, p.14) denomina tripé básico da análise das demonstrações contábeis. Nesse tripé, apresentado na Figura 3, note-se que a análise está focada, basicamente, em três condições da empresa: liquidez, rentabilidade e endividamento e que elas são complementares, ou seja, uma influencia a outra.

Figura 3 - Tripé da análise das demonstrações contábeis

Fonte: Marion (2001, p.14)

Com o poder de gerar informações mais facilmente compreendidas pelos usuários, a análise das demonstrações contábeis popularizou-se e proliferou, principalmente, no setor bancário, pois, esse setor exige das empresas uma ampla análise de sua situação econômico-financeira para concessão de financiamentos e outros serviços e, pela facilidade de obtenção, a análise por índices foi a técnica mais difundida pelos Bancos tornando-se quase um sinônimo de análise das demonstrações contábeis.

Schrickel (1999, p.119) alerta, porém, que “[...] a análise de balanços tem limitações, não encontrando solução definitiva para toda e qualquer constatação [...] é um instrumento de diagnóstico,” ou seja, as informações geradas pelas técnicas de análise são apenas um balizamento para o usuário tomar as suas decisões e estão sujeitas à subjetividade contida em cada analista.

2.8.1 Análise com a utilização de índices ou quocientes

Uma das técnicas mais utilizadas pelos profissionais da contabilidade para analisar a condição econômico-financeira das empresas é a utilização de índices de desempenho, também chamados de índices de análise de balanço.

Gitman (2002, p.102) comenta que “[...] a análise por meio de índices é usada para comparar o desempenho e a situação de uma empresa com outras empresas, ou consigo mesma ao longo do tempo.”

Esses indicadores são definidos na literatura especializada por vários autores. Dentre eles, Silva (2003, p.216) comenta que “[...] os indicadores financeiros são relações entre contas ou

grupos de contas das demonstrações financeiras, que têm por objetivo fornecer informações que não são fáceis de serem visualizadas de forma direta nas demonstrações financeiras.”

De maneira semelhante, Matarazzo (2003, p.147) conceitua índices como “[...] a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa.”

Matarazzo (2003, p.147) argumenta que “[...] a característica fundamental dos índices é fornecer visão ampla da situação econômica ou financeira da empresa.” Assim, essa técnica de análise apresenta um panorama abrangente da condição econômico-financeira da empresa sem possibilitar detalhes que permitam inferências sobre a composição específica do índice, ou seja, os valores e proporções das contas que compõem os grupos relacionados em um indicador não são possíveis de analisar a partir do indicador, para isso existem outras técnicas que não serão aqui tratadas.

De acordo com Silva (2003, p.216), “[...] como medida relativa de grandeza o índice permite comparar, em determinado momento ou período, o indicador de uma empresa com o mesmo, relativo a outras empresas.” Essa comparação é impraticável se considerados os valores absolutos.

Mais importante do que os relacionamentos e cálculos, feitos entre as contas das demonstrações para se chegar a um determinado índice, é a informação que esse índice proporcionará e como ele deve ser analisado.

Importante destacar que um índice nunca deve ser analisado de forma isolada, ou seja, sempre que se utilizar essa técnica de análise, ela deve ser realizada em um conjunto de índices para que não se levante um diagnóstico equivocado sobre a empresa.

Matarazzo (2003, p.183) apresenta três formas básicas de avaliação dos índices, a saber:

- pelo significado intrínseco: a análise pelo seu valor intrínseco é muito subjetiva, ficando a mercê da experiência do analista e do seu julgamento quanto ao índice ser bom ou ruim. É uma análise muito limitada;

- pela comparação ao longo de vários exercícios: comparar os índices com uma série histórica de anos anteriores é um tipo de análise que se revela útil por mostrar tendências seguidas pela empresa;
- pela comparação com índices de outras empresas – índices-padrão: a comparação dos índices da empresa com os padrões setoriais é a melhor forma de analisar um índice, por essa metodologia é possível determinar se o índice apresentado pela empresa está bom ou ruim comparando-o com o setor em que atua.

Gitman (2002, p.103), também, apresenta formas de como analisar os índices calculados. Sua proposição é muito semelhante à de Matarazzo, porém não considera a análise do valor intrínseco do índice. Sua proposta é:

- análise *cross-sectional*: é a comparação dos índices de diferentes empresas em um mesmo instante, ou seja, a comparação da empresa com outras do setor em que atua;
- análise de série-temporal: é a avaliação da empresa ao longo do tempo, comparando índices atuais com os passados, é importante para avaliar se a empresa está progredindo conforme planejado;
- análise combinada: é a abordagem mais informativa por permitir avaliar a tendência da empresa com a tendência setorial.

No entanto, é importante ressaltar que a análise por índices apresenta limitações ao seu uso indiscriminado. Como já expressado anteriormente, os índices apresentam uma visão ampla da situação das empresas e, além disso, Schrickel (1999, p.124) alerta que “[...] é fundamental ter em mente que as cifras dos demonstrativos, podem estar afetadas por oscilações macro e microeconômicas, ocorridas durante o período contábil, e que fogem ao controle da empresa.” E, ainda, que os valores das demonstrações contábeis “[...] podem ter sido artificialmente afetadas por alterações dos procedimentos contábeis, sem que isso tenha sido motivado por qualquer índole fraudulenta”.

Considerando essas observações, é importante ressaltar que os resultados encontrados neste estudo estão limitados a esses pontos, uma vez que os balanços utilizados não foram analisados com profundidade de forma a ajustá-los a eventuais ocorrências que os afetaram.

De acordo com Matarazzo (2003, p.148), não é importante calcular um grande número de índices para se chegar a um bom resultado da análise, é necessário que se apresente um conjunto de índices que possibilitem conhecer a situação da empresa.

O mesmo autor (2003 p.149) argumenta que “[...] a análise de empresas industriais e comerciais através de índices tradicionais deve ter, no mínimo, quatro, e não é preciso estender-se além de onze índices.”

Nesse contexto e ressaltando que não é objetivo deste estudo a análise detalhada da condição econômico-financeira das empresas selecionadas, utiliza-se um conjunto de indicadores econômico-financeiros como ferramenta para comparar o desempenho das empresas constantes da amostra.

Os indicadores selecionados contemplam os três pontos fundamentais da análise apontadas por Matarazzo (2003, p.150) e Marion (2001, p.13): estrutura, liquidez e rentabilidade.

2.8.1.1 Índices de estrutura

A dimensão estrutural apresenta as políticas da empresa quanto: à obtenção e aplicação dos recursos; se a empresa trabalha com capitais de terceiros ou próprios; quanto do capital obtido é aplicado em imobilizado, entre outras decisões.

O índice de imobilização do patrimônio líquido representa a política de investimento da empresa em seu imobilizado, indicando qual proporção do patrimônio líquido foi investida em ativos imobilizados e quanto está em circulação na atividade da empresa, o que é chamado de capital de giro próprio.

Imobilização do patrimônio líquido:	$\frac{\text{Ativo permanente}}{\text{Patrimônio líquido}}$
-------------------------------------	---

Figura 4 - Fórmula de cálculo do índice de imobilização do patrimônio líquido

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2003, p.152)

Quanto maior o índice de imobilização de PL, maior será a necessidade de capital de terceiros para a empresa financiar sua atividade operacional de curto e longo prazo, ou seja, ativo circulante e realizável a longo prazo.

Para Matarazzo (2003, p.158), o ideal, em termos financeiros, é que a empresa tenha patrimônio líquido suficiente para cobrir o ativo permanente e ainda possua sobra para financiar o ativo circulante; e conclui que, quanto menor for a proporção apresentada por esse índice, melhor a situação financeira da empresa.

Silva (2001, p.255-256) alerta para pontos que o analista deva observar em relação à análise do índice de imobilização do patrimônio líquido, os mais relevantes são:

- quais os fatores que contribuíram na variação do patrimônio líquido no período: lucros, prejuízos, aportes de capital, cisões, fusões e incorporações;
- se houver reavaliação de ativos no período, ocorrerá aumento no ativo permanente e também no patrimônio líquido, pelo mesmo valor, porém, pode alterar o índice;
- qual a proporção de cada grupo que compõe o ativo permanente;
- características do imobilizado, idade dos equipamentos, modernização, localização e critério de depreciação.

Todos esses pontos são relevantes ao analisar esse índice, pois qualitativamente têm grande influência no diagnóstico gerado na análise.

O índice de imobilização dos recursos não correntes é semelhante ao índice de imobilização do patrimônio líquido, pois indica qual proporção dos capitais próprios e de longo prazo estão investidos no ativo imobilizado da empresa.

A análise desse índice é relevante quando a imobilização do patrimônio líquido é superior a 1 ou 100%, pois, tendo imobilizado mais de 100% do seu patrimônio líquido, o índice de imobilização de recursos não correntes indicará se, em uma situação extrema, a empresa estará imobilizando recursos circulantes.

Esse é um índice pouco comum na literatura. Matarazzo (2003, p.160) defende a sua lógica de comparação argumentando que, como o ativo imobilizado pode ter vida útil de 2 a 50 anos, não é necessário que seja financiado totalmente por capitais próprios, é perfeitamente possível utilizar recursos de longo prazo, desde que o prazo seja compatível com a duração do imobilizado.

Imobilização de recursos não correntes	Ativo permanente
	Exigível a longo prazo + Patrimônio líquido

Figura 5 - Fórmula de cálculo do índice de imobilização dos recursos não correntes

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2003, p.152)

Como regra para esse índice, Matarazzo (2003, p.160) argumenta que ele não deve ser superior a 100%; já que, se isso acontecer, a empresa estará imobilizando recursos de curto prazo, o que não é bom, porque, feito isso, o ativo circulante será financiado totalmente por capitais de terceiros de curto prazo, podendo gerar-lhe problemas financeiros.

Os índices relacionados ao endividamento são apresentados por Iudícibus (1998, p.103) como índices “[...] de muita importância, pois, indicam a relação de dependência da empresa com relação a capitais de terceiros”.

O índice de endividamento total demonstra a composição dos capitais de terceiros e capitais próprios nos recursos totais disponíveis para a empresa, ou seja, qual a proporção de capitais de terceiros existente comparado-a ao total do passivo mais patrimônio líquido.

Endividamento total	Exigível total
	Exigível total + Patrimônio líquido

Figura 6 - Fórmula de cálculo do índice de endividamento total

Fonte: Marion (2001, p.105)

Marion (2001, p.105) caracteriza esse indicador como a quantidade de dívida que a empresa possui. O índice demonstra como a empresa está estruturada em relação a sua composição de capitais, ou seja, se ela utiliza mais capitais próprios ou de terceiros.

A análise desse índice é importante, visto que a existência de uma boa relação de capitais próprios e de terceiros pode facilitar a obtenção de financiamentos para projetos de expansão, por exemplo.

Marion (2001, p.103) alerta que, na análise do endividamento, é importante detectar as características desse indicador, pois existem:

Empresas que recorrem a dívidas como complemento de capitais próprios para realizar aplicações produtivas em seu ativo [...] esse endividamento é sadio [...] as aplicações produtivas deverão gerar recursos para saldar o compromisso assumido.

Empresas que recorrem a dívidas para pagar outras dívidas que estão vencendo. Por não gerarem recursos suficientes as empresas buscam novos empréstimos.

O índice de participação de capitais de terceiros sobre capitais próprios apresenta a proporção dos capitais de terceiros na empresa comparados ao total de capitais próprios ou patrimônio líquido, retratando sua dependência em relação aos recursos externos.

Participação de capitais de terceiros sobre o capital próprio	Exigível total
	Patrimônio líquido

Figura 7 - Fórmula de cálculo do índice de participação de capitais de terceiros sobre capitais próprios

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2003, p.152)

Iudícibus (1998, p.104) expõe que esse índice “[...] é um dos mais utilizados para retratar o posicionamento das empresas em relação aos capitais de terceiros” e alerta que todas, ou quase todas, as empresas que vão à falência apresentam alta participação dos capitais de terceiros sobre os capitais próprios.

Matarazzo (2003, p.154) argumenta que a análise desse índice deva ser feita do ponto de vista financeiro, em que quanto menor for a dependência por capitais de terceiros melhor para a empresa; e não do ponto de vista de remuneração de capital, no qual trabalhar com capitais de terceiros pode ser mais vantajoso para a empresa do que com os capitais próprios; dessa forma, a análise do índice de participação de capitais de terceiros visa somente avaliar o risco de insolvência.

A análise de um índice, como já citado, não é tarefa simples, considerando-se as variáveis que podem influenciar sua variação. Silva (2001, p.258) apresenta alguns pontos em que o analista deva ter atenção ao analisar esse indicador:

- o prazo de vencimento das dívidas de longo prazo;
- a participação das dívidas onerosas, no passivo circulante;
- o tipo e origem dos empréstimos: debêntures, empréstimos e financiamentos bancários, empréstimos junto à controladora ou matriz;
- a subavaliação do patrimônio líquido pela desconsideração das variações monetárias, principalmente em economias inflacionárias;
- reavaliações de ativos que se tornam “invisíveis” quando incorporadas ao capital e

– ocorrências de cisão, fusão ou incorporação.

Esses itens são alguns pontos que precisam ser considerados pelo ao estabelecer um diagnóstico sobre o endividamento da empresa.

Além de conhecer qual é o endividamento da empresa, também é importante saber como está composto esse endividamento.

O índice de composição do endividamento representa a proporção do endividamento com vencimento em curto prazo, influenciando, também, a condição financeira da empresa. Marion (2001, p.106) caracteriza esse indicador como a qualidade da dívida da empresa.

Composição do endividamento	Passivo circulante
	Exigível total

Figura 8 - Fórmula de cálculo do índice de composição do endividamento

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2003, p.152)

A análise desse índice é importante no conjunto de endividamento, pois a empresa pode ter um endividamento considerado alto, pela existência de financiamento de projetos de expansão, que sejam exigibilidades de longo prazo e que não terão nenhuma influência em uma possível boa situação financeira. Então, uma baixa composição do endividamento pode perfeitamente ser combinada com um índice de endividamento mais elevado.

2.8.1.2 Índices financeiros

Na dimensão financeira, observe-se a liquidez da empresa visto que, segundo Matarazzo (2003, p.163), os índices de liquidez procuram medir a solidez das suas bases contábeis. Esses índices são relações entre contas de ativos e passivos circulantes ou de realização/exigibilidade em longo prazo.

Teoricamente, esses índices representam a capacidade de a empresa pagar suas dívidas. Teoricamente, porque, na sua análise, deve ser considerado, entre outros fatores, o aspecto temporal, pois os vencimentos dos ativos dificilmente serão coincidentes com os do passivo, portanto, a real capacidade de pagamento será conhecida somente através da gestão diária do fluxo de caixa de entradas e saídas. Assim, os indicadores de liquidez são apenas aproximações genéricas da capacidade financeira da empresa.

Liquidez corrente é o índice que representa a capacidade da empresa quitar suas obrigações de curto prazo.

Liquidez corrente	Ativo circulante
	Passivo circulante

Figura 9 - Fórmula de cálculo do índice de liquidez corrente

Fonte: Matarazzo (2003, p.152)

Alguns autores argumentam que, na análise da liquidez corrente, a proporção mínima exigida é de 1,00, ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa deve possuir R\$ 1,00 de ativos para quitá-las.

Silva (2001, p.271) argumenta que a liquidez corrente é útil para analisar empresas de mesmo porte, mesma atividade e mesma região geográfica. Como medida isolada, não é possível afirmar qual a proporção boa ou ruim para o índice de liquidez corrente, tudo vai depender do tipo de atividade da empresa e especialmente do ciclo financeiro, considerando o prazo de rotação de estoques, pagamentos e recebimentos.

Quando a empresa apresenta um índice alto, ela pode estar bem financeiramente. Mas também esse índice pode ser enganoso, já que, o seu ativo pode ser formado por valores de realização remota ou, então, possuir prazo de realização dos ativos superior ao das exigibilidades, de forma que a empresa não consiga concluir o seu ciclo financeiro, mesmo apresentando um índice de liquidez teoricamente suficiente.

Em contrapartida, uma outra empresa pode apresentar índice de liquidez corrente inferior a 1,00, porém o seu ativo é formado basicamente por valores de disponibilidade imediata, caixa e aplicações financeiras e, considerando-se que o passivo circulante não tenha exigibilidade imediata, essa empresa poderá, tranquilamente, executar o seu ciclo financeiro com a liquidez inferior a 1,00.

Com essa rápida explanação fica evidente que o aspecto temporal é um fator de distorção na análise da liquidez, gerando, muitas vezes, surpresas, quando empresas com alta liquidez apresentem dificuldades financeiras.

Liquidez geral representa a capacidade que a empresa tem, teoricamente, de honrar seus compromissos de curto e de longo prazos.

Liquidez geral	Ativo circulante + Realizável a longo prazo
	Passivo circulante + Exigível a longo prazo

Figura 10 - Fórmula de cálculo do índice de liquidez geral

Fonte: Matarazzo (2003, p.152)

Os comentários feitos à liquidez corrente são cabíveis para a liquidez geral, tendo ainda o agravante do longo prazo no aspecto temporal da análise.

Difícilmente o realizável a longo prazo tem os mesmos prazos dos exigíveis. Se na liquidez corrente o prazo está limitado ao exercício seguinte, na liquidez geral os prazos de exigíveis e realizáveis podem estender-se por cinco, dez, vinte ou mais anos.

De acordo com Schrickel (1999, p.247), esse índice não representa uma situação de liquidez, mas, sim, de solvência, pois a liquidação de todos os ativos e passivos, inclusive de longo prazo, só ocorrerá em uma situação de descontinuidade da empresa.

2.8.1.3 Índices econômicos

A dimensão econômica compõe-se, basicamente, dos índices de rentabilidade e representam, de acordo com Matarazzo (2003, p.175), “[...] quanto renderam os investimentos e qual o grau de êxito econômico da empresa.”

Várias são as relações possíveis de serem estabelecidas para analisar rentabilidade; neste estudo, foram selecionados os principais índices citados na literatura e que representam, no conjunto, o rendimento dos três principais aspectos da empresa: o operacional, o do investidor e o do investimento.

Nesse sentido, a margem líquida apura quanto a empresa consegue gerar de lucro na sua operação com vendas, mostra a lucratividade da atividade da empresa, é o aspecto operacional da rentabilidade.

Margem líquida	Lucro líquido
	Receita líquida de vendas

Figura 11 - Fórmula de cálculo do índice de margem líquida

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2003, p.152)

A variação desse indicador merece análise detalhada, pois o lucro líquido da empresa está sujeito a movimentações não operacionais, que, em algumas situações, possam ser valores relevantes e até mesmo reverter um possível lucro para prejuízo, ou vice-versa.

O retorno sobre o patrimônio líquido é o indicador do retorno que o investidor tem com a empresa. Mostra que proporção o lucro gerado pela atividade representa em relação ao investimento realizado pelo acionista. Iudícibus *et al.* (2003, p.322) argumentam que “[...] a melhor maneira de medir a rentabilidade da empresa é mediante o cálculo do retorno (lucro líquido) sobre o patrimônio líquido.”

Retorno sobre o patrimônio líquido – RSPL	Lucro líquido
	Patrimônio líquido inicial

Figura 12 - Fórmula de cálculo do índice de retorno sobre o patrimônio líquido - RSPL

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2003, p.152)

Não existe, na literatura contábil, consenso sobre o denominador dessa fórmula: alguns autores defendem que se deva utilizar o patrimônio líquido inicial, outros que o valor médio seja o ideal e há ainda aqueles que defendam o patrimônio líquido final.

Tendo por base a definição de Kassai *et al* (2005, p32) para remuneração dos investimentos como “[...] a recompensa, o prêmio, a gratificação ao empreendedor por seu capital investido,” entende-se que, para conhecer qual foi o prêmio ganho, esse deva ser comparado com o seu investimento inicial.

Assim, utiliza-se, neste estudo o patrimônio líquido inicial tendo em vista, ainda, a prática da matemática financeira, em que o retorno de um investimento é calculado em um momento t_1 sobre o capital investido em um momento t_0 .

Aceitando esses conceitos, no patrimônio líquido final já estará somado o lucro do período, perfazendo, assim, o montante do investimento e não sendo adequado para se calcular o retorno do período.

No patrimônio líquido médio, determinado pela soma do PL inicial com o final e dividindo a soma por dois, a mesma situação estará presente. O PL final já estará computando o lucro do período, que é o rendimento líquido do investimento e, então, não deve ser adicionado para se determinar qual é o retorno do investimento.

Retorno sobre o ativo é o índice que apresenta a capacidade da empresa para gerar resultados com os investimentos realizados em seus ativos. De acordo com Matarazzo (2003, p.179), “[...] não é exatamente um índice de rentabilidade, mas sim uma medida do potencial de geração de lucro da parte da empresa.”

Retorno sobre o ativo – RSA	Lucro líquido
	Ativo total médio

Figura 13 - Fórmula de cálculo do índice de retorno sobre o ativo - RSA

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2003, p.152)

Esse indicador, também, não apresenta consenso sobre sua fórmula. Considerando-se que a combinação dos ativos da empresa é que proporcionará o resultado da atividade: lucro, utilizou-se a comparação do lucro líquido com o ativo total médio, pois o lucro não foi gerado pelo ativo inicial e nem pelo final, mas, sim, pela movimentação do ativo total durante o período.

Uma variante desse indicador é apresentada por Kassai *et al* (2005, p.179), utilizando o lucro operacional no lugar do lucro líquido. Essa forma demonstra o retorno puro da empresa, ou seja, o que a empresa gerou de lucro somente na sua atividade, sem considerar as receitas e despesas financeiras e as movimentações extraordinárias, ou não operacionais.

Os comentários feitos sobre o lucro, no caso da margem líquida, aplicam-se, também, aos outros dois indicadores: RSPL e RSA. As variações desses indicadores não necessariamente representarão uma melhora ou piora na gestão das receitas e despesas; as alterações podem ocorrer por valores não recorrentes que, em situações mais extremas, possam ocasionar a inversão de um lucro para prejuízo ou vice-versa.

2.8.1.4 Índices de reserva de reavaliação

Adicionalmente aos tradicionais índices para análise de demonstrações contábeis, são apresentados, a seguir, três indicadores calculados com o objetivo de medir os efeitos da reserva de reavaliação sobre os principais grupos patrimoniais com os quais ela se relaciona.

Justifica-se o cálculo e a análise desses indicadores, considerando-se que, em muitas empresas, como será constatado na análise dos resultados deste estudo, a reserva de reavaliação é a principal conta na composição dos grupos patrimoniais e, caso isso não seja destacado, decisões podem ser tomadas de maneira equivocada.

Participação da reserva de reavaliação sobre o ativo permanente: com esse indicador pretende-se analisar qual a proporção da reserva de reavaliação na formação do grupo de ativos permanentes.

Combinando a análise do índice de imobilização com esse índice, será possível analisar, por exemplo, se uma variação considerável de imobilização ocorreu por investimentos ou, simplesmente, por uma valorização de mercado dos bens. Empresas podem criar valor em seu patrimônio simplesmente aumentando a proporção desse indicador.

Participação da reserva de reavaliação sobre o ativo permanente	Reserva de reavaliação (PL)
	Ativo permanente

Figura 14 - Fórmula de cálculo do índice de participação da reserva de reavaliação sobre o ativo permanente

Participação da reserva de reavaliação sobre o ativo total: o resultado desse indicador pode ser analisado de forma semelhante ao citado anteriormente, com a diferença de que a comparação será realizada com o ativo total e não somente com os ativos permanentes.

Participação da reserva de reavaliação sobre o ativo total	Reserva de reavaliação (PL)
	Ativo total

Figura 15 - Fórmula de cálculo do índice de participação da reserva de reavaliação sobre o ativo total

Esses dois indicadores são importantes para analisar a composição do patrimônio da empresa, pois, em muitos casos, os ativos são garantidores de financiamentos ou de projetos. A

valorização dos bens do ativo, em especial dos permanentes, aumenta as garantias que a empresa poderá oferecer; por isso, é possível que sejam encontradas valorizações relevantes de bens baseadas somente na reavaliação; isso será comentado nos tópicos seguintes, quando da análise dos dados da pesquisa.

Participação da reserva de reavaliação sobre o patrimônio líquido: dos três indicadores relacionados à reavaliação, esse talvez seja o mais relevante, pois o patrimônio líquido é o que sofre impacto direto da reserva de reavaliação e altera sensivelmente a sua composição, em alguns casos sendo a principal conta do grupo.

Participação da reserva de reavaliação sobre o patrimônio líquido	Reserva de reavaliação (PL)
	Patrimônio líquido

Figura 16 - Fórmula de cálculo do índice de participação da reserva de reavaliação sobre o patrimônio líquido

Esse é um forte indicador para analisar possíveis tendências de utilização indevida da reavaliação, como será apresentado na análise da pesquisa, pois várias empresas reverterem situações negativas de patrimônio líquido através da reavaliação.

2.8.2 Análise dos efeitos contábeis da reavaliação sobre os indicadores

As demonstrações contábeis são impactadas de diferentes formas pela reavaliação de ativos, em especial pela composição patrimonial das empresas. Por exemplo, uma empresa que possua maior parte de imobilizados em seu ativo, quando se faz uma reavaliação, essa empresa tende a ter mais impactos na sua demonstração do que uma empresa que possua mais ativos circulantes.

De uma maneira bastante abrangente, as demonstrações contábeis são impactadas pela reavaliação de ativos, nos seguintes pontos:

- aumento do ativo permanente: a contabilização da mais valia apurada no bem reavaliado provoca o aumento dos ativos imobilizados no patrimônio da empresa;
- aumento do patrimônio líquido: a contrapartida do aumento do imobilizado será lançada, líquida dos impostos, em conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido, aumentando, assim, o seu valor;

- aumento do exigível a longo prazo: a mais valia da reavaliação será tributada quando de sua realização, desse modo, a empresa deve diferir os impostos no seu passivo, visando a não subavaliar as suas obrigações futuras e
- diminuição do lucro do período: a depreciação calculada sobre o valor reavaliado do bem, proporciona uma despesa de depreciação maior do que seria sobre o valor original do ativo, dessa maneira, o resultado do período fica, nominalmente, diminuído.

Essas variações ocorridas nas demonstrações, em virtude da reavaliação dos ativos, refletem diretamente sobre os indicadores utilizados para analisar as empresas e, tendo em vista a sua composição patrimonial, alguns indicadores podem apresentar comportamentos adversos. No modelo apresentado na Tabela 4, serão analisados esses reflexos.

Tabela 4 – Modelo - Impactos da reavaliação nas demonstrações contábeis

	Situação 1		Situação 2		Situação 3		Situação 4	
	Original	Reavaliado	Original	Reavaliado	Original	Reavaliado	Original	Reavaliado
AC	300	300	300	300	300	300	300	300
RLP	100	100	100	100	100	100	100	100
AP	600	900	600	900	600	900	600	900
Total	1.000	1.300	1.000	1.300	1.000	1.300	1.000	1.300
PC	40	40	300	300	550	550	550	550
ELP	60	162	200	302	200	302	550	652
PL	900	1.098	500	698	250	448	(100)	98
Total	1.000	1.300	1.000	1.300	1.000	1.300	1.000	1.300
Receita	500	500	500	500	500	500	500	500
Despesas	(250)	(250)	(250)	(250)	(250)	(250)	(250)	(250)
Depreciação	(60)	(90)	(60)	(90)	(60)	(90)	(60)	(90)
Lucro	190	160	190	160	190	160	190	160
Indicadores econômico-financeiros								
LG	4,00	1,98	0,80	0,66	0,53	0,47	0,36	0,33
ET	10%	16%	50%	46%	75%	66%	110%	92%
PCT	11%	18%	100%	86%	300%	190%	-1100%	1227%
IRNC	63%	71%	86%	90%	133%	120%	133%	120%
IPL	67%	82%	120%	129%	240%	201%	-600%	918%
CE	40%	20%	60%	50%	73%	65%	50%	46%
ML	38%	32%	38%	32%	38%	32%	38%	32%
RSA	19%	12%	19%	12%	19%	12%	19%	12%
RSPL	21%	15%	38%	23%	76%	36%	-190%	163%

O modelo contempla quatro situações patrimoniais com diferentes composições do passivo e patrimônio líquido. No ativo, o permanente é reavaliado aumentando em 50%, mantendo-se todos os outros valores, para que seja possível visualizar os impactos da reavaliação nas demonstrações. Em todas as situações foram provisionados os impostos à alíquota de 34%.

As variações mais relevantes que ocorrem, quando se alteram os valores dos passivos, são em relação aos indicadores de endividamento e imobilização, que serão mais explorados. Os demais indicadores apresentam comportamento uniforme e por isso os impactos serão apresentados de forma genérica, lembrando-se que a magnitude do impacto dependerá da composição patrimonial apresentada.

O índice de liquidez geral será diminuído, pois o impacto do valor dos impostos afeta o exigível a longo prazo, sem impacto equivalente nos valores realizáveis.

A composição do endividamento da empresa terá um efeito muito parecido com o que ocorre na liquidez geral, ou seja, o aumento que acontece pelos impostos, aumentará a proporção dos valores de longo prazo, na composição do endividamento total.

O índice de margem líquida será diminuído porque a depreciação será calculada sobre o valor reavaliado e, assim, a despesa será maior do que se calculada sobre o valor original, com isso o lucro será menor, impactando, desse modo, de forma a diminuir os índices que utilizem o lucro como base de cálculo.

O mesmo ocorre com os índices de retorno sobre o ativo e retorno sobre o patrimônio líquido, os dois serão menores, quando calculados em balanços com reavaliação do que em balanços sem ela, por causa do efeito da depreciação no lucro.

Comentando os índices que têm comportamento adverso, dependendo da situação, cada caso será analisado individualmente.

A situação 1 apresenta uma empresa com alta participação do patrimônio líquido e, conseqüentemente, os índices de endividamento são baixos. O PL representa 90% dos capitais totais. Quando a empresa passa pela reavaliação, as proporções se alteram e o PL passa a representar 84% dos capitais totais.

Percebe-se, nessa situação, que a máxima de que a reavaliação melhora os indicadores de endividamento não é sempre correta. O que ocorreu é que o valor que foi provisionado de impostos no exigível a longo prazo, proporcionalmente, impactou mais do que o valor líquido da reavaliação que somou ao patrimônio líquido.

Pelos 34% de impostos somados ao ELP, o grupo aumentou 170%, enquanto o PL somado pelos 66% da reserva de reavaliação líquida variou somente 22%. Com isso, o exigível total, que representava 10% do patrimônio, passou a representar 16%, aumentando, assim, os índices de endividamento da empresa, tanto no endividamento total quanto na participação de capitais de terceiros.

Esse impacto, porém, só ocorre se a empresa registrar a reavaliação da forma correta, com a provisão dos impostos, caso contrário o efeito seria outro. Os índices de endividamento seriam diminuídos, pois o aumento seria total no PL.

O aumento nos indicadores de imobilização, ocorridos na situação 1, seguem o mesmo raciocínio do caso do endividamento, ou seja, a variação que ocorreu no ativo permanente foi superior à variação ocorrida no patrimônio líquido e também nos chamados recursos não correntes (PL+ELP). Pode-se perceber que o ativo permanente variou positivamente em 50%, o patrimônio líquido em 22% e a soma dos recursos não correntes em 31,25%.

Dessa forma, o crescimento proporcional do ativo permanente foi superior aos valores a ele comparáveis, acarretando o aumento dos indicadores de imobilização, o que em tese, não é bom para a empresa.

A situação 2 apresenta uma empresa em que a situação inicial é de equilíbrio em capitais de terceiros e próprios, 50% para cada. O que se pode perceber nessa situação, na qual a empresa apresenta maior dependência por capitais de terceiros, é que a reavaliação dos ativos provocou melhoras nos índices de endividamento.

As variações provocadas pela reavaliação tiveram mais impactos no patrimônio líquido do que nos exigíveis e, por isso, proporcionaram a melhora nos indicadores de endividamento,

tanto o total quanto a participação de capitais de terceiros. O patrimônio líquido aumentou em 39,6%, enquanto os exigíveis totais tiveram aumento de 20,4%.

Os indicadores de imobilização apresentaram comportamento semelhante ao ocorrido na situação 1, aumentaram com a reavaliação dos ativos pelo mesmo motivo já exposto na situação anterior, ou seja, as proporções das variações entre o ativo permanente e os recursos não correntes.

Na terceira situação, a empresa apresenta 75% de capitais de terceiros e 25% de capitais próprios. Nesse caso, observa-se que a reavaliação apresenta benefícios em relação à avaliação da empresa por indicadores. Tanto os indicadores de endividamento quanto os de imobilização diminuíram comparativamente aos balanços sem a reavaliação.

O motivo dessa melhora nos indicadores é o mesmo já comentado anteriormente. No caso do endividamento, a variação ocorrida no patrimônio líquido de forma positiva foi superior à que ocorreu no exigível a longo prazo, melhorando a proporção de capitais próprios sobre os capitais de terceiros. No caso da imobilização, é a primeira situação em que esses indicadores diminuem, porque a variação ocorrida no patrimônio líquido e nos recursos não correntes foi superior ao aumento do ativo permanente.

O patrimônio líquido aumentou 79% e os recursos não correntes (PL+ELP) variaram 67%, enquanto o ativo permanente aumentou em 50%, ocasionando assim a diminuição dos indicadores de imobilização, o que, em tese, é bom para a empresa, pois significa que ela tem mais capitais próprios em circulação na atividade.

A situação 4 é extrema, mas não incomum, já que a empresa apresenta patrimônio líquido negativo e, portanto, seus indicadores de endividamento e imobilização estão totalmente desfavoráveis para a empresa. Essa é a situação na qual se percebe o maior benefício da reavaliação em termos de melhorar os indicadores. A empresa sai de indicadores totalmente negativos para a sua imagem, para outros que amenizem a imagem ruim deixada pelo patrimônio líquido negativo e por altos índices de imobilização, inclusive de recursos circulantes. Os motivos das melhoras são os mesmos já comentados anteriormente: o impacto que a proporção das variações causa nos grupos.

No entanto, não é possível afirmar qual a composição ideal para que a reavaliação seja benéfica para os indicadores da empresa, pois o percentual aplicado à provisão dos impostos influenciará diretamente essa proporção.

O que se pode depreender dessa análise feita é que a reavaliação somente será benéfica para a empresa, em termos de indicadores, quando ela apresentar um certo nível de utilização de capitais de terceiros. Caso contrário, o efeito pode ser nulo ou até mesmo desfavorável.

Essas análises foram realizadas a partir de uma situação em que a reavaliação foi de 50% sobre o valor do ativo permanente. A variação desse percentual alterará a amplitude dos efeitos sobre os indicadores, mas não os efeitos.

Se a empresa fizer uma reavaliação de 100% sobre o ativo permanente, a variação dos indicadores será maior, porém, o efeito sobre os índices, sendo positivo ou negativo, será o mesmo.

Por exemplo, na situação 1, havendo reavaliação de 100% sobre o ativo permanente e provisionando os impostos em 34%, o índice de imobilização do patrimônio líquido passaria de 67% para 93%, Já o endividamento total seria de 23% contra 10% no balanço original.

Essas variações foram superiores à situação de reavaliação em 50% do AP, porém o fato de os índices aumentarem não foi alterado.

Da mesma forma, se a reavaliação for inferior a 50%, a variação ocorrida no indicador será menor, mas o efeito não se alterará.

Ao considerar, na situação 1, a reavaliação em 25% do AP, o índice de imobilização do PL passará de 67% para 75%, o endividamento total de 10% passará para 15%. Ao comparar esses números com a situação na qual a reavaliação foi de 50% sobre o AP, percebe-se que as variações foram menores, mas os efeitos não foram diferentes.

Dessa análise, conclui-se que as proporções da composição do ativo total são definitivas na magnitude das diferenças que ocorrerão com a reavaliação, mas, os efeitos causados nos

indicadores são dados pela composição do passivo mais patrimônio líquido. Se a empresa tem mais ou menos capitais de terceiros, os efeitos serão diferentes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da pesquisa

A classificação dada a uma pesquisa está relacionada à forma como o autor desenvolverá o seu trabalho. Para Marconi e Lakatos (2002, p.19) essa classificação “[...] obedece a interesses, condições, campos, metodologias, objetivos, objetos, etc.”

Marconi e Lakatos (2002, p.19-22) relacionam vários outros autores que apresentam diferentes formas de classificação de uma pesquisa, alguns mais sucintos e outros mais detalhados. Para eles, a mais completa abordagem encontra-se no esquema tipológico apresentado por Perseu Abramo, em 1979, que apresenta um esquema de classificação dividido em dez categorias.

O trabalho aqui desenvolvido classifica-se de acordo com Ander-Egg citado por Marconi e Lakatos (2002, p.19-20), como uma pesquisa aplicada, o que, segundo ele, “[...] se caracteriza por seu interesse prático [...] que seus resultados sejam aplicados ou utilizados, imediatamente.”

Quanto aos objetivos do estudo, classifica-se como uma pesquisa descritiva, que conforme explicitado por diversos autores, entre eles Gil (2002, p.41), Martins (2002b, p.36) e Hyman citado por Marconi e Lakatos (2002, p.20), tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Marconi e Lakatos (2002, p.20), referindo-se ao estudo de Best, mostram, ainda, que a pesquisa descritiva “[...] aborda quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente”, e, também, Selltitz *et al*, citados pelos mesmos autores, referindo-se a esse tipo de pesquisa, comentam que elas “[...] descrevem um fenômeno ou situação, mediante um estudo realizado em determinado espaço-tempo.”

Quanto aos procedimentos empíricos, o trabalho classifica-se, de acordo com Gil (2002, p.44), como bibliográfico, que é a pesquisa “[...] desenvolvida com base em material já

elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos;” e como documental, definida por Gil (2002, p.45), como a pesquisa “[...] que se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.”

Para Marconi e Lakatos (2002, p.71), a pesquisa bibliográfica “[...] abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto.”

Os mesmos autores (2002, p.62) apresentam a pesquisa documental como a “[...] que se caracteriza pela fonte de coleta de dados estar restrita a documentos, escritos ou não.”

Com base nas classificações apresentadas, o referencial teórico deste estudo foi desenvolvido a partir de materiais bibliográficos sobre o assunto e a pesquisa empírica deu-se pelo levantamento de dados a partir da análise de demonstrações contábeis das empresas constantes da base de dados utilizada pela Revista Melhores e Maiores, publicada pela Editora Abril, em conjunto com a FIPECAFI.

3.2 Seleção da amostra

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu com base em consultas às demonstrações contábeis publicadas por empresas que operam no Brasil e fazem parte da base de dados da Revista Melhores e Maiores. Essa base é formada por 3.350 empresas, classificadas em 23 setores econômicos, conforme apresentado no Quadro 3. Dessas, 1.143 empresas apresentaram movimentações na conta de reserva de reavaliação, constituindo, assim, a população alvo, da qual foi extraída a amostra para a pesquisa.

Quadro 3 - Setores e contexto operacional

Setor	Contexto operacional
Alimentos, bebidas e fumo	Fabricante de produtos alimentícios, frigoríficos, laticínios, fabricantes de doces e chocolates, cervejarias, fabricantes de refrigerantes, fumo e produtos de fumo.
Automotivo e peças	Montadoras de automóveis e caminhões, fabricantes de tratores e máquinas agrícolas, fabricantes de carrocerias, fornecedores de autopeças e componentes, etc.
Atacado e comércio exterior	<i>Trading companies</i> , atacadistas, distribuidoras de combustíveis, cooperativas de produtores.

continua

continuação

Comércio varejista	Supermercados, redes de lojas de eletrodomésticos, vestuário e calçados, revendedores de veículos.
Confeccões e têxteis	Fabricantes de tecidos, de peças de vestuário, de calçados, de <i>lingerie</i> , de fios têxteis, malharias.
Construção	Empreiteiras de construção pesada, construção civil, empresas de montagem industrial, de projetos de engenharia.
Eletroeletrônicos	Fabricantes de aparelhos eletroeletrônicos (televisores, videocassetes, rádios, etc), fabricantes de linha branca (geladeiras, máquinas de lavar, etc), fabricantes de equipamentos de telefonia, fabricantes de cabos.
Farmacêutico, higiene e cosméticos	Laboratórios farmacêuticos, fabricantes de produtos de higiene pessoal (sabonetes, dentífrícios, etc), de perfumes e produtos de beleza.
Limpeza	Material de limpeza.
Material de construção	Fabricantes de cimento, de vidro, de tubos e conexões, cerâmicas, revestimentos e forros.
Mecânica	Fabricante de bens de capital seriado e não seriado (motores, turbinas, tubos, máquinas operatrizes, elevadores, pontes rolantes).
Mineração	Empresas mineradoras.
Papel e celulose	Fabricantes de papel e celulose.
Plástico e borracha	Fabricantes de pneus e artefatos de borrachas, embalagens e utensílios de plástico.
Química e petroquímica	Companhias petrolíferas, refinarias, centrais de matérias-primas petroquímicas, fabricantes de fertilizantes.
Serviços de transporte	Companhias de transporte aéreo, empresas de transporte rodoviário de passageiros e de carga, companhias de cabotagem e navegação marítima, <i>courier</i> , transporte de valores, transporte ferroviário de passageiros e carga, de logística, locadores de veículos.
Serviços diversos	Hospitais, empresas de assistência médica, administradoras de cartões de crédito, hotéis, administradoras de vale-refeição, empresas de refeições industriais.
Serviços públicos	Correios, concessionárias de energia elétrica, de abastecimento de água e gás, de administração portuária, de rodovias e pontes, de serviços de tráfego aéreo, distribuidoras de GLP.
Siderurgia e metalurgia	Siderúrgicas, metalúrgicas, fabricantes de tubos e dutos, produtoras de alumínio.
Tecnologia e computação	Fabricantes de computadores e periféricos, de sistemas de automação bancária, produtores de <i>software</i> .
Telecomunicações	Operadoras de telefonia fixa e móvel.
Comunicações	Veículo de comunicação (televisão, revista, etc).
Diversos	Empresas que atuam em diversos segmentos.

Fonte: FIPECAFI

Para este trabalho, as 3.350 empresas foram segregadas em dois grupos:

- as empresas que utilizam a reavaliação de ativos e apresentaram saldo na conta de reservas de reavaliação durante o período de 1996 a 2004, que totalizaram 1.143 empresas e
- as empresas que não utilizam a reavaliação de ativos e, portanto, não apresentam saldo de reservas de reavaliação em suas demonstrações.

No grupo de empresas que fazem uso da reavaliação foram selecionadas 120, relacionadas no apêndice 01, para serem objeto de estudo da pesquisa. O tamanho da amostra foi definido, em

conveniência à disponibilidade de tempo para o desenvolvimento da pesquisa, não se caracterizando, portanto, como uma amostra probabilística, do ponto de vista do seu tamanho.

As empresas foram selecionadas, aleatoriamente, com o auxílio da planilha eletrônica MS Excel®. Para isso, cada empresa recebeu um número com o qual foi realizado o sorteio das 120 que compuseram a amostra.

A partir dessa seleção, foram consultadas as demonstrações contábeis de todas as empresas, apurando suas práticas em relação à reavaliação do ativo imobilizado para, após esse levantamento, tratar os dados e extrair deles as análises pretendidas.

O levantamento realizado representou a análise de 1.080 demonstrações, uma vez que, de cada empresa, foram avaliados nove anos, de 1996 a 2004. Essas análises foram feitas em especial nas notas explicativas, pois é onde constam, de forma qualitativa, as práticas das empresas.

Feito esse levantamento, para a realização dos testes estatísticos, foram excluídas da amostra as empresas que durante os últimos sete anos (1998 a 2004) não apresentaram demonstrações em pelo menos seis anos consecutivos e também as que apresentaram reserva de reavaliação em menos de três anos.

O motivo dessa exclusão é que, com reserva de reavaliação em apenas um ou dois anos, as alterações nos balanços com e sem reavaliação tendem a ser mínimas, uma vez que as análises foram realizadas com a média do período. Com os ajustes feitos no grupo inicial, a amostra final ficou composta por 71 empresas.

Assim, no que tange às práticas das empresas quanto à utilização da reavaliação de ativos, a pesquisa foi realizada sobre a amostra de 120 empresas, já a análise dos impactos nos indicadores, feita por meio dos testes estatísticos, a amostra foi de 71 empresas.

3.3 Procedimentos de análise dos dados

Marconi e Lakatos (2002, p.34) defendem que a análise e interpretação dos dados constituem-se no núcleo central da pesquisa. Nessa fase do estudo, são feitas as relações entre as variáveis

encontradas no trabalho, conduzindo às suas conclusões. Os dados desta pesquisa foram analisados sob o enfoque qualitativo e também quantitativo.

A análise qualitativa, conforme exposto por Marconi e Lakatos (2002, p.140), “[...] é baseada na presença ou ausência de alguma qualidade ou característica, e também na classificação de tipos diferentes de dada propriedade;” os mesmos autores esclarecem ainda que “[...] as medidas qualitativas respondem à pergunta ‘como’.”

Dessa forma, as práticas das empresas quanto à utilização da reserva de reavaliação foram analisadas sob o enfoque qualitativo, pois se pretendeu apresentar as características principais das práticas nesse procedimento contábil, ou seja, como as empresas utilizam a reavaliação.

O enfoque quantitativo, definido por Marconi e Lakatos (2002, p.140) como o que está “[...] focalizado em termos de grandeza ou quantidade do fator presente em uma situação,” considerando que “[...] as medidas quantitativas respondem à pergunta ‘quanto’,” foi utilizado na análise dos efeitos da reserva de reavaliação nos indicadores econômico-financeiro das empresas.

Sob o enfoque quantitativo foram utilizados dois métodos estatísticos: o descritivo e o teste de hipóteses.

Martins (2002a, p.19), sucintamente, define estatística descritiva como “[...] organização, sumarização e descrição de um conjunto de dados;” e Levine *et al* (2000 p.5) apresentam-na como “[...] os métodos que envolvem a coleta, apresentação e a caracterização de um conjunto de dados de modo a descrever apropriadamente as várias características deste conjunto.” Nesse sentido, o conjunto de empresas pesquisado foi caracterizado quanto ao setor econômico a que pertencem e em relação às práticas adotadas na utilização da reavaliação de ativos.

Stevenson (2001 p.308) explicita que “[...] a finalidade dos testes envolvendo amostras relacionadas é avaliar o efeito de algum ‘tratamento’ numa variável de interesse,” assim, o teste de hipóteses foi utilizado na análise dos indicadores econômico-financeiros, com o objetivo de verificar se existem variações estatisticamente significativas nesses indicadores quando as empresas fazem a reavaliação dos ativos.

O teste de *Wilcoxon*, ou de sinais por postos, utilizado neste estudo, é apresentado por Stevenson (2001 p.309) como o teste “[...] usado para determinar se os valores de uma amostra são inferiores, iguais ou superiores aos valores da outra amostra.”

O teste de sinais é assim chamado por comparar os valores constantes em uma amostra, antes de determinado evento, com os valores da mesma amostra, depois de determinado acontecimento, e atribuir-lhes sinal positivo para aumentos ou negativos para a diminuição nos valores, sem considerar a magnitude das variações.

Martins (2002a, p.273, 274) comenta que o teste de *Wilcoxon* é uma extensão do teste de sinais porque considera a amplitude das variações e não somente se ela é positiva ou negativa, dessa forma, analisando não somente o aumento ou a diminuição, mas, também, quantificando essa variação.

Martins (2002a, p.274) explica que o teste não paramétrico de *Wilcoxon* é realizado com as seguintes hipóteses:

- H_0 (Hipótese nula): não há diferença entre os grupos, ou seja, as médias dos indicadores antes e depois da reavaliação são estatisticamente iguais;
- H_1 (Hipótese alternativa): há diferença entre os grupos, isto é, as médias dos indicadores antes e depois da reavaliação são estatisticamente diferentes.

O alfa de significância dos testes analisados é de 0,05, sendo 0,025 na cauda direita e 0,025 na cauda esquerda da curva de probabilidade, dessa forma, as médias podem ser tanto maiores quanto menores, comparando as duas situações, antes e depois da reavaliação.

Sabendo, então, que o nível de significância é de 0,05, os resultados encontrados nos testes estatísticos realizados podem ser considerados corretos ao nível de confiança de 95%.

O teste Z, apresentado nos relatórios dos testes estatísticos, deve ser analisado pela tabela de distribuição t, que pode ser consultada em Martins (2002a, p.365-366) ou em outros livros de estatística.

O valor t , base para analisar o teste Z , considerando a análise das hipóteses em duas caudas é de 1,9944 para grau de liberdade 70, quando existirem 71 observações no teste, e de 2,0129 para grau de liberdade 46, quando existirem 47 observações no teste.

Nesse sentido, o valor de Z sendo superior aos valores estabelecidos para t na tabela, citados acima, a hipótese nula não pode ser aceita, e quanto maior for o valor de Z maior será a significância das diferenças existentes.

Como a análise será realizada considerando duas caudas na curva, o valor de Z pode ser apresentado de forma negativa, o que não interfere na análise com o valor t , ou seja, ignora-se o sinal do resultado do valor Z , pois esse sinal apenas informa se o valor de Z desloca-se à direita ou à esquerda na curva de probabilidade.

Todos os testes apresentaram como variáveis a média dos indicadores sem a reserva de reavaliação (SRR) e com a reserva de reavaliação (CRR).

Para aplicação do teste não paramétrico *Wilcoxon* na amostra estudada, as demonstrações das 71 empresas foram ajustadas de modo a expurgar do balanço patrimonial e da demonstração de resultados os valores referentes à reavaliação do ativo.

Os ajustes, no balanço patrimonial, foram feitos diminuindo do patrimônio líquido o valor da reserva de reavaliação, em contrapartida ao ativo permanente; também foi excluído o valor dos impostos sobre a reavaliação, nas empresas que apresentaram essa provisão, em contrapartida ao ativo permanente.

Na demonstração de resultados, o lucro foi ajustado pela adição da reserva realizada no período, estornando, assim, o efeito da depreciação sobre o valor reavaliado. O valor utilizado para esse ajuste foi o informado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ademais, por se considerar tecnicamente correta a prática do provisionamento dos tributos sobre o valor da reavaliação, fez-se mister ajustar, com o objetivo de padronizar a prática das empresas, a provisão dos impostos nas empresas que não a haviam constituído. Por simplificação, tal provisão foi realizada com as alíquotas vigentes de 25% (alíquota básica

mais o adicional) para imposto de renda e 9% para contribuição social, e seus reflexos foram considerados no exigível a longo prazo e na reserva de reavaliação.

Esses ajustes, no entanto, não determinam o valor exato das demonstrações, caso elas não sofressem a reavaliação do ativo; porém, dessa forma, o valor do ativo permanente, do patrimônio líquido e do exigível a longo prazo mostram um valor aproximado do que seriam sem a reavaliação de ativos, possibilitando a análise dos efeitos da reavaliação sobre as demonstrações, conforme foi proposto nesta pesquisa.

No caso específico do patrimônio líquido, ele pode ser alterado ainda pela distribuição de dividendos, pois, sem a reavaliação, o lucro tende a ser maior e, conseqüentemente, os dividendos propostos poderiam ser maiores do que os calculados sobre o lucro, considerando a reavaliação. No entanto, esse ajuste não foi realizado, pois a forma de cálculo dos dividendos não é uma informação de alto *disclosure*.

Feitos os ajustes para expurgar os efeitos da reavaliação, foram calculados os indicadores anuais das empresas, com e sem os valores da reavaliação e depois se calculou a média desses indicadores no período, também considerando a situação antes e depois de ter sido feita a reavaliação. O teste estatístico de *Wilcoxon* foi aplicado, então, sobre as médias, com a utilização do pacote estatístico SPSS 13.0 *for Windows*.

Considerando, ainda, a situação das empresas nas quais os impostos foram provisionados em uma condição hipotética, os testes estatísticos foram feitos de forma paralela, em dois conjuntos de valores:

- valores ajustados pelo expurgo da reavaliação, comparados com os valores originais apresentados pelas empresas e
- valores ajustados pelo expurgo da reavaliação, comparados com os valores ajustados pela provisão dos impostos, nas empresas em que não haviam sido provisionados.

No segundo grupo, o teste adicional foi realizado somente nos indicadores que apresentam relação com o ajuste dos impostos, os quais serão comentados no momento oportuno.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização da amostra

As 120 empresas que compuseram a amostra da pesquisa estão distribuídas em 20 setores econômicos, conforme classificação da Revista Melhores e Maiores, exposta no Quadro 2.

A maior incidência de reavaliação, nesse grupo, ocorreu em empresas dos setores de alimentos, bebidas e fumo, com 16,7%, e no setor de construção, com 14,2%. As menores participações estão nos setores: farmacêutico, limpeza e material de construção com 0,8%. No setor de telecomunicações, nenhuma empresa foi encontrada na pesquisa. A Tabela 5 apresenta como estão distribuídas, por setor, as empresas da amostra.

Tabela 5 - Setores de atuação das empresas

Setor	% de empresas
Alimentos, bebidas e fumo	16,7%
Construção	14,2%
Serviços e transportes	9,2%
Siderurgia e metalurgia	9,2%
Confecções e têxteis	7,5%
Serviços diversos	6,7%
Serviços públicos	5,8%
Comunicações	5,0%
Mecânica	5,0%
Química e petroquímica	3,3%
Tecnologia e computação	3,3%
Comércio varejista	2,5%
Papel e celulose	2,5%
Atacado e comércio exterior	1,7%
Automotivo	1,7%
Eletroeletrônico	1,7%
Plásticos e borracha	1,7%
Farmacêutico	0,8%
Limpeza	0,8%
Material de construção	0,8%

No entanto, não é possível, a partir desse grupo, afirmar que essa composição represente uma tendência de que os setores que mais utilizam a reavaliação sejam os que aqui têm maior frequência, pois essa formação pode ser fruto de uma característica da base de dados utilizada, e esse ponto não foi objeto da análise.

A amostra é composta somente por SAs, pois essas empresas têm obrigatoriedade em publicar as demonstrações contábeis, possibilitando, desse modo, o acesso às suas informações para este estudo.

Empresas limitadas não constam da amostra, porque esse tipo de sociedade não tem obrigação de publicar as demonstrações, impossibilitando, assim, o acesso a seus dados contábeis ou patrimoniais.

O Gráfico 1 apresenta como estão constituídas, juridicamente, as empresas constantes da amostra, sendo que 69% são companhias fechadas; isso reflete bem a característica do mercado brasileiro em que companhias abertas são minoria.

Gráfico 1 - Constituição jurídica das empresas

Cabe destacar que companhias abertas não são necessariamente as empresas que negociam suas ações em Bolsa; uma companhia que emite debêntures, por exemplo, também é uma companhia aberta, sem que suas ações estejam disponíveis no mercado.

No Gráfico 2, estão demonstrados os dados referentes ao tipo de reavaliação que as empresas apresentam em seus patrimônios, sendo que 98,3% das empresas fazem a reavaliação espontânea dos seus ativos; nesse grupo, em 14% das empresas, além dos ativos próprios existem saldos referentes à reavaliação em controladas e/ou coligadas e somente 1,7% da amostra apresentou saldo unicamente de reavaliação em controladas e/ou coligadas.

Ressalte-se, no entanto, que em algumas empresas, que compõem os 14%, existem casos em que a reavaliação reflexa é o montante de maior relevância.

Gráfico 2 - Tipos de reavaliação

Sobre essa amostra foram levantadas as práticas quanto ao tratamento da reavaliação de ativos, os resultados genericamente estão demonstrados do item 4.2.1.1 ao 4.2.1.4 apresentados a seguir.

4.2 As práticas das empresas brasileiras na utilização da reavaliação de ativos

No levantamento realizado nas demonstrações contábeis das empresas, percebeu-se que não existe uniformidade na utilização das reavaliações de ativos, mesmo existindo legislação prevendo as práticas para esse procedimento, conforme já discutido anteriormente.

4.2.1 Atendimento à legislação

As legislações societária e tributária prescrevem vários procedimentos que devem ser adotados, quando a empresa decide optar pela reavaliação dos ativos, segundo já abordado em tópicos anteriores.

O que foi apurado através do levantamento realizado nas demonstrações contábeis pesquisadas é que a legislação é amplamente ignorada, gerando, inclusive, indícios de que a reavaliação dos ativos não é feita pelos motivos a que ela se propõe.

Pontos específicos quanto à periodicidade da reavaliação, realização da reserva, provisão de impostos e *disclosure* da informação serão tratados nos tópicos seguintes. De forma mais abrangente, são apresentadas outras situações que foram levantadas na pesquisa.

No tópico 2.6 deste trabalho, foram apresentadas as características e as classificações das reservas no patrimônio líquido, de acordo com o que prescreve a Lei 6.404/76, que em seu artigo 182, informa o que deve ser registrado como reserva de reavaliação.

No entanto, na pesquisa realizada foram encontradas empresas que registram os valores da reavaliação de ativos em reserva de lucros, como, por exemplo, a Empresa Equipav S.A. – Açúcar e Alcool; ou então, em reserva de capital, como faz a Empresa De Nadai Alimentação S.A.

Como visto, a utilização das reservas ocorre por diferentes motivos e a reserva de reavaliação é, talvez, a mais demorada a se realizar.

Dessa forma, a prática de registrá-la como outro tipo de reserva pode ocorrer por erro, o que é grave, considerando a clareza da lei quanto ao assunto; mas, também, pode ocorrer de forma intencional para que a empresa possa utilizar-se mais rapidamente dessa reserva, para um possível aumento de capital ou compensação de prejuízos ou, ainda, para a distribuição de dividendos. De qualquer forma, a classificação da reavaliação em qualquer reserva que não a de reavaliação é um procedimento incorreto.

Quanto ao tipo de ativo que pode ser reavaliado, a legislação não apresenta uniformidade, o que gera aplicações divergentes. A Lei 6.404/76 permite a reavaliação do ativo, já a CVM, por meio da Deliberação 183/95, permite a reavaliação dos bens tangíveis do ativo permanente e desde que não esteja prevista sua descontinuidade.

Na revisão das demonstrações, encontrou-se situação em que a empresa Terrabras Terraplanagens do Brasil S.A. constituiu reserva de reavaliação pela precificação a valor de mercado de imóveis negociáveis, contabilizando a diferença em reserva de reavaliação no patrimônio líquido; sabendo que os imóveis estão classificados como negociáveis, a sua

descontinuidade no patrimônio da empresa é certa e, dessa maneira, não deveriam ser reavaliados, do ponto de vista da CVM porém, não contraria a Lei 6.404/76..

Outra situação é a reavaliação da marca de determinados produtos da empresa. A marca não se caracteriza como um bem tangível do imobilizado e, portanto, não poderia ser reavaliada, do ponto de vista da CVM. Essa prática foi apurada nas demonstrações das empresas Concremat Engenharia e Tecnologia S.A., no ano de 2000, e no Grupo Comunicações Três S.A., nos anos de 1996 e 2002.

Quando a empresa optar por fazer a reavaliação, deverá fazê-la em todos os ativos de mesma natureza, isso é o que prescreve a lei. A pesquisa constatou que poucas são as empresas que reavaliam todos os ativos de mesma classe, a maioria dos processos são de reavaliações parciais.

A reavaliação parcial feita em sistema rotativo, ou seja, a cada ano se reavalia parte do ativo, poderia, ao fechar o ciclo de reavaliações, cumprir com o prescrito na legislação. No entanto, como será visto no próximo tópico, não existe periodicidade nas reavaliações.

Dessa forma, é possível afirmar que as empresas não utilizam o sistema rotativo para reavaliar os ativos e, assim, não atendem à legislação no que se refere a reavaliar todos os ativos de mesma natureza.

4.2.1.1 Periodicidade da reavaliação

A reavaliação feita periodicamente, como tratado no item 2.7.2, tem por objetivo que os valores registrados não apresentem diferenças significativas em relação ao preço de mercado do bem e o que está registrado na contabilidade.

As práticas encontradas nas empresas, apresentadas no Gráfico 3, mostram que a periodicidade proposta na legislação não está sendo atendida: em 90% das empresas analisadas não foi encontrada a periodicidade prevista, de pelo menos a cada quatro anos, fazer a reavaliação dos bens.

Considerando que o estudo das práticas foi realizado em um intervalo de nove anos, de 1996 a 2004, é possível afirmar que as empresas não estão atendendo ao item de periodicidade, pois, nesse período, deveriam ocorrer pelo menos duas reavaliações e isso não aconteceu.

Gráfico 3 - Periodicidade da reavaliação

O impacto dessa prática nas demonstrações contábeis é exatamente o que a legislação procurou evitar quando propôs a periodicidade, ou seja, os valores constantes do ativo deixam de ser avaliados ao custo histórico e como não existe a reavaliação periódica e regular eles também não estão avaliados ao preço de mercado, ficando, quanto ao aspecto de mensuração, em situação indefinida, como já comentado anteriormente.

4.2.1.2 Provisão de impostos

O diferimento dos impostos sobre a realização futura da reserva de reavaliação, permitido pela legislação fiscal, é prática adotada por 50% das empresas, conforme está demonstrado no Gráfico 4. Em 7% dos casos analisados, não foi possível definir se a empresa fez a provisão ou não, os detalhes referentes aos procedimentos da reavaliação não foram apresentados em notas explicativas e nas demonstrações também não ficou clara a existência dessa provisão.

Ressalte-se que a obrigação de provisionar os impostos sobre a reavaliação de ativos, incorre somente sobre as companhias abertas; para as companhias fechadas esse procedimento é facultativo.

Gráfico 4 - Provisão dos impostos

Considerando que a amostra deste trabalho é formada por 69% de companhias fechadas, o índice de 43% de empresas que não provisionaram os impostos, não pode ser considerado alto do ponto de vista da legislação. Porém, tendo em vista a qualidade na informação gerada pela contabilidade, esse número é relevante, pois são 51 empresas, das quais 12 são companhias abertas, em um universo de 120, que estão deixando de prestar melhor informação ao seu usuário.

Quando a empresa deixa de provisionar os impostos sobre a reavaliação, ela apresenta uma supervalorização do patrimônio líquido. No valor apresentado como reserva de reavaliação consta um percentual que será destinado ao pagamento de impostos, quando da realização dessa reserva. Da mesma forma, o exigível está subavaliado, visto que os impostos sobre a futura realização da reserva não constam das obrigações.

A seguir, apresentam-se algumas práticas, encontradas na pesquisa, quanto aos impostos sobre a reavaliação:

- a empresa SIMAB S.A., no ano de 1999, quando constituiu a reserva de reavaliação, provisionou os impostos, todos no passivo circulante. No exercício seguinte, fez o pagamento total dos impostos e, nesse caso, ainda é uma empresa que não realiza a reserva. Esse procedimento, além de não estar de acordo com a legislação, quanto à tributação conforme a realização, ainda leva a considerar que a empresa realizou um

desembolso em momento desnecessário, o que não foi analisado, mas a antecipação do recolhimento dos impostos poderia comprometer as finanças da empresa.

- a Satipel Industrial S.A. informa o valor dos impostos em nota explicativa, porém tal valor não é provisionado no passivo. Nesse caso, apesar de existir a informação quanto ao valor dos impostos, o mesmo deve ser ajustado aos valores do balanço, caso se deseje saber o real valor do PL e do passivo.

Algumas empresas, entre elas Construtora Sutelpa S.A. e Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A., fizeram a provisão dos impostos, em exercícios posteriores à constituição da reserva; essa prática comprometeu a oportunidade da informação, pois nos exercícios anteriores os valores seriam outros, diferentes dos que foram apresentados pelas demonstrações contábeis.

4.2.1.3 Realização da reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação será realizada, de acordo com as instruções da legislação, na proporção de realização dos ativos que a gerou, ou seja, através da depreciação ou, então, pela alienação do ativo reavaliado.

Essa forma, proposta pela legislação, corrobora o entendimento de que a reserva de reavaliação representa um potencial de lucro a ser realizado futuramente, esse potencial será considerado realizado, contabilmente, proporcional à realização do bem que o originou.

Os resultados da pesquisa, quanto à forma de realização da reserva de reavaliação, estão apresentados no Gráfico 5, o qual demonstra que 84% das empresas respeitam os propósitos de realização por depreciação ou alienação do ativo.

Isso pode estar relacionado ao fato de que a realização da reserva é tributada; assim, se a empresa realizar a reserva sem esperar a depreciação ou alienação do ativo, terá que recolher os impostos sobre o total realizado, antecipando esses pagamentos.

Gráfico 5 - Formas de realização da reserva

Nesse item, chama a atenção o percentual de aproximadamente 11% das empresas que não realizam a reserva de reavaliação. Esse fato, em alguns casos, é devido à reavaliação de imóveis; porém, 50% das empresas, que não realizam a reserva, fizeram a reavaliação de imóveis e integralizaram o valor ao capital no mesmo exercício da constituição da reserva ou no exercício seguinte.

Isso significa que as empresas que compõem os 50% restantes, não realizam a reserva por outros motivos que não foram possíveis apurar pelas demonstrações contábeis divulgadas.

Cabe destacar que às companhias abertas é proibida a integralização da reserva de reavaliação antes de sua realização, exceto para reavaliação de terrenos.

A não realização da reserva de reavaliação ocasiona algumas informações distorcidas, tais como:

- a conta de lucros acumulados, no patrimônio líquido, fica subavaliada por não receber a parcela de realização correspondente ao período;
- a distribuição de dividendos fica comprometida, pois não é possível a distribuição da reserva não realizada.

Percebe-se, assim, que o fato de não realizar a reserva de reavaliação afeta alguns pontos das demonstrações, que influenciarão os indicadores de avaliação relacionados ao patrimônio líquido, podendo distorcer o diagnóstico da empresa.

Alguns procedimentos encontrados nas empresas pesquisadas merecem destaque por serem tratamentos que se repetiram e apresentam características não convencionais.

- Aproximadamente 10% das empresas da amostra capitalizam a reserva, não só de imóveis, e informam em nota explicativa o valor da reserva realizada no exercício, mesmo ela já estando capitalizada; essa prática foi encontrada em empresas como: ThyssenKrupp Elevadores S.A., Equipav S.A. Açúcar e Alcool, Editora Abril S.A., Concrepav S.A. Engenharia, Indústria e Comércio, entre outras.
- Não foi possível determinar, na maioria das demonstrações contábeis, se o percentual de realização está de acordo com as depreciações. Em alguns casos, a realização ocorre em período de tempo curto, inconsistente com o bem que foi reavaliado e a baixa ou alienação do bem não fica explícita nas demonstrações.
- Na Olivetti do Brasil S.A., a reserva de reavaliação é realizada em contrapartida a contas de reservas de capital e não lucros acumulados.
- A empresa Brasília Guaíba Obras Públicas S.A. informa que o registro da depreciação da reavaliação é contabilizado diretamente contra a reserva de reavaliação.
- Em algumas empresas, tais como: Reunidas S.A. Transportes Coletivos, Proquigel Química S.A. e Reunidas S.A. Transportes Rodoviários de Cargas, a reserva de reavaliação não é realizada contra a conta de lucros acumulados; o valor tem contrapartida fora do patrimônio líquido. Em consulta realizada via e-mail, ao setor contábil da empresa Reunidas S.A. Transportes Rodoviários de Cargas obteve-se a informação de que a contrapartida da reserva de reavaliação, nesse caso, é feita em uma conta de realização da reserva de reavaliação no grupo de outras receitas operacionais na DRE.
- A empresa Satipel Industrial S.A., no ano de 2001, capitalizou toda a reserva de reavaliação própria, não somente a reserva de imóveis, mas de todos os imobilizados

que foram reavaliados, informando que se tratam de ativos operacionais e não serão vendidos.

- A empresa ThyssenKrupp Elevadores S.A. capitalizou a reserva de reavaliação e, posteriormente, no ano de 2002, fez uma reversão dessa reserva capitalizada, o que gerou um aumento da conta de reserva de reavaliação.

4.2.1.4 *Disclosure da informação sobre a reserva de reavaliação*

A legislação prescreve que, quando feita a reavaliação de ativos, ela deve ser devidamente informada, em notas explicativas, quanto aos seus valores e reflexos no patrimônio da empresa, conforme apresentado no tópico 2.7.2.2.

Com relação ao *disclosure* praticado pelas empresas, no que tange às informações sobre a reavaliação, o Gráfico 6 apresenta como esse tema é tratado pelas entidades.

Percebe-se que 47% das empresas constantes da amostra não apresentaram nenhuma informação sobre a reavaliação; de maneira geral, limitaram-se a informar que houve a reavaliação, sem detalhar valores e nem reflexos no patrimônio.

A preocupação em informar sobre a reavaliação, em todos os anos, foi encontrada em 31% das empresas analisadas e nessas empresas, o nível da informação é variado.

Algumas empresas simplesmente informaram os valores pelos quais os ativos foram reavaliados e qual o saldo remanescente nas contas. Em outros casos, a empresa apresentou em detalhes toda a movimentação da conta de reserva de reavaliação, quando foi realizada, qual o saldo remanescente, o valor dos impostos e, ainda, os valores do imobilizado detalhado com o custo histórico e o respectivo valor reavaliado.

Gráfico 6 - Apresentação de informações sobre a reavaliação

Há um terceiro grupo de empresas, representando 22% da amostra, que apresentou notas explicativas somente no ano da constituição da reserva, posteriormente limitou-se a informar que no imobilizado existe a reavaliação, não detalhando valores. Esse grupo é um misto dos outros dois. Os níveis de detalhes são semelhantes ao comentado anteriormente.

Na seqüência são apresentadas algumas situações levantadas na pesquisa das demonstrações contábeis. Essas situações ilustram o que foi resumido nos comentários anteriores. Algumas empresas apresentam um excelente nível de informação sobre a reavaliação, no entanto, em outras a informação sobre a reavaliação só está disponível na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Sem a pretensão de analisar profundamente a qualidade da informação prestada, primeiramente estão apresentados os comentários em que se percebe um nível de *disclosure* considerado satisfatório do ponto de vista do pesquisador.

Algumas empresas apresentam, em notas explicativas, informações suficientes para que seja possível visualizar os efeitos causados nas contas envolvidas com o procedimento de reavaliação, informando o saldo remanescente da reavaliação no imobilizado, o valor realizado no período e o montante de impostos diferidos; empresas com essa prática são: Santher S.A., VASP, Iguaçu Papel e Celulose, entre outras.

Outras empresas, como a Suape Têxtil S.A. e a Terrabras Terraplanagens do Brasil S.A., informam, em nota explicativa, no ano da constituição da reserva, quais foram os bens reavaliados e os respectivos valores.

A empresa Gevisa S.A. surpreendeu positivamente, ao informar, por meio de nota explicativa, que não procedeu à nova reavaliação porque o valor dos bens estava próximo ao seu real valor de mercado. Do ponto de vista de *disclosure* foi interessante encontrar uma nota explicativa com esse teor, pois o normal é que as empresas simplesmente deixem de fazer a reavaliação, não comentando o fato.

O baixo nível de qualidade informativa das demonstrações contábeis é um assunto bastante conhecido e da mesma forma que foram levantados os comentários anteriores, a seguir são citados os casos nos quais o nível do *disclosure* foi considerado baixo, do ponto de vista do pesquisador.

Empresas com informações insuficientes quanto à movimentação e constituição da reserva de reavaliação, não explicitam quais foram os ativos reavaliados e nem os seus valores. Em alguns casos, a empresa limita-se a informar que foi feita reavaliação de acordo com a legislação.

Em muitas empresas, tais como Jari Celulose S.A., Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. e Frangosul S.A., as informações sobre a reserva de reavaliação só estão disponíveis na demonstração das mutações do patrimônio líquido e, em alguns casos, de forma bastante confusa.

Em várias empresas foi encontrada uma nota explicativa padrão que se repete a cada exercício informando o valor da reavaliação no ano de sua constituição, sem apresentar informações atualizadas referentes ao exercício em curso. Exemplo dessa prática são as empresas: Cambuci S.A., Cia Açucareira Vale do Rosário, Editora O Dia, Reunidas S.A. Transportes Coletivos, entre outras.

Alguns casos de movimentações da conta de reserva de reavaliação, tais como: estorno total do saldo de reserva de reavaliação, diversas transações de ajustes da conta de reserva, muitas vezes com valores relevantes, sem nenhum comentário sobre os motivos que geraram tais

procedimentos, foram encontrados em empresas como: Cia. de Eletricidade do Rio de Janeiro, no ano de 2003; ThyssenKrupp Elevadores S.A., no ano de 2002; Armazéns Gerais Colúmbia, no ano de 2002, entre outras.

Essa visão do *disclosure* prestado pelas empresas refere-se a um único item do patrimônio e já ficou evidente a despreocupação das companhias em explicitar as práticas adotadas no processo de contabilização de seus itens patrimoniais. Isso reflete toda a indignação que se expressa quanto à qualidade das demonstrações contábeis que são publicadas aos usuários.

4.2.2 Aspectos de manipulação da informação com o uso da reavaliação

Conforme já comentado, o principal objetivo da reavaliação é manter o valor dos ativos próximos ao valor de mercado para a geração de uma melhor informação; porém, a prática encontrada no levantamento realizado aponta para algumas utilizações com outros propósitos.

A pesquisa demonstrou que 24% de 71 empresas analisadas reverteram uma situação de patrimônio líquido negativo com a utilização da reserva de reavaliação, o que sugere o uso oportunista da reavaliação, pois se observou que a reserva surgiu no balanço das empresas após um período de prejuízos crescentes, evitando que o PL ficasse negativo.

O Gráfico 7 mostra o percentual de empresas nas quais a reavaliação dos ativos foi feita quando o patrimônio líquido seria negativo, caso não existisse a reserva de reavaliação, e por quantos anos essa situação ocorreu.

Observe-se que 4,2% das empresas reverteram seu patrimônio líquido negativo com a reserva de reavaliação, durante os sete anos da amostra; e outras 4,2%, durante cinco anos. Percebe-se, também, que 7% das empresas tiveram a mesma situação durante um, dois e três anos do período analisado.

Cabe comentar, igualmente, que dessas empresas, que reverteram o PL negativo em alguns períodos, mesmo com a reserva de reavaliação, 50% delas não conseguiram reverter o PL negativo, em pelo menos um ano do período analisado.

Gráfico 7 - Empresas que reverteram PL negativo com reavaliação

A situação de reverter o PL negativo é a mais extrema e por isso foi evidenciada. Destaque-se, por exemplo, a situação em que o patrimônio líquido sem o efeito da reserva de reavaliação apresentava valor de R\$ -186.000, passando para R\$ 216.226.000, considerando a reserva de reavaliação; isso representa variação de 116.350%. Esse fato foi apurado nas demonstrações da empresa Fiação e Tecelagem Kanebo S.A., no ano de 2003.

Esse caso, que foi o mais extremo, ocorrido na empresa Fiação e Tecelagem Kanebo S.A., apresentou um aumento no imobilizado de 395% (de \$ 66.830 passou para \$ 331.215), em consequência o PL aumentou 365% (de \$ 59.788 foi para \$ 278.538). O aumento do imobilizado e do PL em proporções semelhantes, descarta a possibilidade de o imobilizado ter aumentado por novos investimentos.

Os percentuais de aumento que ocorrem em algumas empresas, também, levantam questionamentos. Ou a empresa possui imobilizado com alto nível de defasagem, por questões tecnológicas ou por idade, ou, então, os valores que surgem na reavaliação são, de certa forma, suspeitos.

Outro ponto que sugere um certo oportunismo na constituição da reserva de reavaliação são as garantias exigidas por entidades financiadoras, em especial, por Bancos.

Em muitas empresas, entre elas Cambuci S.A., Pastifico Selmi S.A. e Agro Indústria Vale do São Francisco S.A., houve citação em notas explicativas de que o imobilizado, reavaliado,

estava arrolado como garantia de dívidas; e, como já foi comentado, a falta de periodicidade das reavaliações é forte indício de que elas só são feitas quando a empresa tem um interesse, que normalmente não é melhorar a qualidade da informação.

Ainda nesse sentido, os resultados de uma pesquisa realizada por Easton *et al.* (1993, p.3) com CFOs de empresas australianas, apontou que a “[...] necessidade de diminuir a proporção de dívidas-patrimônio líquido é a principal razão para reavaliar ativos³ (tradução livre),” ou seja, não é a intenção de melhor informar ao usuário que estimula a adoção de um valor mais aproximado do preço real do bem, mas, sim, a de melhorar o indicador que mostra a dependência da empresa por capitais de terceiros, endividamento.

Devido à existência de diversas práticas quanto ao uso da reavaliação, o que prejudica a informação gerada pela contabilidade, Iudícibus *et al.* (2003, p.316) defendem que, talvez, a reavaliação devesse ser um procedimento obrigatório, para empresas de determinado tamanho e com imobilizado também de certo porte, e as práticas, quanto ao seu tratamento, devessem ser uniformes.

4.3 Impactos da reserva de reavaliação nos índices econômico-financeiros

A análise através dos índices, abordada no item 2.7, apresenta um panorama abrangente da condição econômico-financeira da empresa, sem possibilitar detalhes que permitam inferências sobre a composição específica do índice. Assim, as análises realizadas nesse trabalho, a partir dos índices das empresas, não visam detalhar a situação das empresas e sim ter um fator de comparação entre elas, de uma forma genérica.

As análises foram realizadas nos indicadores em que ocorreram diferenças entre o índice com e sem reavaliação. Dessa forma, o índice de liquidez corrente não será apresentado, pois não sofre impactos diretos por causa da reavaliação.

O índice de liquidez corrente pode sofrer impactos indiretos por causa da reavaliação quando, por exemplo, a partir de uma reavaliação a empresa aumenta seu imobilizado com o objetivo de obter financiamentos e empréstimos, e esses novos recursos obtidos terão aplicação no circulante.

³ *the need to lower the debt-to-equity ratio is a major reason for choosing to revalue assets.*

O objetivo principal do teste de *Wilcoxon*, apresentado anteriormente, é verificar se duas amostras relacionadas têm médias iguais e, posteriormente, definir se as diferenças são ou não significativas.

No caso desse estudo, as diferenças entre os indicadores com reavaliação e sem reavaliação existirão, isso é fato, pois, ao alterar o valor do ativo permanente com contrapartida no patrimônio líquido, todos os indicadores calculados que envolvam esses grupos terão seus valores afetados.

Os indicadores são comentados individualmente, porém com a segregação em financeiros, estruturais e econômicos, citada no item 2.8.1, lembrando que, nos indicadores financeiros, será analisada somente a liquidez geral, pois a liquidez corrente não sofre alteração.

Outro destaque é que alguns indicadores são analisados pelos seus valores originais, assim entendidos os valores publicados pelas empresas comparados aos mesmos valores expurgados da reavaliação, e também pelo seu valor ajustado, que compreende os valores originais ajustados pela provisão dos impostos, aos balanços das empresas que não fizeram essa provisão. Os indicadores que não são influenciados pelos impostos são vistos somente pelo primeiro enfoque.

4.3.1 Análise dos testes estatísticos de *Wilcoxon*

4.3.1.1 Índice de liquidez geral

O índice de liquidez geral será afetado pela reavaliação de ativos somente quando a empresa provisionar o valor dos impostos, pois isso afetará o exigível a longo prazo.

As Tabelas 6 e 7 apresentam os resultados do teste estatístico aplicado aos indicadores de liquidez geral, considerando os valores originais das empresas, ou seja, as empresas que não provisionaram os impostos constam nesse teste também sem a provisão.

A Tabela 6 mostra que, quando expurgados os efeitos da reavaliação de ativos, o índice de liquidez geral aumentou em 40 empresas e em 31 não houve alteração, justamente por serem as empresas que não provisionaram os impostos.

Tabela 6 – Wilcoxon Ranks Tests– LG com valores originais

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
SRR - CRR	Negative Ranks	0(a)	,00	,00
	Positive Ranks	40(b)	20,50	820,00
	Ties	31(c)		
	Total	71		

a SRR < CRR

b SRR > CRR

c SRR = CRR

A Tabela 7 apresenta o resultado do teste estatístico, no qual se observa que não é possível aceitar a hipótese de igualdade entre as médias, o *Asymp. Sig. (2-tailed)* de 0,000 é inferior ao nível de significância estabelecido, estando, assim, na zona de rejeição de H_0 .

Tabela 7 - Test Statistics(b) - LG com valores originais

	SRR - CRR
Z	-5,511(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a Based on negative ranks.

b Wilcoxon Signed Ranks Test

O resultado desse teste aponta para diferenças significativas entre o índice de liquidez geral antes e depois da reavaliação dos ativos, pois o valor Z encontrado é de -5,511, enquanto o valor máximo para t nesse teste é de 1,9944.

O segundo teste feito com o indicador de liquidez geral, compreende os balanços ajustados pela provisão dos impostos.

Como já descrito anteriormente, para as empresas que não provisionaram o imposto simulou-se essa provisão, assim, em todas as empresas da amostra está considerada a provisão dos impostos.

As Tabelas 8 e 9 apresentam os resultados dos testes realizados nessa nova condição.

Observe-se que das 71 empresas 68 delas tiveram melhor liquidez quando excluídos os efeitos da reavaliação dos ativos. Das 3 empresas que não apresentaram alteração, a Inepar Energia mostra somente a reavaliação reflexa e, portanto, não tem a provisão dos impostos; a SIMAB

lançou todos os impostos no passivo circulante e fez o recolhimento já no exercício seguinte, por isso não existe o imposto diferido em seu patrimônio e a reavaliação na Localiza é sobre terrenos, portanto, sem provisão de impostos.

Tabela 8 - Wilcoxon Ranks Tests– LG com valores ajustados

	N	Mean Rank	Sum of Ranks
SRR - CRR Negative Ranks	0(a)	,00	,00
Positive Ranks	68(b)	34,50	2346,00
Ties	3(c)		
Total	71		

a SRR < CRR

b SRR > CRR

c SRR = CRR

É possível observar, comparando os dois testes realizados, que incluindo mais empresas com a provisão dos impostos, a diferença entre as médias antes e depois da reavaliação aumentou, o que pode ser comprovado no resultado do teste Z.

A Tabela 9 apresenta o resultado do teste estatístico em que a análise é semelhante à realizada nos dados da Tabela 7, ou seja, não é possível aceitar a hipótese de igualdade entre as médias, pois o *Asymp. Sig. (2-tailed)* de 0,000 é inferior ao nível de significância estabelecido.

Tabela 9 - Test Statistics(b) - LG com valores ajustados

	SRR - CRR
Z	-7,167(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a Based on negative ranks.

b Wilcoxon Signed Ranks Test

O resultado desse teste aponta para diferenças significativas entre o índice de liquidez geral antes e depois da reavaliação dos ativos; ressalte-se, também, nesse teste que a diferença é mais significativa quando existe a provisão dos impostos em todas as empresas; essa informação pode ser vista através do valor Z apresentado nas Tabelas 7 e 9, uma vez que o valor na segunda tabela -7,167 é maior do que o encontrado na Tabela 7 que é -5,511.

O que se depreende desses testes é que a contabilização da provisão dos impostos sobre a reavaliação é tão importante quanto o registro da própria reavaliação, pois as diferenças de

informações geradas em uma análise são significativas e podem conduzir a decisões equivocadas.

4.3.1.2 Índice de imobilização do patrimônio líquido

O índice de imobilização do patrimônio líquido relaciona os dois grupos que mais são afetados pela reavaliação dos ativos: o ativo permanente e o patrimônio líquido.

A tendência é que as diferenças sejam menos significativas nesse índice, uma vez que os dois grupos recebem, diretamente, os efeitos da reavaliação. Isso não significa que o índice não se alterará por causa da reavaliação, pelo contrário, ele pode sofrer uma grande alteração levando em consideração as proporções do ativo permanente e do patrimônio líquido. Essa questão foi abordada com detalhes no tópico 2.8.2.

Os resultados dos testes realizados com o indicador calculado pelos valores originais estão apresentados nas Tabelas 10 e 11 e são comentados na sequência.

Nesse indicador, o número de empresas foi reduzido devido à existência de empresas com PL negativo, o que distorce o valor do cálculo dos indicadores a ele relacionados.

Os dados da Tabela 10 mostram que, quando revertidos os efeitos da reavaliação dos ativos, o índice de imobilização do PL diminui em 34 empresas, enquanto em 13 empresas a situação é inversa, sem a reavaliação o índice é maior.

Tabela 10 - Wilcoxon Ranks Tests– IPL com valores originais

	N	Mean Rank	Sum of Ranks
SRR - CRR Negative Ranks	34(a)	23,29	792,00
Positive Ranks	13(b)	25,85	336,00
Ties	0(c)		
Total	47		

a SRR < CRR

b SRR > CRR

c SRR = CRR

O teste apresentado na Tabela 11 mostra que existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias, ou seja, não permite aceitar a hipótese nula de igualdade das

médias, o que é perceptível no *Asymp. Sig. (2-tailed)* de 0,016 inferior ao nível de significância estabelecido para o teste.

Tabela 11 - Test Statistics(b) – IPL com valores originais

	SRR - CRR
Z	-2,413(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,016

a Based on positive ranks.

b Wilcoxon Signed Ranks Test

O Z de -2,413, lembrando que o valor de t para esse teste é de 2,0129, mostra que as diferenças nesse indicador são menores do que o ocorrido no índice de liquidez geral, ou seja, é um indicador em que o impacto da reavaliação de ativos tende a ser menor, conforme comentado anteriormente no tópico 2.8.2. Também pelas médias apresentadas na Tabela 10, de 23,29 para o grupo “a” e 25,85 para o grupo “b”, demonstra-se que as médias estão próximas, mesmo existindo diferença, conforme apresenta o resultado do teste Z.

Ao ajustar os valores pela provisão dos impostos não houve muita variação, apesar de que as médias se distanciaram, como demonstrado na Tabela 12. Houve um aumento de empresas no grupo em que o indicador é maior quando existe a reavaliação, passando de 34 para 38 empresas e, conseqüentemente, diminuindo de 13 para 9 o número de empresas que aumentaram o indicador pela exclusão dos efeitos da reavaliação.

Tabela 12 - Wilcoxon Ranks Tests– IPL com valores ajustados

	N	Mean Rank	Sum of Ranks
SRR - CRR Negative Ranks	38(a)	22,45	853,00
Positive Ranks	9(b)	30,56	275,00
Ties	0(c)		
Total	47		

a SRR < CRR

b SRR > CRR

c SRR = CRR

O teste apresentado na Tabela 13 mostra que existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias, ou seja, não permite aceitar a hipótese nula de igualdade das médias, o que é perceptível no *Asymp. Sig. (2-tailed)* de 0,002 inferior ao nível de significância estabelecido para o teste e, portanto, situa-se na zona de rejeição da hipótese nula.

Tabela 13 - Test Statistics(b) – IPL com valores ajustados

	SRR - CRR
Z	-3,058(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,002

a Based on positive ranks.

b Wilcoxon Signed Ranks Test

Pela Tabela 13 percebe-se, ainda, o distanciamento das médias, aumentando a diferença entre elas. Em relação à situação encontrada no caso dos valores originais, o valor de Z passou para -3,058, demonstrando, assim, que com a provisão dos impostos houve tendência ao aumento das diferenças existentes entre as médias antes e depois da reavaliação.

A explicação para esse aumento deve-se ao fato de que, ao provisionar os impostos no exigível a longo prazo, a contrapartida foi uma diminuição da reserva de reavaliação no PL; com o valor do patrimônio líquido diminuído, aumentou a proporção de ativo permanente em relação ao patrimônio líquido.

Assim, pode-se perceber que o fato de a reavaliação aumentar o ativo permanente tendo como contrapartida o patrimônio líquido não significa que a proporção entre eles permanecerá igual; dos indicadores constantes deste estudo, foi o que menos sofreu influências pela reavaliação do ativo.

4.3.1.3 Índice de imobilização de recursos não correntes

O índice de imobilização de recursos não correntes (IRNC) não sofre alteração pela provisão dos impostos, pois essa provisão deduz o valor do PL e acresce o mesmo valor no exigível a longo prazo, trata-se, apenas, de uma transferência entre os dois grupos não correntes e, assim, o denominador do cálculo não se altera.

Da mesma forma que no indicador anterior, as empresas com patrimônio líquido negativo não constam desse teste.

A Tabela 14 apresenta os resultados dos testes, mostrando que 45 empresas tiveram seu índice reduzido, quando excluídos os efeitos da reavaliação, e somente duas aumentaram o índice.

Tabela 14 - Wilcoxon Ranks Tests – IRNC

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
SRR - CRR	Negative Ranks	45(a)	24,73	1113,00
	Positive Ranks	2(b)	7,50	15,00
	Ties	0(c)		
	Total	47		

a SRR < CRR

b SRR > CRR

c SRR = CRR

Considerando que, em tese, quanto menor for esse indicador melhor é a situação apresentada pela empresa e com a reavaliação as empresas têm esse índice aumentado, pode-se dizer que a reavaliação não é positiva para a avaliação do índice de imobilização de recursos não correntes.

Ainda na Tabela 14 percebe-se que é grande a distância entre as médias dos dois grupos, sendo de 24,73 para o grupo “a” e de 7,50 para o grupo “b”. Essa situação é reforçada pelo teste Z, na Tabela 15, o qual mostra o valor de -5,810 que, quando comparado ao valor t para esse teste, que é 2,0129, não permite aceitar a hipótese de igualdade entre as médias pois, o valor Z está bem acima do valor t aceitável.

Dessa forma, conclui-se que as diferenças existentes no índice de imobilização de recursos não correntes são, do ponto de vista estatístico, significativamente diferentes.

Tabela 15 - Test Statistics(b) – IRNC

	SRR - CRR
Z	-5,810(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a Based on positive ranks.

b Wilcoxon Signed Ranks Test

Em suma, o índice de imobilização de recursos não correntes sofre um grande impacto por causa da reavaliação dos ativos e, como apontado pelos testes, após a reavaliação esse indicador piorou, pois aumentou no momento em que a reavaliação foi feita.

4.3.1.4 Índice de endividamento total

O indicador de endividamento total, ou participação de capitais de terceiros sobre os recursos totais, é o indicador que tende a sofrer o maior impacto pela reavaliação dos ativos, sendo,

inclusive, citado em pesquisas e pela literatura, como o principal motivo pelo qual a empresa opta em fazer a reavaliação, para melhorar a sua condição de endividamento.

As Tabelas 16 e 17 apresentam os resultados dos testes realizados com o indicador de endividamento total, considerando os valores originais apresentados pelas empresas.

Tabela 16 - Wilcoxon Ranks Tests– ET com valores originais

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
SRR - CRR	Negative Ranks	1(a)	8,00	8,00
	Positive Ranks	70(b)	36,40	2548,00
	Ties	0(c)		
	Total	71		

a SRR < CRR

b SRR > CRR

c SRR = CRR

Considerando que esse é o indicador mais impactado pela reavaliação, o esperado é que seja o que apresenta as maiores diferenças entre as médias. E isso pode ser comprovado na Tabela 16, na qual se constata que 70 das 71 empresas têm melhores indicadores de endividamento quando fazem a reavaliação de ativos. A empresa Serveng-Civilsan S.A., que apresenta situação inversa, possui uma particularidade em relação à proporção do PL na composição do balanço, a qual foi abordada no tópico 2.8.2.

Na Tabela 17, o resultado, a exemplo dos anteriores, apresenta-se inferior ao nível de significância determinado para o teste, não sendo, portanto, possível aceitar a hipótese de igualdade entre as médias.

Tabela 17 - Test Statistics(b) – ET com valores originais

	SRR - CRR
Z	-7,277(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a Based on negative ranks.

b Wilcoxon Signed Ranks Test

O valor do teste Z de -7,277, na Tabela 17, representa a magnitude das diferenças entre as médias e, como esperado, é a diferença mais significativa de todos os testes realizados, lembrando que o valor t para essa situação é de 1,9944.

Quando o teste é realizado considerando os valores ajustados pela provisão dos impostos, nas empresas que não apresentaram essa provisão, a diferença entre as médias diminui; mas, ainda assim, registra diferenças bastante significativas entre os balanços com reavaliação e sem reavaliação. As Tabelas 18 e 19 apresentam os resultados do teste aplicado.

Percebe-se que, quando foram provisionados os impostos, nas empresas que não o haviam feito, o número de empresas, que têm indicador de endividamento melhor sem reavaliação do que com reavaliação, passa de 1 para 6; conseqüentemente, o outro grupo passa de 70 para 65 empresas. O motivo é o mesmo comentado no caso da empresa Serveng-Civilsan S.A.

Tabela 18 - Wilcoxon Ranks Tests – ET com valores ajustados

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
SRR - CRR	Negative Ranks	6(a)	14,17	85,00
	Positive Ranks	65(b)	38,02	2471,00
	Ties	0(c)		
	Total	71		

a SRR < CRR

b SRR > CRR

c SRR = CRR

O teste Z, apresentado na Tabela 19, também comprova a diminuição das diferenças entre as médias, passando de -7,277, na Tabela 17, para -6,836; ainda assim, o nível de significância encontrado é inferior ao estabelecido, o que aponta para a rejeição da hipótese nula.

Tabela 19 - Test Statistics(b) – ET com valores ajustados

	SRR - CRR
Z	-6,836(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a Based on negative ranks.

b Wilcoxon Signed Ranks Test

Nesse teste, fica evidente o fato, já comentado anteriormente, da subavaliação que ocorre no passivo, quando a empresa não provisiona os impostos. No primeiro teste, a diferença estatística entre as médias foi maior do que no segundo, ou seja, com o passivo avaliado mais proximamente de seu valor, as médias antes e depois da reavaliação também se aproximaram.

4.3.1.5 Índice de composição do endividamento

A composição do endividamento da empresa será afetada pela reavaliação, em razão da provisão dos impostos diferidos.

Na Tabela 20, considerando os valores originais, percebe-se que em 40 empresas o indicador é maior quando não existe a reavaliação, o que é normal, pois, excluindo o valor dos impostos no exigível a longo prazo, a proporção do passivo circulante aumentará em relação ao exigível total. As 31 empresas que não apresentaram alterações são as que não provisionaram os impostos nos seus balanços.

Tabela 20 - Wilcoxon Ranks Tests– CE com valores originais

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
SRR - CRR	Negative Ranks	0(a)	,00	,00
	Positive Ranks	40(b)	20,50	820,00
	Ties	31(c)		
	Total	71		

a SRR < CRR

b SRR > CRR

c SRR = CRR

A Tabela 21 mostra a magnitude da diferença nas médias, o teste Z de -5,511 representa uma grande diferença entre as médias com e sem reavaliação. A significância encontrada no teste tende a zero e, portanto, é inferior ao nível de 0,05 de significância, que foi estabelecido para os testes deste trabalho. Assim, não é possível aceitar a hipótese da igualdade das médias, ou seja, na amostra analisada as médias apresentam diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 21 - Test Statistics(b) – CE com valores originais

	SRR - CRR
Z	-5,511(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a Based on negative ranks.

b Wilcoxon Signed Ranks Test

Ao provisionar os impostos das empresas que não o fizeram, a diferença aumentará ainda mais, pois, com essa nova situação, as empresas que, no caso anterior, não sofreram alterações, agora sofrerão, uma vez que o exigível a longo prazo será diminuído pela exclusão da provisão, na análise sem os efeitos da reavaliação.

A Tabela 22 mostra esses resultados, percebe-se, agora, que de 71 empresas 68 apresentaram melhor indicador da composição de endividamento, quando feito o cálculo sem a reavaliação. As três empresas, que permanecem sem alteração são as mesmas comentadas no item 4.3.1.1 sobre a liquidez geral.

Tabela 22 - Wilcoxon Ranks Tests– CE com valores ajustados

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
SRR - CRR	Negative Ranks	0(a)	,00	,00
	Positive Ranks	68(b)	34,50	2346,00
	Ties	3(c)		
	Total	71		

a SRR < CRR

b SRR > CRR

c SRR = CRR

A amplitude da diferença entre o cálculo com os valores originais e com valores ajustados fica clara já na Tabela 22, em que o *Mean Rank* passou de 20,50 para 34,50 e a *Sum of Ranks* passou de 820 para 2.346. Porém, o teste estatístico que melhor apresenta essa variação é o teste Z, na Tabela 23, que mostra o valor de -7,167 contra -5,511 nos valores originais, isso significa que estatisticamente a diferença entre as médias aumentou quando os impostos foram provisionados.

Tabela 23 - Test Statistics(b) – CE com valores ajustados

	SRR - CRR
Z	-7,167(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a Based on negative ranks.

b Wilcoxon Signed Ranks Test

Da mesma forma que os testes anteriormente comentados, o nível de significância encontrado no teste é inferior ao estabelecido, o que quer dizer que não é possível aceitar a hipótese nula do teste.

4.3.1.6 Índice de participação de capitais de terceiros sobre capitais próprios

O índice de participação de capitais de terceiros sobre os capitais próprios, ou, simplesmente, índice de participação de capitais de terceiros, a exemplo do índice de endividamento total, também é fortemente impactado pela reavaliação dos ativos, pelo aumento dos impostos no exigível, e, igualmente, pelo o aumento do patrimônio líquido com a reserva de reavaliação.

Como o denominador do cálculo desse indicador é o patrimônio líquido, novamente as empresas que apresentaram valor negativo nesse grupo foram excluídas do teste.

O esperado, no índice de participação de capitais de terceiros, é que as empresas apresentem valor maior quando não existir a reavaliação em seu balanço, o que ocorreu com 46 das 47 empresas testadas, como mostra a Tabela 24. A empresa, que apresentou comportamento adverso, possui uma grande proporção de patrimônio líquido na composição do seu balanço, essa particularidade foi explorada no tópico 2.8.2.

Tabela 24 - Wilcoxon Ranks Tests– PCT com valores originais

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
SRR - CRR	Negative Ranks	1(a)	4,00	4,00
	Positive Ranks	46(b)	24,43	1124,00
	Ties	0(c)		
	Total	47		

a SRR < CRR

b SRR > CRR

c SRR = CRR

Na Tabela 25, é possível analisar, pelo teste Z, que as diferenças são bem significativas, esse teste apresentou resultado de -5,926 quando o valor t para a situação é de 2,0129. O nível de significância encontrado reforça a diferença entre as médias com e sem reavaliação. Por esse teste, não é possível aceitar a hipótese de igualdade das médias.

Tabela 25 - Test Statistics(b) – PCT com valores originais

	SRR - CRR
Z	-5,926(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a Based on negative ranks.

b Wilcoxon Signed Ranks Test

O indicador calculado nos balanços com os valores ajustados pelos impostos, as médias com e sem reavaliação aproximaram-se, porém, mesmo com essa aproximação, os testes mostraram que as médias continuam significativamente diferentes.

Isso pode ser comprovado nos resultados apresentados nas Tabelas 26 e 27, nas quais o teste Z mudou de -5,926 para -5,439 e o nível de significância encontrado tende a zero, ou seja,

continua fora da zona de aceitação da hipótese nula e, portanto, as médias com reavaliação e sem reavaliação continuam apresentando diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 26 - Wilcoxon Ranks Tests– PCT com valores ajustados

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
SRR - CRR	Negative Ranks	6(a)	8,33	50,00
	Positive Ranks	41(b)	26,29	1078,00
	Ties	0(c)		
	Total	47		

a SRR < CRR

b SRR > CRR

c SRR = CRR

Tabela 27 - Test Statistics(b) – PCT com valores ajustados

	SRR - CRR
Z	-5,439(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a Based on negative ranks.

b Wilcoxon Signed Ranks Test

A aproximação das médias ocorreu principalmente pelas cinco empresas que mudaram do grupo “b” para o grupo “a”. O motivo dessa alteração é o mesmo já comentado anteriormente: a proporção do patrimônio líquido na composição do balanço.

4.3.1.7 Índice de margem líquida

O índice de margem líquida é afetado com a reavaliação pela despesa de depreciação que é registrada sob o valor reavaliado. Essa despesa maior do que o seu valor histórico provoca diminuição do lucro, afetando, assim, o índice da margem líquida.

Como esse indicador não sofre alteração pela existência ou não da provisão dos impostos, ele será analisado somente pelos valores originais.

O que pode ser comentado da análise estatística desse indicador é que apresentou um dos maiores valores do teste Z, isso significa que as diferenças das médias com e sem reavaliação são bem significativas.

Das 71 empresas incluídas no teste, 68 delas, como mostra a Tabela 28, apresentaram melhora no índice, quando os efeitos da reavaliação foram expurgados através do ajuste do lucro líquido pelo valor de realização da reserva.

Tabela 28 - Wilcoxon Ranks Tests– ML

	N	Mean Rank	Sum of Ranks
SRR - CRR Negative Ranks	0(a)	,00	,00
Positive Ranks	68(b)	34,00	2346,00
Ties	3(c)		
Total	71		

a SRR < CRR

b SRR > CRR

c SRR = CRR

A amplitude da diferença entre as médias é mostrada na Tabela 29, através do teste Z, que apresentou o valor de -7,167, para o t de 1,9944, ou seja, o valor Z é bem superior ao limite máximo do teste t.

Tabela 29 - Test Statistics(b) – ML

	SRR - CRR
Z	-7,167(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a Based on negative ranks.

b Wilcoxon Signed Ranks Test

O nível de significância do teste foi inferior ao nível estabelecido. Assim, conclui-se que não é possível aceitar a hipótese de igualdade das médias, pois os valores apresentados no teste localizam-se na zona de rejeição da hipótese nula.

4.3.1.8 Índice de retorno sobre o ativo

O indicador de retorno sobre o ativo, assim como a margem líquida, sofre impacto da reavaliação pela depreciação do bem reavaliado, por ter o lucro como parte da fórmula de cálculo e, também, pelo aumento do valor da reavaliação no ativo permanente da empresa.

Como esse indicador não se altera com a provisão dos impostos, pois o valor depreciado, que impacta no lucro e no ativo, não é influenciado pela provisão, a análise estatística será somente com os valores originais.

A Tabela 30 mostra que 54 empresas melhoraram esse indicador quando a reavaliação foi expurgada das demonstrações e, em 17 casos, o efeito foi contrário, com a reavaliação o indicador foi melhor.

Essas 17 empresas, que registraram resultado contrário, apresentaram prejuízos no período analisado. Com a eliminação da depreciação no resultado, o prejuízo diminuiu; o que ocasionou o efeito, aparentemente, contrário ao grupo. No entanto, nesses casos o indicador negativo é que diminuiu, o que significa melhora do indicador, ou seja, houve melhora no índice de retorno sobre o ativo em todas as empresas.

Tabela 30 - Wilcoxon Ranks Tests– RSA

	N	Mean Rank	Sum of Ranks
SRR - CRR Negative Ranks	17(a)	26,00	442,00
Positive Ranks	54(b)	39,15	2114,00
Ties	0(c)		
Total	71		

a SRR < CRR

b SRR > CRR

c SRR = CRR

A Tabela 31 mostra o teste estatístico da amplitude das diferenças existentes entre as duas médias, o nível de significância inferior ao 0,05, determinado para o teste, indica que não é possível aceitar a hipótese nula, que propõe a igualdade das médias com e sem reavaliação.

Tabela 31 - Test Statistics(b) – RSA

	SRR - CRR
Z	-4,790(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a Based on negative ranks.

b Wilcoxon Signed Ranks Test

Ainda na Tabela 31, analisa-se o teste Z, o qual mostra que a magnitude das diferenças é significativa, o valor de t para esse teste é de 1,9944 e o Z encontrado foi de -4,790, bem acima do valor de teste.

Em suma, o que se pode concluir na análise desse índice é que as empresas apresentam melhores indicadores de retorno sobre o ativo quando não contêm reavaliação. Isso, porém, é

bastante óbvio, pois a exclusão de parte da despesa de depreciação no resultado ocasiona o aumento do lucro ou, então, a diminuição do prejuízo.

O que deve ser destacado é que as diferenças foram bastante significativas do ponto de vista estatístico e isso requer cautela no processo de análise das demonstrações nas empresas, visando diminuir o risco de decisões equivocadas.

4.3.1.9 Índice de retorno sobre o patrimônio líquido

O índice RSPL é citado por alguns autores como o principal indicador da rentabilidade da empresa. Ele é afetado pela reavaliação dos ativos em todas as suas variáveis, pelas variações da reserva que está no patrimônio líquido e pela apuração do lucro com a depreciação sobre o bem reavaliado.

Os testes foram realizados excluindo as empresas em que o patrimônio líquido se apresentou negativo, uma vez que esse é o indicador que mais pode ser distorcido com o patrimônio líquido negativo, já que, um prejuízo calculado sobre o valor negativo do PL apresentará um índice positivo, transformando um prejuízo em retorno positivo sobre o investimento.

Na Tabela 32, percebe-se que 40 das 47 empresas apresentaram melhores índices de RSPL quando foram expurgadas as reavaliações. Isso porque, excluindo do lucro o efeito da depreciação sobre a reavaliação, o lucro é aumentado, enquanto o patrimônio líquido é diminuído pela exclusão da reserva de reavaliação.

O motivo pelo qual as 7 empresas apresentaram resultados diferentes, ou seja, tiveram melhor índice quando houve a reavaliação, é que elas registraram prejuízos no período analisado. Esse assunto foi comentado no tópico 4.3.1.8, índice de retorno sobre o ativo.

Tabela 32 - Wilcoxon Ranks Tests– RSPL com valores originais

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
SRR - CRR	Negative Ranks	7(a)	20,43	143,00
	Positive Ranks	40(b)	24,63	985,00
	Ties	0(c)		
	Total	47		

a SRR < CRR

b SRR > CRR

c SRR = CRR

Os resultados, apresentados na Tabela 33, mostram que não é possível aceitar a hipótese de igualdade entre as médias com e sem reavaliação, o nível de significância encontrado no teste, tende a zero, isso é perceptível no *Asymp Sig (2-tailed)*, enquanto que a significância adotada para o teste é de 0,05. O significado desse resultado já foi explorado no item 3.3.

Tabela 33 - Test Statistics(b) – RSPL com valores originais

	SRR - CRR
Z	-4,455(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a Based on negative ranks.

b Wilcoxon Signed Ranks Test

Sabendo-se da existência de diferenças entre as médias, o teste Z aponta se elas são ou não significativas do ponto de vista estatístico. O parâmetro para comparação é o teste t, o qual é aceitável até o valor de 2,0129.

A Tabela 33 mostra o valor Z de -4,455, bastante superior ao valor t para a situação, ou seja, as diferenças existentes entre as médias são bastante significativas.

O ajuste dos tributos, nesse teste, não causou grandes impactos se comparados com os valores originais, porque a maioria das empresas já apresentava essa provisão e o registro dos impostos para o grupo de empresas que ainda não tinha, não foi tão significativo no grupo todo.

As Tabelas 34 e 35 mostram os valores dos testes. Considerando a provisão dos impostos, o valor de Z diminuiu de -4.455, na Tabela 33, para -4,127, demonstrando o pouco impacto causado pelos impostos.

Tabela 34 - Wilcoxon Ranks Tests– RSPL com valores ajustados

	N	Mean Rank	Sum of Ranks
SRR - CRR Negative Ranks	7(a)	24,86	174,00
Positive Ranks	40(b)	23,85	954,00
Ties	0(c)		
Total	47		

a SRR < CRR

b SRR > CRR

c SRR = CRR

Tabela 35 - Test Statistics(b) – RSPL com valores ajustados

	SRR - CRR
Z	-4,127(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a Based on negative ranks.

b Wilcoxon Signed Ranks Test

Resumindo os resultados encontrados nos testes estatísticos realizados, percebe-se que, em todos os casos, os impactos da reavaliação de ativos foram, em diferentes níveis, relevantes.

Na Tabela 36, estão apresentados os principais resultados encontrados nos testes. Lembrando que os valores de Z devem ser comparados com o valor t, correspondente a cada situação, salientando que, quanto maior for a distância entre os valores, mais significativas serão as diferenças.

Tabela 36 – Resumo dos testes aplicados

Índice	Valor t parâmetro para teste Z	Teste Z valores originais	Teste Z valores ajustados
Liquidez geral (LG)	1,9944	-5,511	-7,167
Imobilização do patrimônio líquido (IPL)	2,0129	-2,413	-3,058
Imobilização de recursos não correntes (IRNC)	2,0129	-5,810	-5,810
Endividamento total (ET)	1,9944	-7,277	-6,836
Composição do endividamento (CE)	1,9944	-5,511	-7,167
Participação de capitais de terceiros sobre capitais próprios (PCT)	2,0129	-5,926	-5,439
Margem líquida (ML)	1,9944	-7,167	-7,167
Retorno sobre o ativo (RSA)	1,9944	-4,790	-4,790
Retorno sobre o patrimônio líquido (RSPL)	2,0129	-4,455	-4,127

Assim, conclui-se que o fato de a empresa reavaliar seus ativos causa impactos significativos nos indicadores e devem ser analisados com atenção, em especial quando na comparação entre empresas.

4.3.2 Análise dos índices de participação da reserva de reavaliação

As tabelas apresentadas na sequência mostram os resultados encontrados nas empresas pesquisadas em relação à proporção que a reserva de reavaliação toma nos grupos a que ela está diretamente relacionada. Os percentuais anuais representam o número de empresas que se encontra em cada intervalo.

A Tabela 37 mostra como estão distribuídas as empresas da amostra, tendo em vista a relação da reserva de reavaliação com o ativo permanente.

Tabela 37 – Participação da reserva de reavaliação sobre o ativo permanente

Intervalo	Anos						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
0%	33%	28,2%	4%	4,2%	8%	8,6%	14%
0,1% a 10%	20,6%	28,2%	24%	28,2%	27%	25%	22%
11% a 20%	20,6%	5,6%	17%	15,5%	11%	15,5%	12,9%
21% a 30%	5%	18,3%	14%	15,5%	15,2%	10%	14%
31% a 40%	6%	2,8%	8%	14,1%	11%	15,5%	10%
41% a 50%	5%	11,3%	13%	8,5%	13%	10%	6,3%
51% a 60%	5%	1,4%	10%	7%	6%	7%	6,3%
61% a 70%	0%	0%	2,8%	4,2%	6%	4,2%	3,1%
71% a 80%	1,6%	1,4%	5,8%	0%	0%	2,8%	6,3%
81% a 90%	1,6%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	0%	3,1%
91% a 100%	1,6%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Mais de 100%	0%	1,4%	0%	1,4%	1,4%	1,4%	2%
Maior índice	98%	237%	85%	273%	275%	177%	274%

Note-se a variação ocorrida na linha de 0%, ou seja, de empresas que não apresentam reserva de reavaliação no balanço: em 1998, eram 33% das empresas; em 2000, caiu para 4%; fechando o período analisado com 14%.

Como o grupo pesquisado é de empresas com reavaliação, a linha de 0% não poderia ser tão alta, mas o fato é que muitas empresas que não possuíam reavaliação passaram a fazê-la, durante o período abrangido pela pesquisa. Isso demonstra que a prática da reavaliação de ativos é algo bastante presente nas empresas brasileiras.

Nos demais intervalos, percebe-se que a maioria das empresas está concentrada até 50%, isto é, a reserva de reavaliação representa de 0,1% até 50% do ativo permanente, com o grupo principal localizando-se nos intervalos menores entre 0,1% e 10%.

No entanto, é possível perceber que, no período analisado, houve crescimento do indicador nos intervalos maiores e isso significa que a proporção das reservas de reavaliação sobre os ativos permanentes aumentou nos últimos anos.

Consultando os dados das empresas, notou-se que houve baixas de imobilizados, porém a reserva de reavaliação permaneceu a mesma, não foi baixada e nem realizada; mais uma vez, deixando dúvidas sobre os procedimentos adotados pelas empresas, parecendo indicar manipulação dos números para a geração de melhores informações.

Os maiores percentuais encontrados nesse índice estão apresentados na última linha da Tabela 37 e percebe-se alguns valores acima de 200%, o que significa que a reserva de reavaliação é mais de duas vezes superior ao ativo permanente. Esses índices são elevados, em especial, ao considerar que a reserva de reavaliação tem origem a partir do valor do imobilizado.

Uma hipótese que pode explicar os elevados índices é que os imobilizados das empresas pesquisadas sejam antigos ou de alta tecnologia e, por isso, seu valor original esteja muito defasado, gerando altos valores de reavaliação.

A Tabela 38 mostra a participação da reserva de reavaliação comparada com o ativo total, o comportamento quanto à distribuição das empresas nos intervalos é muito semelhante ao índice anterior, já que existe uma alta correlação entre o ativo permanente e o ativo total.

Tabela 38 – Participação da reserva de reavaliação sobre o ativo total

Intervalo	Anos						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
0%	33%	28%	4%	4,2%	8%	8%	14%
0,1% a 10%	41%	40%	41%	49,3%	46%	46%	46%
11% a 20%	13%	22,6%	30%	24%	27%	23%	17%
21% a 30%	10%	8%	11%	14,1%	7%	13%	10%
31% a 40%	1,5%	0%	5,6%	2,8%	6%	4%	3%
41% a 50%	0%	0%	4,2%	2,8%	3%	3%	10%
51% a 60%	0%	1,4%	2,8%	1,4%	3%	3%	0%
61% a 70%	1,5%	0%	1,4%	1,4%	0%	0%	0%
71% a 80%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
81% a 90%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
91% a 100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Mais de 100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Maior índice	65%	60%	68%	65%	57%	57%	49%

A maior parte das empresas concentra-se nos intervalos inferiores, até 30%, ou seja, as empresas apresentam de 0,1% até 30% do ativo total na conta de reservas de reavaliação, o que não pode ser considerado um índice baixo, em especial por se tratar de uma valorização de mercado e não de um investimento feito pela empresa. É um valor gerado a partir de uma alternativa na forma de avaliação dos ativos.

Note-se, na última linha da tabela, os maiores índices encontrados nas empresas, os quais são superiores a 50%; somente em 2004 é que houve uma baixa para 49%. Isso significa que na formação do ativo total, 50% é reserva de reavaliação e, como já comentado, é um percentual alto, considerando a natureza da conta de reavaliação, ou seja, valorização de mercado e não investimento.

Os índices apresentados pela Tabela 39 relacionam o valor da reserva de reavaliação com o total do patrimônio líquido e, aqui, percebe-se que algumas empresas têm patrimônio líquido sustentado somente pela conta de reserva de reavaliação.

Tabela 39 – Participação da reserva de reavaliação sobre o patrimônio líquido

Intervalo	Anos						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Até 0%	35%	31%	7%	11%	15%	14%	21%
0,1% a 10%	17%	23%	24%	24%	20%	24%	23%
11% a 30%	25%	21%	24%	24%	23%	17%	14%
31% a 50%	11%	13%	15%	13%	15%	14%	11%
51% a 70%	3%	0%	13%	7%	4%	6%	6%
71% a 90%	2%	1,4%	1,4%	7%	1,4%	4%	6%
91% a 100%	0%	0%	4,2%	0%	2,8%	0%	0%
101% a 120%	0%	1,4%	1,4%	2,8%	1,4%	2,8%	3%
121% a 150%	2%	1,4%	0%	0%	7%	1,4%	0%
151% a 170%	0%	1,4%	0%	1,4%	0%	2,8%	0%
171% a 200%	2%	1,4%	1,4%	0%	1,4%	4%	0%
Mais de 200%	3%	5%	8,6%	9,8%	9%	10%	16%
Maior índice	3205%	751%	72632%	776%	3178%	2729%	1802%

Os valores mostrados na linha do maior índice encontrado são assustadores, chegando a um índice de 72.632% da reserva de reavaliação sobre o patrimônio líquido, no ano de 2000. Mas

observe-se que, o ponto extremo, maior índice, é apenas de uma empresa da amostra, o que pode ser um atenuante do espanto causado pela magnitude do indicador.

No entanto, quando se analisa a evolução histórica dos intervalos superiores a 100%, nota-se que os mesmos crescem ano a ano, ou seja, a cada ano mais empresas estão apresentando maior proporção de reserva de reavaliação em seu patrimônio líquido e, nesse caso, em especial, o patrimônio líquido só existe por causa da reserva.

No geral, a maior parte das empresas concentra-se no intervalo de até 50%, ou seja, as empresas apresentam de 0,1% a 50% do seu patrimônio líquido formado pela reserva de reavaliação. Não se pode dizer que seja um índice alto considerando que muitos patrimônios líquidos estão com valores desatualizados pelo não reconhecimento da variação de poder aquisitivo da moeda. No entanto, não pode passar despercebido, ao analista, o fato de a principal conta do patrimônio líquido ser a reserva de reavaliação.

Com a análise dessas três tabelas, conclui-se que a reserva de reavaliação é um valor que impacta, de forma relevante, em toda a composição do patrimônio das empresas e, por isso, não deve ser ignorada quando se proceder à análise de demonstrações nas quais conste a conta de reserva de reavaliação.

5 CONCLUSÕES

A reavaliação de ativos, instituída no Brasil pela Lei 6.404/76, com o objetivo de diminuir as diferenças existentes no valor dos bens em relação ao seu valor de mercado, hoje provoca mais desvantagens do que vantagens para seus usuários.

Nesse sentido, o problema de pesquisa proposto por este estudo foi: qual o tratamento dado por empresas que operam no Brasil à reavaliação de ativos e quais seus impactos na análise das demonstrações contábeis, tendo como objetivo principal a análise dos impactos da reavaliação de ativos nos mais tradicionais indicadores de análise dessas demonstrações.

O trabalho foi desenvolvido de forma bibliográfica, em relação às teorias contábeis e às legislações sobre reavaliação. Quanto aos impactos da reavaliação na análise das demonstrações contábeis, fez-se um levantamento das práticas das empresas e, por meio de técnicas estatísticas, analisaram-se, então, os impactos, se relevantes ou não.

Da pesquisa bibliográfica realizada, depreende-se que a forma mais indicada para mensurar os ativos e passivos está condicionada às informações que devem ser geradas e aos respectivos grupos de usuários, ou seja, não há uma teoria que se sobreponha às outras, ao ponto de ser considerada a ideal.

As várias alternativas de mensuração refletem diretamente no patrimônio líquido, pois ele é a diferença entre os valores do ativo e do passivo, portanto, o seu valor depende diretamente das práticas de mensuração utilizadas nesses dois grupos; assim, os valores apresentados nas demonstrações contábeis podem não ser os reais valores dos bens, mas apenas boas aproximações do que seriam esses valores.

E, nesse sentido, falar em demonstrações contábeis comparáveis é uma discussão complexa, pois a empresa tem formas diferentes de mensurar os itens que compõem o seu patrimônio. Essas várias opções de mensuração não são apenas fruto das teorias contábeis, mas as legislações fiscais e societárias, também, oferecem às empresas alternativas de contabilização, para um mesmo evento.

A existência de várias formas de tratamento, utilizadas pelas empresas para um mesmo procedimento contábil, tornam as demonstrações contábeis uma caixa-preta, só possíveis de serem analisadas por profissionais experientes.

Uma dessas práticas contábeis é o tratamento dado ao registro dos ativos imobilizados, que são, inicialmente, registrados pelo seu custo de aquisição e, posteriormente, podem ter a forma de registro alterada através de um mecanismo que a legislação denominou de reavaliação de ativos.

A legislação relativa à reavaliação de ativos estabeleceu quais deles podem ser reavaliados, quando reavaliar, como se pode utilizar a reserva constituída, enfim, todos os procedimentos. Nesse sentido, no entanto, a legislação não é consensual, pois a Lei 6.404/76, por exemplo, possibilita a reavaliação de ativos, enquanto a Deliberação 183/95 da CVM permite somente a reavaliação de bens tangíveis do ativo permanente e desde que não esteja prevista a sua descontinuidade operacional.

Dessa forma, é possível perceber como as maneiras permitidas pela legislação, para o registro dos ativos, podem diferenciar as demonstrações contábeis das empresas.

Entretanto, além da legislação divergente, por se tratar de um procedimento alternativo, a reavaliação que, foi pensada com bons propósitos, pode causar às boas empresas que a utilizam desconforto perante o mercado, pois ele percebe a reavaliação como uma melhora na informação prestada, mas, também, como uma ferramenta de manipulação dos valores patrimoniais.

Com o intuito de uniformizar a prática de avaliação dos ativos e também para evitar que a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado fique muito defasada, a legislação brasileira exige que, adotado o procedimento da reavaliação, essa seja feita com periodicidade máxima de quatro anos.

O valor originado pela reavaliação dos ativos será registrado em reserva de reavaliação no patrimônio líquido da empresa. Essa reserva somente poderá ser utilizada, com qualquer propósito, após a sua realização, o que acontecerá de forma proporcional à realização do bem

que foi reavaliado, por meio de depreciação, ou, então, será realizada por alienação ou baixa por perecimento do bem.

Na legislação internacional pesquisada, o IASB – normas internacionais, o AASB – normas australianas e o FRS – normas no Reino Unido, permitem a reavaliação de ativos também como procedimento alternativo. As formas de registro, do IASB e do AASB, são bastante semelhantes ao que a legislação brasileira prevê. No Reino Unido não é utilizada a conta de reservas de reavaliação, registrando diretamente na demonstração de lucros e perdas.

Na parte empírica da pesquisa, os resultados quanto às práticas adotadas, em muitos casos, apontam indícios do uso manipulador da reserva de reavaliação, revertendo PL negativo, por exemplo, ou, então, aumentando o valor do ativo permanente para melhorar as garantias perante os credores.

Resultados da pesquisa que reforçam a suspeita do uso manipulador são: 90% das empresas não reavaliarem os ativos periodicamente, conforme previsto na legislação, ou ainda, 24% das empresas analisadas reverterem o patrimônio líquido negativo com a reserva de reavaliação e essa reserva foi feita em períodos de prejuízos crescentes, evitando o PL negativo.

Genericamente, pode-se resumir os diferentes tratamentos da reavaliação e a utilização da reserva de reavaliação em cinco grupos, provocando efeitos diferenciados na informação prestada através das demonstrações contábeis.

- Empresas que tratam a reavaliação na forma prevista na legislação, reavaliando os bens periodicamente, provisionando os tributos e realizando a reserva de reavaliação de acordo com a realização do bem, ou seja, por depreciação ou por alienação.
- Empresas nas quais a reavaliação não é periódica, acontece em períodos isolados e esporádicos, a reserva é realizada de acordo com a depreciação ou baixa do imobilizado e os impostos não são provisionados.
- As empresas fazem a reavaliação sem a periodicidade exigida pela legislação, porém realizam a reserva de acordo com a utilização do bem, provisionando os tributos incidentes sobre a reavaliação.

- Empresas que fazem a reavaliação sem atender à periodicidade da legislação, não realizam a reserva de reavaliação, mantendo-a no patrimônio líquido e também não efetuam as provisões referentes aos tributos.
- Empresas em que a reavaliação não é periódica, acontece em períodos isolados e esporádicos, a reserva é totalmente realizada, no período seguinte ao da reavaliação, e os impostos não são provisionados.

Deve-se destacar, no entanto, que existem empresas que utilizam a reavaliação com outros objetivos, tais como: cisões, fusões ou incorporações, ou mesmo por ter um valor relevante de imobilizado exposto à defasagem monetária.

Porém, como segregar as empresas que fazem bom uso da reavaliação das que não o fazem? Essa dificuldade de segregação pode gerar, às boas empresas, desconfianças quanto às suas informações, devido à reavaliação e, assim, acabam sendo “incriminadas” junto com as que se aproveitam da alternativa dada pela legislação e usam a reavaliação para criar informações enganosas.

A heterogeneidade existente no tratamento e utilização da reavaliação provoca dificuldades para se realizar a análise das demonstrações das empresas, seja qual for a prática utilizada.

Neste trabalho, foram testados, estatisticamente, os mais tradicionais índices econômico-financeiros de análise das demonstrações contábeis e os resultados mostraram que, ao fazer a reavaliação de seus ativos, as empresas apresentaram demonstrações com informações diferentes.

Os aumentos registrados nos ativos podem não representar aumentos reais e isso pode distorcer todo o diagnóstico gerado a partir da análise das demonstrações contábeis da empresa.

Nesta pesquisa, o impacto da reavaliação de ativos alterou de forma relevante os indicadores utilizados; todos os índices foram afetados, uns mais, outros menos, mas todos se alteraram e geraram relatórios com informações bastante diferentes.

Os efeitos benéficos da reavaliação, na melhora dos indicadores, é mais percebido nas empresas que apresentam certa dependência de capitais de terceiros, visto que quanto menor é essa dependência, menor será o efeito benéfico da reavaliação.

Os efeitos da reavaliação nas demonstrações contábeis independem da composição do ativo, tais efeitos são determinados pela composição do passivo e as principais variações ocorrerão nos indicadores de endividamento.

Não houve um grupo de índices mais impactado do que outro. Os indicadores que sofreram as maiores variações com o expurgo da reavaliação das demonstrações foram: endividamento total, composição do endividamento, liquidez geral e margem líquida.

O índice de endividamento é citado na literatura, e em pesquisas, como o principal motivo pelo qual a reavaliação é feita e, como comentado neste trabalho, foi de fato o índice mais afetado pelos efeitos da reavaliação. Quando o patrimônio líquido é aumentado pelo valor da reavaliação, a proporção dos capitais próprios sobre os de terceiros aumenta, causando a diminuição desse índice.

A variação no índice de liquidez geral e na composição do endividamento é condicionada ao atendimento da forma correta de se registrar a reavaliação, ou seja, com a provisão dos impostos. Caso não seja realizada essa provisão esse índice não será alterado.

O fato de não provisionar os impostos influenciará a análise de outros indicadores. A composição do endividamento, o endividamento, a imobilização do patrimônio líquido, o retorno sobre o PL, são índices citados neste trabalho que serão impactados, alguns positivamente outros negativamente, pela provisão dos impostos.

O índice de margem líquida é impactado pela depreciação, que calculada sobre o valor reavaliado será superior ao valor histórico, causando, assim, uma diminuição nominal no lucro do exercício.

Os índices de participação da reserva de reavaliação apresentaram resultados significativos, especialmente quando comparados ao PL, ou seja, a reserva de reavaliação tem um papel relevante na formação do patrimônio, por vezes, sendo a principal conta do PL.

Com isso, conclui-se que a reavaliação de ativos é uma prática que altera de forma significativa a composição patrimonial das empresas que a utilizam. Desse modo, ao proceder à análise de empresas que tenham feito reavaliações, o analista deve avaliar o impacto desse procedimento na estrutura patrimonial.

Outra constatação deste estudo é que, para poderem ser comparadas as demonstrações contábeis, respeitando-se o porte da empresa, o setor em que atua, etc, as práticas contábeis precisarão passar por uma grande uniformização.

Finalmente, deve-se destacar que a reavaliação de ativos é apenas um item dentro dos diversos eventos que ocorrem nas empresas e que recebem tratamentos diferenciados. Isso reforça a idéia de que alguns procedimentos devem ser obrigatórios, mesmo que em certas condições, e também devem ser uniformizados.

Nesse contexto, em virtude de diferentes práticas utilizadas pelas empresas, surge a dúvida: se as demonstrações contábeis podem ser comparadas, tendo em vista a dinâmica da atividade de cada empresa e, principalmente, as possíveis formas de mensuração que a empresa tem para um mesmo fato.

Com a pesquisa realizada, acredita-se que o presente trabalho apresenta como principais contribuições ao tema reavaliação de ativos as seguintes:

Quanto à literatura, o estudo buscou estudar todos os aspectos relacionados à aplicação fiscal e contábil do tema. Assim, centrando em um mesmo trabalho, a análise da legislação e dos impactos que a reavaliação provoca nas demonstrações contábeis das empresas. Ressalte-se que, na pesquisa desenvolvida, nenhum estudo com esse teor foi encontrado.

Além disso, com raras exceções, a literatura existente sobre o tema é limitada a “ensinar” como contabilizar a reavaliação, não discutindo com detalhes seus aspectos, tais como: contábeis, legais e tributários, em especial.

Do ponto de vista prático, para gestores e usuários internos das empresas, pode-se apresentar, como contribuições do estudo, o fato de mostrar que a reavaliação, se bem utilizada, é um procedimento que pode melhorar a gestão.

A reavaliação ajusta uma possível defasagem existente no valor dos ativos, em especial imobilizados, em relação ao seu valor de mercado. Com isso os números contábeis, base para a tomada de decisões, estarão mensurados a valores mais aproximados da realidade do mercado em que a empresa atua. Como visto, alguns números melhoram e outros pioram, quando aplicada a reavaliação, porém esses são mais próximos dos valores reais de mercado, o que pode ser de grande utilidade em uma decisão.

Do ponto de vista do usuário externo, podendo ser investidores, credores ou qualquer outro grupo de usuários, o estudo é importante ao demonstrar que empresas, que fazem uso da reavaliação de ativos, podem ocultar situações graves, como, por exemplo, o fato de empresas esconderem prejuízos acumulados, revertendo PL negativo com o uso da reavaliação de ativos.

Além disso, a aplicação da reavaliação sobre os ativos pode modificar, significativamente, a composição patrimonial da empresa e, ao considerar índices financeiros como parâmetro de análise, esses podem ser alterados de forma relevante, mudando completamente a situação da empresa.

O trabalho, aqui apresentado, possui limitações quanto à sua aplicação, comentando-se as mais relevantes a seguir.

A amostra utilizada, apesar de ter sido formada de maneira aleatória, na base de dados utilizada, o número de empresas não foi definido de maneira estatística, mas, sim, por conveniência do pesquisador. Dessa forma, os resultados encontrados não podem ser generalizados a qualquer grupo de empresas.

O grupo de empresas utilizado foi formado por empresas de setores diversos, com características operacionais diferentes. Assim, o fato de este estudo ter utilizado a média dos indicadores e sua análise ter sido realizada no grupo total e não as empresas segregadas por

setor, os resultados aqui apresentados, podem não se repetir caso o estudo seja feito utilizando um único setor ou mesmo para uma única empresa.

Para o cálculo dos índices, foram utilizados os valores publicados pelas empresas, esses valores não foram atualizados monetariamente, o reconhecimento da defasagem monetária e sua atualização, poderia diminuir ou também aumentar as diferenças que foram encontradas.

Esta pesquisa apresentou um panorama do que ocorre com a reavaliação de ativos em empresas que operam no Brasil, analisando alguns impactos dessa prática na análise de demonstrações contábeis por meio de índices.

Alguns estudos sugeridos para futuros pesquisadores que tenham como objeto a reavaliação de ativos:

- Realizar estudos por setores objetivando determinar a relevância das mutações ocasionadas pela reavaliação em setores específicos, considerando as diferentes composições patrimoniais que os setores exigem;
- Desenvolver pesquisas com empresas que usem a reavaliação de ativos, buscando analisar seu desempenho no mercado em que atua;
- Estudar a aplicação e o futuro impacto do Projeto de Lei 3.741/2.000, que elimina a reavaliação de ativos como atualmente existe.

REFERÊNCIAS

ASHBAUGH, Hollis. OLSSON, Per. An exploratory study of the valuation properties of cross-listed firms' IAS and U.S. GAAP earnings and book values. *The Accounting Review* v.77, n.1, p. 107-126, 01/2002.

AUSTRALIA, Accounting standard n. 1.041 – Revaluation of non-current assets, de julho de 2001, *Australian Accounting Standards Board*, Melbourne, 2001.

BRASIL. *Decreto nº 3.000*, de 26 de março de 1999. Estabelece critérios para tributação de pessoa jurídica. Brasília, DF, 1999.

BRASIL, Deliberação 29 - Aprova pronunciamento do IBRACON sobre estrutura conceitual básica da contabilidade, de 05 de fevereiro de 1986, *Comissão de Valores Mobiliários*, Rio de Janeiro, RJ, 1986.

BRASIL, Deliberação 183 - Aprova pronunciamento do IBRACON sobre reavaliação de ativos, de 19 de junho de 1995, *Comissão de Valores Mobiliários*, Rio de Janeiro, RJ, 1995.

BRASIL. *Lei nº 6.404*, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Brasília, DF, 1976.

BRASIL. *Lei nº 9.959*, de 27 de janeiro de 2000. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

BRASIL, *Projeto de Lei nº 3.741*, de 2000. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br>. Acesso em 05 ago. 2005.

BRASIL, Resolução CFC 750/93 Dispõe sobre os princípios fundamentais da contabilidade (PFC), de 29 de dezembro de 1993. *Conselho Federal de Contabilidade*, Brasília, DF, 1993.

BRASIL, Resolução CFC 1004/04 Aprova a NBC T 19.6 – Reavaliação de ativos, de 19 de agosto de 2004. *Conselho Federal de Contabilidade*, Brasília, DF, 2004.

BRASIL, Resolução CFC 1055/05 Cria o Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC) e dá outras providências, de 07 de outubro de 2005. *Conselho Federal de Contabilidade*, Brasília, DF, 2005.

EASTON, Peter D. EDDEY, Peter H. HARRIS, Trevor S. An investigation of revaluations of tangible long-lived assets. *Journal of Accounting Research* v.31, p. 1-45, Supplement 1993.

FRANCO, Hilário. Contabilidade geral. 23 ed. São Paulo: Atlas, 1997

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. 7 ed. São Paulo: Harbra, 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S. e VAN BREDA, Michael F. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

HERMANN, Don. SAUDAGARAN, Shahrokh M. THOMAS, Wayne B. *Property, plant and equipment: the next step in U.S. fair value accounting?*. 2002. Disponível em: www.ssrn.com. Acessado em 10 de maio de 2005.

IASB – International Accounting Standards Board, IAS 16: Property, Plant and Equipment, de dezembro 2003. Disponível em <http://www.iasb.org>. Acessado em maio de 2005.

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. *Normas internacionais de contabilidade 2001: texto completo de todas as normas internacionais de contabilidade e interpretações existentes em 1º de janeiro de 2001*. São Paulo: IBRACON, 2002.

IUDICIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDICIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu e GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades / FIPECAFI*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IUDICIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KASSAI, José Roberto. CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro. SANTOS, Ariovaldo dos. ASSAF NETO, Alexandre. *Retorno de investimento – abordagem matemática e contábil do lucro empresarial*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LEVINE, David M. BERENSON, Mark L. STEPHAN, David. *Estatística: teoria e aplicações*. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LOPES, Alexsandro Broedel. *A informação contábil e o mercado de capitais*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

LOPES, Alessandro Broedel. COSTA, Fábio Moraes da. TEIXEIRA, Aridelmo José Campanharo. The value-relevance of revaluation reserves in Brazil: an empirical investigation. In 4º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2004, São Paulo. *Anais eletrônicos 4º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*. São Paulo: USP. CD-ROM.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. *Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial*. São Paulo: Atlas, 2001.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Eliseu (org). *Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica*. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade versus fluxo de caixa. *Caderno de estudos FIPECAFI*, São Paulo, nº 20, p. Janeiro a Abril/1999.

MARTINS, Eliseu. *Contribuição à avaliação do ativo intangível*. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.

MARTINS, Eliseu. Reavaliação, correção especial e provisão para imposto de renda. *Temática Contábil e Balanços – IOB*, São Paulo, nº 14, p.106-110, 1992.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Estatística geral e aplicada*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002a.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002b.

MARTINS, Gilberto de Andrade (org). Manual para formatação e edição de dissertações e teses. São Paulo. 2004. Disponível em <http://www.eac.fea.usp.br/metodologia>. Acessado em 15 de janeiro de 2005.

MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLMOS, M. Desvalorização de ativos faz Fiat ter prejuízo de R\$ 431 milhões no Brasil. *Valor Econômico*. São Paulo, 18,19 e 20 março 2005. Empresas e Tecnologia, p. B6.

REINO UNIDO, Financial reporting standard n. 15 – Tangible fixed assets, de fevereiro de 1999, *Accounting Standards Board*, United Kingdom, 1999.

SANTOS, Ariovaldo dos. GALLO, Mauro F. *A reavaliação de ativos tem ou não efeitos tributários?* Trabalho (apresentado na disciplina de Contabilidade Societária, sob orientação do Prof. Ariovaldo dos Santos – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. *Demonstrações financeiras: abrindo a caixa-preta: como interpretar balanços para a concessão de empréstimos*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, José Pereira da. *Gestão e análise de risco de crédito*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

STEVENSON, Willian J. *Estatística aplicada à administração*. São Paulo: Harbra, 2001.

STICKNEY, Clyde P. WEIL, Roman L. *Contabilidade financeira: uma introdução aos conceitos, métodos e usos*. São Paulo: Atlas, 2001.

APÊNDICES

01 – RELAÇÃO DAS EMPRESAS UTILIZADAS NA PESQUISA.

APÊNDICE 01 – RELAÇÃO DAS EMPRESAS UTILIZADAS NA PESQUISA.

1. Agrale S.A.
2. Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A.
3. Armazéns Gerais Columbia S.A.
4. Armco Staco S/A Indústria Metalúrgica
5. Basevi Construções S.A.
6. Brascan Imobiliária Incorporações S.A.
7. Brasfio Indústria e Comércio S.A.
8. Brasília Guaíba Obras Públicas S.A.
9. Buettner S.A. Indústria e Comércio
10. Busscar Ônibus S.A
11. C.R. Almeida S.A. Engenharia e Construção
12. Cambuci S.A.
13. Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.
14. CELPA
15. Cemat
16. Cesa S.A.
17. Chapecó Companhia Industrial de Alimentos
18. Cia Hering
19. Cia Siderúrgica Nacional
20. Cia. Açucareira Vale do Rosário
21. Cimento Rio Branco S.A
22. Companhia Brasileira de Projetos Industriais
23. Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro
24. Companhia Estadual de Águas e Esgotos - Cedae
25. Companhia Thermas do Rio Quente
26. Concremat Engenharia e Tecnologia S.A.
27. Concrepav S.A. Engenharia, Ind. e Com.
28. Condor S.A
29. Construtora Sultepa S.A.
30. Correio Popular S.A.
31. Cia Siderúrgica Tubarão
32. De Nadai Alimentação S.A
33. DTCom Direct
34. Ecisa
35. Editora Abril S.A.
36. Editora O Dia S.A.
37. Eletrodados S.A.
38. Elmo Calçados S.A.
39. Emege Produtos Alimentícios S.A.
40. Emparsanco S.A.
41. Empreendimentos Pague Menos S/A.
42. Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. Embasa
43. Equipav S.A. - Açúcar e Alcool
44. Equipav S.A. Pavimentação, Engenharia e Comércio
45. Excelsior Alimentos S.A.
46. Fertibras
47. Fiação e Tecelagem Kanebo do Brasil S.A.

48. Fiação e Tecelagem São José S.A.
49. Frangosul S.A.- Agro Avícola Industrial
50. Galo Bravo S.A. Açúcar e Alcool
51. Gazola
52. GDK S.A.
53. Gevisa S.A.
54. Global Transporte Oceânico S.A.
55. Grupo Comunicação Três S.A
56. Hotéis Othon S.A.
57. IGB - Indústria Gráfica Brasileira S.A.
58. Iguaçu Celulose e Papel S.A.
59. Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A.
60. Indústrias Micheletto S.A.
61. Inepar construções
62. Inepar energia
63. Ivaí Engenharia de Obras S.A.
64. Jari Celulose S.A.
65. Kepler Weber Industrial S.A.
66. Kwikasair Cargas Expressas S.A.
67. Ligas de Alumínio S.A. Liasa
68. Linck S.A. Equipamentos Rodoviários e Industriais
69. Localiza Rent a Car S.A.
70. Madef S.A. Indústria e Comércio
71. Mundial
72. Nutril Nutrimentos Industriais S.A
73. Oderich
74. Olivetti do Brasil S.A.
75. Pastifício Selmi S.A.
76. PEM Engenharia S.A.
77. Pettenati SA - Indústria Textil
78. Plascar
79. Playcenter S.A
80. Proquigel Química S.A
81. Quimisa S.A. Indústria e Comércio
82. Realcafé Solúvel do Brasil S.A.
83. Reunidas S.A. - Transportes Coletivos
84. Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A.
85. Rimet Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.
86. Rio Grande Energia
87. S.A Usina Coruripe Açucar e Alcool
88. Saga S.A. Goiás de Automóveis
89. Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.
90. São Paulo Turismo S.A.
91. Satipel Industrial S.A
92. Schlosser
93. Schulz S.A.
94. Scopus Tecnologia Ltda
95. Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia
96. Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO
97. Simab S.A.

98. Sobloco Construtora S.A.
99. Sorvane S.A.
100. Staroup S.A. Indústria de Roupas
101. Suape Textil S.A.
102. Synteko Produtos Químicos S.A.
103. TAM - Linhas Aéreas S.A
104. TCA Tecnologia em Componentes Automotivos S.A.
105. Terrabrás Terraplanagens do Brasil S.A.
106. Textil Renaux
107. ThyssenKrupp Elevadores S.A
108. Toshiba do Brasil S.A.
109. Total Alimentos S.A.
110. Trafo Equipamentos Elétricos S.A.
111. Usina Açucareira Bela Vista S.A
112. Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A.
113. Usina Mandu S.A.
114. Usina São Domingos Açúcar e Álcool S.A.
115. Valença da Bahia Maricultura S.A.
116. Vallée S.A.
117. Varig
118. Viação Aérea São Paulo S.A. - VASP
119. Vulcabras
120. Wiest S.A.